

ALTERAÇÃO DE REGIMENTO GERAL
PROCESSO 2012.1.12458.1.9 – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO



Secretaria Geral

MINUTA

1

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE 2012

Altera dispositivos do Regimento Geral da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - O art. 99 do Regimento Geral, baixado pela Resolução nº 3745, de 19.10.90 e alterado pelas Resoluções nºs 4776/2000 e 5470/2008, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 99 - O aluno de pós-graduação deverá submeter-se a exame de qualificação, de acordo com critérios estabelecidos pela CPG, respeitadas as normas fixadas pelo CoPGr. (NR)

Parágrafo único - revogado"

Artigo 2º – O *caput* do art. 104 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 104 - Será permitido ao estudante matriculado em curso de mestrado ou doutorado o trancamento de matrícula, por prazo não superior a 12 meses, quando estiver impossibilitado temporariamente e por motivos alheios à sua vontade de manter suas atividades acadêmicas." (NR)

Artigo 3º - O art. 106 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 106 - As comissões julgadoras de Dissertação de Mestrado devem ser constituídas por três examinadores. As comissões julgadoras de Tese de Doutorado devem ser constituídas por número ímpar de examinadores, garantindo o mínimo de três membros, conforme estabelecido pela CPG em seu regimento. As comissões julgadoras serão compostas também pelo orientador ou co-orientador do candidato, exclusivamente na condição de presidente, sem direito a voto.

§ 1º - Na falta ou impedimento do orientador ou co-orientador, a CPG designará substituto para presidir a comissão julgadora.

§ 2º - A comissão julgadora de defesa de Tese ou Dissertação visando a dupla-titulação, envolvendo convênio específico que associe a USP à Instituição Estrangeira e implique reciprocidade, deverá ser constituída por membros indicados pelas instituições convenientes. Quando a tese ou dissertação for apresentada para defesa na USP, a comissão julgadora deverá ser composta conforme o convênio." (NR)



Secretaria Geral

Artigo 4º - O *caput* do art. 107 e seus parágrafos 2º e 3º passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 107 - Caberá à CPG, responsável pelo curso em que estiver matriculado o candidato, por sugestão da CCP, designar os membros efetivos e suplentes que deverão constituir a comissão julgadora. (NR)

§ 2º - Em caráter excepcional, na composição da comissão julgadora poderá ser indicado um membro não portador do título de Doutor, de reconhecida competência acadêmica ou técnico-científica, por proposta circunstanciada da CCP e aprovada pela CPG e por maioria absoluta no CoPGr. (NR)

§ 3º - Na composição da comissão julgadora de Mestrado e Doutorado, a maioria dos examinadores deverá ser externa ao Programa de Pós-Graduação, sendo pelo menos um externo à Universidade de São Paulo." (NR)

Artigo 5º - O art. 116 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 116 - A CaC do CoPGr pode aceitar como equivalentes aos outorgados pela USP os títulos de Mestre e de Doutor obtidos no exterior e os títulos de Livre-Docente obtidos fora da USP, ouvidas a CPG e a Congregação pertinentes. (NR)

Parágrafo único - O título de Livre-Docente obtido fora da USP pode ser aceito pela CaC, como equivalente ao título de Livre-Docente desta Universidade, se tiver sido obtido mediante a submissão a provas equivalentes às adotadas pela USP, em instituição de reconhecida excelência."

Artigo 6º - O art. 117 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 117 - Compete a CaC do CoPGr proceder ao reconhecimento de títulos e certificados de pós-graduação obtidos no exterior, em instituições de ensino superior." (NR)

Artigo 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria

REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROCESSO 2012.1.12458.1.9 – PRÓ-REITORIA DE PÓS-
GRADUAÇÃO



Of. CoPGr 48/2012

São Paulo, 19 de junho de 2012.

VA/lms

Magnífico Reitor,

Tenho a grata satisfação de encaminhar à Vossa Magnificência, Proposta de Aperfeiçoamento do Regimento de Pós-Graduação aprovada pelo Conselho de Pós-Graduação em Sessões realizadas em 25/04/2012 e 09/05/2012.

Encaminho ainda a proposta de alteração de artigos do Regimento Geral da Universidade, no sentido de se compatibilizar a proposta do novo Regimento de Pós-Graduação.

Na oportunidade reitero minha mais alta expressão de estima e apreço.

Atenciosamente,


VAHAN AGOPYAN
Pro-Reitor

Exmo. Sr.

Prof. Dr. **JOÃO GRANDINO RODAS**

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

PG.P.2433/12-RUSP
MAV

PROCESSO nº: 20012.1.12458.1.9

INTERESSADO: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ASSUNTO: Proposta de alteração do Regimento de Pós-Graduação e de artigos do Regimento Geral. Análise Jurídica.

PARECER

Senhor Procurador Geral:

Vêm os autos a esta Procuradoria Geral para análise da proposta de alteração do Regimento de Pós-Graduação, aprovada pelo Conselho de Pós-Graduação em sessões realizadas em 25/04/2012 e 09/05/2012, tendo por objetivo, conforme fls. 03, aperfeiçoar o texto então em vigor.

Da análise do texto proposto, observo que entre as alterações apresentadas consta que cada uma das três Câmaras do Conselho de Pós-Graduação contará com um coordenador e, no lugar do suplente, foi criada a figura do Coordenador Adjunto (art.14 §2º). Do mesmo modo, nas Coordenações de Programas (art. 31,§5º e 35,§3º) e nas Comissões de Pós-Graduação (art.12 e 32), o suplente foi substituído pelo Adjunto.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

2

Contudo, cabe apontar, primeiramente, que nos termos do artigo 48, §3º do Estatuto Universitário "a Comissão de Graduação terá um Presidente e um Suplente eleitos por seus membros". Este dispositivo é aplicável à Comissão de Pós-Graduação, por força da norma contida no artigo 49, § 3º, que determina: "Aplicam-se ainda à Comissão de Pós-Graduação, os critérios contidos nos parágrafos 2º e 3º do artigo anterior".

Do mesmo modo, às demais comissões estabelecidas no Estatuto Universitário, isto é, às Comissões de Pesquisa e às de Cultura e Extensão Universitária, nos termos do artigo 50 do Estatuto, para garantia da uniformidade e do paralelismo das comissões, são aplicadas, "no que couber, os critérios fixados para a Comissão de Graduação e para a Comissão de Pós-Graduação".

Ressalte-se, ainda, que diferente do suplente, a criação da figura do coordenador adjunto poderá ensejar o pagamento da verba correspondente à representação, independentemente da ausência ou impedimento de exercício da função pelos Coordenadores das Câmaras do CoPGr, dos Coordenadores das Comissões Coordenadoras de Programas ou do Presidente da Comissão de Pós-Graduação.

Assim, é necessária a correção do dispositivo em questão, ajustando-se a redação do texto proposto à norma estabelecida no Estatuto da Universidade de São Paulo.

No tocante aos orientadores e co-orientadores da Pós-Graduação, observo que a proposta encaminhada estabelece no artigo 12, XVI, e artigos 84, §4º, 86, §3º e 87, §2º, a possibilidade de credenciamento de "orientadores não portadores do título de Doutor, de reconhecida competência acadêmica ou técnico-científica, por proposta circunstanciada da CCP e aprovada pela CPG, CaA e por maioria absoluta no CoPGr".

mf



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

8 67

Anote-se, contudo, que o artigo 72 do Estatuto Universitário determina que "O candidato ao título de Mestre ou de Doutor escolherá seu orientador, mediante prévia aquiescência deste, de uma relação de docentes portadores, no mínimo, do título de Doutor, organizada anualmente".

Em decorrência, o artigo 88 do Regimento Geral prescreve que " Cabe ao CoPGr aprovar proposta da Comissão de Pós-Graduação (CPG) de credenciamento dos orientadores de pós-graduação portadores, no mínimo, do título de doutor."

Assim, é necessária a revisão do citado dispositivo da minuta de regimento proposta, em consonância com a norma estatutária e regimental da Universidade.

Na mesma esteira, vale observar a previsão de credenciamento de responsáveis por disciplina, conforme artigo 69, §3º, do Regimento de Pós-Graduação proposto, "não portadores do título de Doutor", não encontra amparo legal. Além da possibilidade de não recomendação do programa na avaliação da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o artigo 76 do Estatuto da USP estabelece que o desempenho das atividades docentes far-se-á dentro das categorias de Professor Doutor, Associado e Titular.

Destarte, o texto proposto deverá ser revisto, considerando que a responsabilidade pelo desempenho das atividades docentes na Universidade de São Paulo deverá ser atribuída ao seu corpo docente estabelecido no artigo 76 do Estatuto da USP.

Anoto que o artigo 52, IV, do regimento proposto, faz referência ao artigo 96, §3º da mesma normatização. Contudo, analisando o texto da norma mencionada, observo que faz referência ao prazo para agendamento da defesa da tese pela CPG, após o recebimento dos pareceres referentes à avaliação escrita da tese. Assim, quer me parecer que a referência seria, salvo melhor juízo, ao artigo 96, §4º, para



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

possibilitar o desligamento do doutorando porque sua dissertação ou tese não foi "considerada apta para defesa pela maioria dos pareceres". Sugiro a revisão.

Observo que o programa de pós-graduação e sua estrutura curricular serão aprovadas pela CoPGr, conforme artigo 87, parágrafo único do Regimento Geral, e também de acordo com o artigo 17 do Regimento de Pós-Graduação proposto. Contudo, o artigo 67 da minuta de novo Regimento, apresentada, no item que trata especificamente "Das Disciplinas", exclui a menção à aprovação da CoPGr para as "disciplinas que compõem o elenco de cada Programa.

O exame de qualificação, de acordo com a nova proposta, artigo 76, torna-se "obrigatório para o aluno de pós-graduação". Todavia, de acordo com a regra do Regimento Geral, artigo 99, parágrafo único, no tocante aos mestrandos a exigência ou não do exame é determinada pela Comissão de Graduação da Unidade. Recomendo adequação.

Cabe observar, também, que o título de livre docente obtido fora da USP está previsto no artigo 116 do Regimento Geral entre os títulos a serem reconhecidos pelo CoPGr. Contudo, na proposta apresentada, artigos 105, consta entre os títulos a serem aceitos pela CaA como equivalentes aos da USP. Seria recomendável a adequação do dispositivo regimental.

Quanto aos demais dispositivos da proposta, analisados em cotejo com as normas estatutárias e regimentais em vigor, incluindo as alterações do próprio Regimento Geral, entendo que, de modo geral, não há óbice jurídico ao prosseguimento das alterações na forma apresentada.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

5 68

Sendo o que pareceria oportuno observar no momento, submeto o presente à consideração da douta Chefia, sugerindo a devolução dos autos à Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

Sub censura da dd. Chefia.

Procuradoria Geral, 29 de agosto de 2012.

Marisa Alves Vilarino
Procuradora

Procuradoria Acadêmica e de Convênios

*Acolho o Parecer
à PRPG para adimplência
e continuidade posterior.*

PG, 29. ago. 2012

Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral



Processo: 2012.1.12458.1.9

Interessado: Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Assunto: Proposta de alteração do Regimento de Pós-Graduação da USP

Magnífico Reitor,

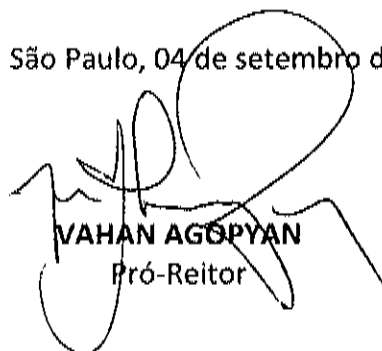
As recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade constantes no Parecer PG.P.2433/12 (fls.66-8) foram acatadas em sua totalidade. Portanto, foram providenciadas todas as adequações necessárias na Proposta de Aperfeiçoamento do Regimento de Pós-Graduação da USP e, conseqüentemente, na proposta de alteração de artigos correspondentes do Regimento Geral (Anexos em 4 vias).

Da mesma forma, seguindo o espírito das alterações propostas pelo CoPGr, o Artigo 67 do Regimento de Pós-Graduação, que trata da aprovação das disciplinas, pode ser adequado com a manutenção do *caput* e seus artigos, com a inclusão de um novo § 1º, e com isso julgamos não ser necessário alterar o Regimento Geral da Universidade.

Agradecendo o apoio e a dedicação de Vossa Magnificência, subscrevo-me.

Atenciosamente,

São Paulo, 04 de setembro de 2012.


VAHAN AGOPYAN
Pró-Reitor

PRÓ
REITORIA

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NO REGIMENTO GERAL DA PRPG
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

REGIMENTO GERAL ATUAL		ALTERAÇÃO PROPOSTA
Artigo 99 – O candidato ao doutorado deverá submeter-se a exame de qualificação, de acordo com critérios estabelecidos pela CPG, respeitadas as normas fixadas pelo CoGr.		Artigo 99 – O aluno de pós-graduação deverá submeter-se a exame de qualificação, de acordo com critérios estabelecidos pela CPG, respeitadas as normas fixadas pelo CoGr.
Parágrafo único – A juízo da CPG, poderá ser exigido exame de qualificação dos candidatos ao mestrado.		SUPRIMIR
JUSTIFICATIVA - O Exame de Qualificação no Regimento proposto tem como objetivo central avaliar a maturidade científica do aluno após uma fase inicial de seu curso. A maturidade deve ser avaliada igualmente no aluno de Mestrado e Doutorado, não havendo motivo para diferenciação como adotada atualmente.		

Artigo 104 – Em caráter excepcional, será permitido ao estudante matriculado em curso de mestrado ou doutorado o trancamento de matrícula com plena cessação das atividades escolares, em qualquer estágio do respectivo curso por prazo global não superior a trezentos e sessenta e cinco dias.	Artigo 104 – Será permitido ao estudante matriculado em curso de mestrado ou doutorado o trancamento de matrícula, por prazo não superior a 12 meses, quando estiver impossibilitado temporariamente e por motivos alheios à sua vontade de manter suas atividades acadêmicas.
§ 1º - A pós-graduanda poderá usufruir além do prazo de trancamento estabelecido no <i>caput</i> deste artigo, de cento e oitenta dias de licença-maternidade.	MANTIDO
§ 2º - O CoGr fixará as condições e normas para a concessão do trancamento de matrícula.	MANTIDO
JUSTIFICATIVA – A plena cessação de atividades é de difícil caracterização, dada a natureza intelectual do trabalho na pós-graduação, gerando inúmeros problemas na avaliação dos pedidos.	

Artigo 106 – As comissões julgadoras de dissertação de mestrado e tese de doutoramento serão constituídas de três e cinco examinadores, respectivamente, sendo membro nato e presidente o orientador do candidato.	Artigo 106 - As comissões julgadoras de Dissertação de Mestrado devem ser constituídas por três examinadores. As comissões julgadoras de Tese de Doutorado devem ser constituídas por número ímpar de examinadores, garantido o mínimo de três membros, conforme estabelecido pela CPG em seu regimento. As comissões julgadoras serão compostas também pelo orientador ou co-orientador do candidato, exclusivamente na condição de presidente, sem direito a voto.
§ 1º - Na falta ou impedimento do orientador a CPG designará um substituto, que poderá ser o co-orientador.	§ 1º - Na falta ou impedimento do orientador ou co-orientador, a CPG designará substituto para presidir a comissão julgadora.
§ 2º - Em caráter excepcional, a comissão julgadora de tese de Doutorado visando a dupla-titulação, envolvendo convênio específico que associe a USP à Instituição	§ 2º - A comissão julgadora da defesa de Tese ou Dissertação visando a dupla-titulação, envolvendo convênio específico que associe a USP à Instituição

Estrangeira e implique reciprocidade, poderá ser constituída por, no máximo, seis membros, dos quais pelo menos dois de cada país, incluindo-se entre estes, obrigatoriamente, os orientadores.	Estrangeira e implique reciprocidade, deverá ser constituída por membros indicados pelas instituições convenientes. Quando a tese ou dissertação for apresentada para defesa na USP, a comissão julgadora deverá ser composta conforme o convênio.
JUSTIFICATIVA – Oferecer maior liberdade à CPG para decidir sobre o número de membros das comissões julgadoras, respeitando as diferentes áreas de conhecimento da USP.	

Artigo 107 – Caberá à CPG, responsável pelo curso em que estiver matriculado o candidato, designar os membros efetivos e suplentes que, juntamente com o orientador, deverão constituir a comissão julgadora.	Artigo 107 – Caberá à CPG, responsável pelo curso em que estiver matriculado o candidato, por sugestão da CCP, designar os membros efetivos e suplentes que deverão constituir a comissão julgadora.
§ 1º - Os membros das comissões julgadoras deverão ser portadores, no mínimo, do título de doutor.	MANTIDO
§ 2º - Na composição da comissão julgadora poderá ser indicado especialista de notório saber, externo ao corpo docente da USP, aprovado, pelo menos, por dois terços dos membros da CPG.	§ 2º - Em caráter excepcional, na composição da comissão julgadora poderá ser indicado um membro não portador do título de Doutor, de reconhecida competência acadêmica ou técnico-científica, por proposta circunstanciada da CCP e aprovada pela CPG e por maioria absoluta no CoPGr.
§ 3º - Na composição da comissão julgadora de mestrado, um dos membros titulares, no mínimo, deverá ser externo ao programa de pós-graduação e à Unidade pertinente e, na composição da comissão julgadora de doutorado, dois membros titulares, no mínimo, deverão ser externos ao programa de pós-graduação e à Unidade pertinente.	§ 3º - Na composição da comissão julgadora de Mestrado e Doutorado, a maioria dos examinadores deverá ser externa ao Programa de Pós-Graduação, sendo pelo menos um externo à Universidade de São Paulo.
§ 4º - A CPG designará, no mínimo, um suplente para cada membro titular.	MANTIDO
§ 5º - Os membros titulares da Comissão Julgadora, quando necessário, serão substituídos pelos suplentes, obedecido o disposto no parágrafo 3º deste artigo.	MANTIDO
§ 6º - Nos programas interunidades, considera-se membro externo ao Programa e à Unidade o docente não credenciado no referido programa.	MANTIDO
§ 7º - O CoPGr poderá fixar outras restrições para a composição das comissões julgadoras mencionadas nos parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º deste artigo.	MANTIDO
JUSTIFICATIVA – A presença de membros externos ao Programa e à Universidade traz visão externa às avaliações de Teses e Dissertações.	

Artigo 116 - Cabe ao CoPGr reconhecer os títulos de mestre e doutor obtidos no exterior e os títulos de livre-docente obtidos em instituições de ensino superior do País ou do exterior, ouvidas a CPG e a Congregação pertinentes, para equipará-los aos da Universidade. (alterado pela Resolução nº 5470/2008)	Artigo 116 - A CaC do CoPGr pode aceitar como equivalentes aos outorgados pela USP os títulos de Mestre e de Doutor obtidos no exterior e os títulos de Livre-Docente obtidos fora da USP, ouvidas a CPG e a Congregação pertinentes.
Parágrafo único - O título de Livre-Docente obtido fora da USP pode ser aceito	

	pela CaC, como equivalente ao título de Livre-Docente desta Universidade, se tiver sido obtido mediante a submissão a provas equivalentes às adotadas pela USP, em instituição de reconhecida excelência.
<p>Artigo 117 - Compete ao CoPGr proceder ao reconhecimento de títulos e certificados de pós-graduação obtidos no exterior, em instituições de ensino superior. (alterado pela <u>Resolução nº 5470/2008</u>)</p> <p>JUSTIFICATIVA – Para o reconhecimento de títulos de pós-graduação e livre-docência a avaliação é realizada por professores academicamente próximos aos temas abordados nos trabalhos e às especificações de cada área, portanto, essa avaliação é realizada inicialmente pelas CPGs e Congregações das Unidades. O órgão central da Pós-Graduação que pode avaliar todo o processo, tanto do ponto de vista formal quanto de conteúdo, é a Câmara de Curricular do CoPGr, cabendo ao Conselho de Pós-Graduação estabelecer as diretrizes para tal fim.</p>	<p>Artigo 117 - Compete a CaC do CoPGr proceder ao reconhecimento de títulos e certificados de pós-graduação obtidos no exterior, em instituições de ensino superior.</p>
<p>Artigo 254 - O recurso contra decisões dos órgãos executivos e colegiados será interposto pelo interessado, no prazo máximo de dez dias, contados da data de ciência da decisão a recorrer.</p> <p>JUSTIFICATIVA – Flexibilizar prazos de modo a não dificultar a interposição de recursos.</p>	<p>Artigo 254 - O recurso contra decisões dos órgãos executivos e colegiados será interposto pelo interessado, no prazo máximo de quinze dias úteis, contados da data de ciência da decisão a recorrer.</p>

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

REDAÇÃO ATUAL		REDAÇÃO PROPOSTA
TÍTULO I - Da Conceituação		TÍTULO I - Da Conceituação
Capítulo I		Capítulo I
Dos Objetivos		Dos Objetivos
Artigo 1º - A Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , voltada para a geração do conhecimento, destina-se à formação de docentes e pesquisadores com amplo domínio de seu campo do saber.		Artigo 1º - A Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , voltada para a geração do conhecimento, destina-se à formação de docentes, pesquisadores e profissionais com amplo domínio de seu campo do saber e capacidade de liderança e inovação.
Artigo 2º - A Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> compreende um conjunto de atividades realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, acompanhadas por orientador, específicas para cada pós-graduando, as quais incluem e privilegiam o ensino e a pesquisa, visando à integração do conhecimento.		Artigo 2º - A Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> compreende um conjunto de atividades realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, acompanhadas por orientador, específicas para cada pós-graduando, as quais incluem e privilegiam o ensino e a pesquisa, visando à integração do conhecimento e o desenvolvimento da sociedade.
§ 1º - A Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> deve ser entendida como um sistema de formação intelectual e, ao mesmo tempo, de produção de conhecimento em cada área do saber.		§ 1º - A Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> deve ser entendida como um sistema de formação intelectual e, ao mesmo tempo, de produção de conhecimento e inovação em cada área do saber.
§ 2º - A Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> compreende os cursos de Mestrado e de Doutorado.		§ 2º - MANTIDO
§ 3º - O título de Mestre não é obrigatório para a obtenção do título de Doutor.		§ 3º - SUPRIMIDO
Artigo 3º - A Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> tem por unidade básica o Programa de Pós-Graduação, constituído por linhas de pesquisa, disciplinas e corpo docente e discente nos cursos de Mestrado e de Doutorado.		Artigo 3º - A Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> tem por unidade básica o Programa de Pós-Graduação, constituído por áreas de concentração, linhas de pesquisa, disciplinas e corpo docente e discente nos cursos de Mestrado e de Doutorado.
Parágrafo único - Dependendo das especificidades e diversidades das linhas de pesquisa associadas ao Programa, estas podem ser agrupadas em áreas de concentração.		SUPRIMIDO
Artigo 4º - A Universidade de São Paulo pode promover, por meio de convênios específicos, cursos de Mestrado e de Doutorado em associação com outras Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, a fim de viabilizar o acesso a Programas de Pós-Graduação desta Universidade para docentes, pesquisadores e técnicos do ensino superior que não tenham condições de se deslocar para a localidade em que tais cursos são regularmente oferecidos.		Artigo 4º - MANTIDO
Artigo 5º - A Universidade de São Paulo pode promover, por meio de convênios		Artigo 5º - A Universidade de São Paulo pode promover, por meio de convênios

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

específicos, cursos de Mestrado e de Doutorado em conjunto com instituições de nacionais e estrangeiras, visando à formação de Mestres e de Doutores e à cooperação entre equipes de pesquisa das instituições envolvidas.	específicos, cursos de Mestrado e de Doutorado em conjunto com Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, visando à formação de Mestres e de Doutores e à cooperação com equipes de pesquisa de competência reconhecida.
<p align="center">Capítulo II</p> <p align="center">Dos Títulos de Mestre e de Doutor</p>	
Artigo 6º - Os títulos de Mestre ou de Doutor são obtidos após cumprimento das exigências do curso, incluindo a defesa da dissertação ou da tese.	Artigo 6º - MANTIDO
Artigo 7º - Considera-se dissertação de Mestrado o texto referente a trabalho supervisionado, que demonstre capacidade de sistematização crítica da literatura existente sobre o tema tratado e capacidade de utilização dos métodos e técnicas de investigação científica, tecnológica ou artística.	§ 1º - Considera-se dissertação de Mestrado o texto resultante de trabalho supervisionado, que demonstre capacidade de sistematização crítica do conhecimento acumulado sobre o tema tratado e de utilização de métodos e técnicas de investigação científica, tecnológica ou artística, visando desenvolvimento acadêmico ou profissional, de acordo com a natureza da área e os objetivos do curso.
Artigo 8º - Considera-se tese de Doutorado o texto referente a trabalho de investigação que represente contribuição original ao estado da arte do tema tratado.	§ 2º - Considera-se tese de Doutorado o texto resultante de trabalho supervisionado de investigação científica, tecnológica ou artística que represente contribuição original em pesquisa e inovação, visando desenvolvimento acadêmico ou profissional, de acordo com a natureza da área e os objetivos do curso.
Artigo 9º - O Mestrado e o Doutorado receberão designações correspondentes às áreas de Ciências, Letras, Filosofia ou Artes, com indicação do Programa e da concentração correspondente, conforme e quando for o caso. Excepcionalmente, outras designações serão analisadas pelo Conselho de Pós-Graduação.	Artigo 7º - O Mestrado e o Doutorado receberão designações correspondentes às áreas de Ciências, Letras, Filosofia ou Artes, com indicação do Programa e da área de concentração correspondente, conforme e quando for o caso. Outras designações serão apreciadas pelo Conselho de Pós-Graduação.
Artigo 10º - Em caráter excepcional, com voto favorável de pelo menos dois terços da CPG e da Congregação, do Conselho Deliberativo ou de órgãos equivalentes pertinentes e aprovação pelo Conselho de Pós-Graduação, o título de Doutor poderá ser obtido exclusivamente com defesa de tese, por candidatos de alta qualificação, comprovada mediante exame de títulos, trabalhos e publicações de natureza acadêmica.	Artigo 8º - O título de Doutor poderá ser obtido exclusivamente com defesa de tese por candidatos de alta qualificação, comprovada mediante exame de títulos, trabalhos e publicações de natureza acadêmica, com voto favorável de pelo menos dois terços da CPG e da Congregação ou Conselho Deliberativo ou órgãos equivalentes pertinentes e aprovação pelo Conselho de Pós-Graduação.
§ 1º - No ato da solicitação, o interessado deve apresentar a documentação completa, inclusive a tese.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - Nesta modalidade de obtenção do título, prescinde-se de orientador constituído.	§ 2º - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

§ 3º - Após a aprovação pelo CoPGr, deve-se atender ao disposto nos arts. 90 a 97 deste Regimento.	§ 3º - Após a aprovação pelo CoPGr, deve-se atender, no que couber, ao disposto nos arts. 88 a 99 deste Regimento.
<p>TÍTULO II - Da Organização</p> <p>Capítulo I</p> <p>Dos Órgãos da Administração</p>	<p>TÍTULO II - Da Organização</p> <p>Capítulo I</p> <p>Dos Órgãos da Administração</p>
<p>Artigo 11 - São órgãos da administração da Pós-Graduação:</p> <p>I - Conselho de Pós-Graduação (CoPGr) e suas Câmaras;</p> <p>II - Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG);</p> <p>III - Comissões de Pós-Graduação (CPG) vinculadas às Unidades de Ensino e Pesquisa, aos Institutos Especializados, aos Museus, aos Órgãos Complementares, aos Programas de Pós-Graduação Interunidades e às Entidades Associadas; e</p> <p>IV - Comissões Coordenadoras de Programa (CCP) vinculadas a cada CPG.</p>	<p>Artigo 9º - MANTIDO</p>
<p>Capítulo II</p> <p>Do Conselho de Pós-Graduação</p>	<p>Capítulo II</p> <p>Do Conselho de Pós-Graduação</p>
<p>Artigo 12 - Integram o CoPGr:</p> <p>I - o Pró-Reitor de Pós-Graduação, seu presidente;</p> <p>II - o Presidente da CPG de cada Unidade de Ensino e Pesquisa;</p> <p>III - um representante das CPGs dos Institutos Especializados;</p> <p>IV - um representante das CPGs dos Museus;</p> <p>V - um representante das CPGs dos Órgãos Complementares;</p> <p>VI - um representante das CPGs dos Programas Interunidades;</p> <p>VII - um representante das CPGs das Entidades Associadas;</p> <p>VIII - a representação discente.</p>	<p>Artigo 10 - MANTIDO</p>
§ 1º - O Presidente da CPG será substituído, em suas ausências, pelo seu Suplente.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - A representação titular de que trata os incisos III a VII será exercida por Presidente da CPG eleito dentre os Presidentes das respectivas CPGs, com mandato de dois anos, permitida a recondução.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - O representante titular de que trata os incisos III a VII será substituído em suas ausências por um suplente eleito dentre os Presidentes das respectivas CPGs, com mandato de dois anos, permitida a recondução.	§ 3º - MANTIDO
§ 4º - A representação discente corresponde a vinte por cento do total de docentes do CoPGr, eleita entre os estudantes de Pós-Graduação regularmente matriculados.	§ 4º - MANTIDO
§ 5º - O mandato dos membros discentes será de um ano, permitida uma	§ 5º - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

recondução.	
§ 6º - Os representantes discentes titulares, de que trata o inciso VIII, serão substituídos em suas ausências por suplentes eleitos entre os estudantes de pós-graduação regularmente matriculados.	§ 6º - MANTIDO
Artigo 13 - Cabe ao CoPGr promover atividades de Pós-Graduação, estabelecendo as normas que julgar necessárias para esse efeito, traçando as diretrizes que norteiam a ação da Universidade na Pós-Graduação, obedecendo as normas gerais fixadas pelo Conselho Universitário, zelando, por meio de acompanhamento e avaliações periódicas, pela qualidade do trabalho e pela adequação dos meios às finalidades de cada Programa.	Artigo 11 - MANTIDO
Artigo 14 - Compete, ainda, ao CoPGr:	Artigo 12 - Compete, ainda, ao CoPGr:
I - deliberar sobre a criação de Programas de Pós-Graduação e autorizar o funcionamento de cursos de Mestrado e de Doutorado, propostos pelas CPGs, ouvidas as respectivas Congregações, Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes;	I - deliberar sobre a criação de Programas de Pós-Graduação e autorizar, no âmbito da Universidade de São Paulo, o funcionamento de cursos de Mestrado e de Doutorado propostos pelas CPGs, ouvidas as respectivas Congregações, Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes;
II - deliberar sobre solicitações de reestruturação dos Programas de Pós-Graduação propostos pelas CPGs, ouvidas as respectivas Congregações, Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes;	II - MANTIDO
III - estabelecer as normas para o funcionamento das CPGs;	III - MANTIDO
	IV - deliberar sobre a necessidade de reestruturação ou desativação de Programas de Pós-Graduação;
IV - deliberar sobre as propostas de suas Câmaras e comissões;	V - MANTIDO
V - julgar recursos referentes à Pós-Graduação que tenham sido indeferidos por suas Câmaras;	VI - MANTIDO
VI - deliberar sobre pedidos de equivalência de títulos de Mestre e Doutor obtidos em instituições de ensino superior do exterior e de título de Livre-Docente obtido fora da USP para equipará-los aos da Universidade, com validade somente no âmbito da USP, ouvidas a CPG e a Congregação pertinente ou Conselho Deliberativo ou órgão equivalente;	VII - MANTIDO
VII - deliberar sobre pedidos de reconhecimento de títulos de Pós-Graduação	VIII - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Versão incluindo as recomendações da Doutra Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

obtidos no exterior, em instituições de ensino superior, ouvidas a CPG e a Congregação pertinentes ou Conselho Deliberativo ou órgão equivalente;	
VIII - autorizar a defesa de tese solicitada de acordo com o disposto no art. 10 deste Regimento;	IX - autorizar a defesa de tese solicitada de acordo com o disposto no art. 8 deste Regimento;
IX - definir o valor máximo da taxa de inscrição dos candidatos ao processo seletivo dos cursos de Pós-Graduação;	X - definir o valor máximo da taxa de inscrição dos candidatos no processo seletivo dos cursos de Pós-Graduação;
X - deliberar sobre a criação e desativação dos Núcleos de Apoio ao Ensino de Pós-Graduação (NAPG), bem como sobre a prorrogação de suas atividades, obedecendo ao disposto no Estatuto e Regimento Geral da USP, e proceder sua avaliação bienal, ouvidas as respectivas Congregações;	XI - MANTIDO
XI - deliberar sobre solicitações de suas Câmaras para a delegação de competências aos Programas ou às CPGs nas atribuições determinadas pelas Câmaras;	XII - MANTIDO
XII - suspender a delegação de competências do Programa ou da CPG que não cumprir suas normas e regulamentos;	SUPRIMIDO
	XIII – deliberar sobre casos excepcionais com vistas ao atendimento da qualidade da pós-graduação, por proposta fundamentada de quaisquer de suas Câmaras;
	XIV – deliberar sobre avaliação anual dos Programas de Pós-Graduação, por proposta da CaA do CoPGr;
	XV – deliberar sobre critérios mínimos para a criação e reestruturação de programa e cursos de pós-graduação, por proposta da CaA do CoPGr;
	XVI – no interesse da qualidade e da gestão da Pós-Graduação, delegar competências às suas Câmaras;
XIII - deliberar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Reitor ou pelo Conselho Universitário.	XVII - MANTIDO

Seção I Das Câmaras do CoPGr	Seção I Das Câmaras do CoPGr
Artigo 15 - São três as Câmaras do CoPGr: I - Câmara de Avaliação (CA); II - Câmara Curricular (CC); III - Câmara de Normas e Recursos (CNR).	Artigo 13 - São três as Câmaras do CoPGr: I - Câmara de Avaliação (CaA); II - Câmara Curricular (CaC); III - Câmara de Normas e Recursos (CaN).
Artigo 16 - As Câmaras são compostas por membros do CoPGr.	Artigo 14 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

§ 1º - Todos os membros do CoPGr deverão integrar uma de suas Câmaras.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - Cada Câmara terá um Coordenador e seu Suplente, eleitos entre seus membros docentes, com mandato de dois anos, enquanto integrantes do Conselho, permitida a recondução.	§ 2º - MANTIDO
Artigo 17 - A representação discente, em cada Câmara, deve ser escolhida entre seus representantes no CoPGr, observada a percentagem referida no § 4º do art. 12 deste Regimento, assegurada a presença de, pelo menos, um aluno.	Artigo 15 - A representação discente, em cada Câmara, deve ser escolhida entre seus representantes no CoPGr, observada a percentagem referida no § 4º do art. 10 deste Regimento, assegurada a presença de, pelo menos, um aluno.
Artigo 18 - Por decisão do CoPGr, as referidas Câmaras podem ser extintas, substituídas ou desmembradas, facultando-se ao CoPGr, ainda, a criação de outras.	Artigo 16 - MANTIDO

Seção II	Seção II
Das Competências das Câmaras	Das Competências das Câmaras
Artigo 19 - Compete à CA, além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr:	Artigo 17 - Compete à CaA, além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr:
I - acompanhar e avaliar os Programas e Cursos de Pós-Graduação;	I - propor ao CoPGr critérios mínimos para criação e reestruturação de programas e cursos de Pós-Graduação;
	II - acompanhar e avaliar periodicamente os Programas e Cursos de Pós-Graduação;
	III - propor ao CoPGr documento definindo o processo de avaliação anual dos programas de pós-graduação;
II - propor ao CoPGr as solicitações de criação e reestruturação de Programas e Cursos de Pós-Graduação, considerando a análise prévia da estrutura curricular pela CC;	IV - propor ao CoPGr as solicitações de criação, reestruturação e desativação de Programas e Cursos de Pós-Graduação, considerando a análise prévia da estrutura curricular pela CaC do CoPGr;
III - deliberar sobre os critérios propostos pelas CPGs para credenciamento e credenciamento de orientadores;	V - MANTIDO
IV - deliberar sobre o credenciamento e credenciamento de orientadores;	SUPRIMIDO
V - verificar periodicamente a observância, pelas CPGs, dos critérios de credenciamento e credenciamento estabelecidos pelas mesmas;	VI - MANTIDO
VI - propor ao CoPGr as solicitações de defesa de tese de acordo com o disposto no art. 10 deste Regimento;	VII - propor ao CoPGr as solicitações de defesa de tese de acordo com o disposto no art. 8 deste Regimento;
VII - propor ao CoPGr as solicitações de criação dos Núcleos de Apoio;	VIII - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

	IX – definir critérios a serem adotados e deliberar sobre orientações acima do limite máximo permitido por orientador, previsto no Artigo 84 § 1º deste Regimento;
	X – encaminhar de forma fundamentada para deliberação do CoPGr proposta de credenciamento de orientadores ou co-orientadores não portadores do título de Doutor, de reconhecida competência acadêmica ou técnico-científica, aprovada pela CCP e CPG;
	XI – encaminhar de forma fundamentada para deliberação do CoPGr, com vistas ao atendimento da qualidade da pós-graduação, casos excepcionais que lhes foram submetidos;
VIII - deliberar sobre recursos referentes a matéria de sua competência.	XII - deliberar sobre recursos referentes à matéria de sua competência.
Artigo 20 - Compete à CC, além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr:	Artigo 18 - Compete à CaC, além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr:
I - deliberar sobre a estrutura curricular relacionada às solicitações de criação e reestruturação de Programas e Cursos de Pós-Graduação;	I – MANTIDO
II - deliberar sobre os critérios de credenciamento de disciplinas e de seus responsáveis propostos pelas CPGs;	II - deliberar sobre os critérios de credenciamento de disciplinas e de seus responsáveis, inclusive de não portadores do título de Doutor, por proposta da CCP e aprovados pela CPG;
III - deliberar sobre o credenciamento das disciplinas e dos responsáveis pelas mesmas;	SUPRIMIDO
IV - revisar, periodicamente, a relevância e estrutura didático-pedagógica de cada um dos Programas e Cursos de Pós-Graduação;	III – MANTIDO
V - opinar sobre as solicitações de equivalência de títulos;	IV – encaminhar a CaA do CoPGr proposta de reestruturação ou desativação de programas e cursos de pós-graduação;
VI - opinar sobre as solicitações de reconhecimento de títulos obtidos no exterior;	V - opinar sobre as solicitações de equivalência de títulos de Mestre e Doutor obtidos no exterior e de título de Livre-Docente obtido em outras instituições do país ou do exterior;
	VI - opinar sobre as solicitações de reconhecimento de títulos de Mestre e Doutor obtidos no exterior;
	VII – encaminhar de forma fundamentada para deliberação do CoPGr, com vistas ao atendimento da qualidade da pós-graduação, casos excepcionais que lhes foram submetidos;

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

VII - deliberar sobre recursos referentes a matéria de sua competência.	VIII- MANTIDO
Artigo 21 - Compete à CNR, além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr:	Artigo 19 - Compete à CaN, além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr;
I - deliberar sobre as normas das CPGs e os regulamentos e normas dos Programas e suas eventuais alterações;	I - MANTIDO
II - deliberar sobre as solicitações de trancamento de matrícula;	II – acompanhar periodicamente o cumprimento dos regulamentos e normas que regem a pós-graduação, recomendando às CPGs e CCPs os ajustes necessários;
III - deliberar sobre solicitações excepcionais de prorrogação de prazo;	III – deliberar sobre as solicitações de trancamento de matrícula, por motivo de doença do aluno e familiares, quando encaminhadas pelas CPGs;
IV - deliberar sobre as solicitações de nova matrícula;	SUPRIMIDO
V - deliberar sobre as solicitações de transferência de Programa e/ou área de concentração;	SUPRIMIDO
VI - deliberar sobre as comissões julgadoras de dissertações e de teses nos casos previstos nos parágrafos únicos dos arts. 91 e 92 deste Regimento;	IV - deliberar sobre as comissões julgadoras de Dissertações e de Teses nos casos previstos nos parágrafos únicos dos arts. 93 e 94 deste Regimento;
VII - deliberar sobre as solicitações de alteração de frequência e/ou de conceitos conforme o disposto no § 2º do art. 76 deste Regimento;	SUPRIMIDO
VIII - deliberar sobre pedidos de cancelamento de matrícula em disciplina;	SUPRIMIDO
IX - deliberar sobre propostas de convênios relacionados à Pós-Graduação;	V - MANTIDO
X - deliberar sobre recursos referentes a matéria de sua competência.	VI – encaminhar de forma fundamentada para deliberação do CoPGr, com vistas ao atendimento da qualidade da pós-graduação, casos excepcionais que lhes foram submetidos. X - deliberar sobre recursos referentes à matéria de sua competência.

Seção III	
Do Funcionamento do CoPGr e das Câmaras	
Artigo 22 - Ao Pró-Reitor de Pós-Graduação compete presidir as reuniões do CoPGr.	Seção III Do Funcionamento do CoPGr e das Câmaras Artigo 20 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

§ 1º - O Pró-Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos, exceto junto ao Conselho Universitário, por um suplente.	§ 1º - O Pró-Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos, exceto junto ao Conselho Universitário, por seu adjunto ou um dos suplentes.
§ 2º - O Reitor, ouvido o Pró-Reitor de Pós-Graduação, indicará, anualmente, até três membros do CoPGr, em ordem de substituição para o exercício da suplência.	§ 2º - O Reitor, ouvido o Pró-Reitor de Pós-Graduação, indicará, anualmente, o Pró-Reitor Adjunto e até dois membros do CoPGr, em ordem de substituição para o exercício da suplência.
Artigo 23 - As reuniões das Câmaras serão presididas pelo Pró-Reitor.	Artigo 21 - MANTIDO
Parágrafo único - O Pró-Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Coordenador da respectiva Câmara. Na ausência de ambos, o suplente do Coordenador assumirá a presidência da reunião.	Parágrafo único - O Pró-Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Coordenador da respectiva Câmara. Na ausência de ambos, o Adjunto do Coordenador assumirá a presidência da reunião.
Artigo 24 - O CoPGr reúne-se, ordinariamente, duas vezes em cada semestre letivo, e as Câmaras reúnem-se, ordinariamente, quatro vezes em cada semestre letivo.	Artigo 22 - MANTIDO
§ 1º - O Pró-Reitor poderá convocar reuniões extraordinárias do CoPGr e das Câmaras.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - A convocação para as sessões ordinárias, previstas em calendário elaborado com antecedência pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, bem como para as sessões extraordinárias, será feita por meio de circular expedida com antecedência de, pelo menos, cinco dias no caso do CoPGr, e de dois dias no caso das Câmaras.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - Excepcionalmente, em casos de urgência, o prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser menor, a critério do Pró-Reitor.	§ 3º - MANTIDO
§ 4º - A matéria constante das pautas das reuniões será distribuída aos conselheiros com a convocação.	§ 4º - MANTIDO
§ 5º - Em casos especiais, sem observância do prazo previsto, poderá ser incluída na ordem do dia matéria distribuída em pauta suplementar.	§ 5º - MANTIDO
§ 6º - A matéria constante da pauta da reunião ou da pauta suplementar deverá ser instruída com parecer e demais peças dos autos, a fim de permitir sua compreensão e julgamento.	§ 6º - MANTIDO
Artigo 25 - As reuniões do CoPGr e das Câmaras são instaladas e têm prosseguimento com a presença de mais da metade de seus membros.	Artigo 23 - MANTIDO
§ 1º - Não havendo quorum, o Colegiado será convocado para nova reunião quarenta e oito horas depois, com a mesma pauta.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - Caso não haja quorum para a segunda reunião, o Colegiado reunir-se-á em terceira convocação quarenta e oito horas depois, com qualquer número.	§ 2º - MANTIDO
Artigo 26 - Às reuniões do CoPGr e de suas Câmaras somente têm acesso seus	Artigo 24 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

membr os.			
§ 1º - O Conselheiro, quando impedido de comparecer, deve justificar a ausência, antecipadamente, e comunicar ao seu suplente, enviando-lhe a pauta da reunião.	§ 1º - MANTIDO		
§ 2º - Poderão ser convidadas, a juízo do Presidente do Colegiado, pessoas para prestar esclarecimentos sobre assuntos especiais.	§ 2º - MANTIDO		
Artigo 27 - Em qualquer momento da discussão da Ordem do Dia, o Presidente do Colegiado pode retirar matérias da pauta:	Artigo 25 - MANTIDO		
I - para reexame.	I - MANTIDO		
II - para instrução complementar.	II - MANTIDO		
III - em virtude de fato novo superveniente.	III - MANTIDO		
IV - em virtude de pedido de vista, por membro do Colegiado.	IV - MANTIDO		
§ 1º - O pedido de vista deverá ser justificado, cabendo ao Presidente do Colegiado decidir de plano.	§ 1º - MANTIDO		
§ 2º - Quando vários Conselheiros pedirem vista da matéria, simultaneamente, serão providenciadas e remetidas cópias aos requerentes.	§ 2º - MANTIDO		
§ 3º - Processos, com pedidos de vista deferidos, deverão ser devolvidos no prazo máximo de trinta dias, exaurindo-se o direito de qualquer manifestação pelo requerente após esse prazo.	§ 3º - MANTIDO		
§ 4º - Processos retirados de pauta deverão ser, preferencialmente, incluídos na pauta subsequente.	§ 4º - MANTIDO		
Artigo 28 - Em todas as votações, devem constar, em ata, o número de votos favoráveis, contrários e abstenções.	Artigo 26 - MANTIDO		
Parágrafo único - A presença de Conselheiros que não votarem ou se absterverem será computada para efeito de <i>quorum</i> .	Parágrafo único - MANTIDO		
Artigo 29 - Em todas as votações, o Presidente do Colegiado tem direito, além de seu voto, ao voto de qualidade em caso de empate, exceto nas votações secretas, que devem ter um segundo escrutínio. Neste último caso, permanecendo o empate, o item deve ser retirado de pauta.	Artigo 27 - MANTIDO		
<table border="1"> <tr> <td> <p align="center">Capítulo III Da Pró-Reitoria e do Pró-Reitor de Pós-Graduação</p> </td> <td> <p align="center">Capítulo III Da Pró-Reitoria e do Pró-Reitor de Pós-Graduação</p> </td> </tr> </table>		<p align="center">Capítulo III Da Pró-Reitoria e do Pró-Reitor de Pós-Graduação</p>	<p align="center">Capítulo III Da Pró-Reitoria e do Pró-Reitor de Pós-Graduação</p>
<p align="center">Capítulo III Da Pró-Reitoria e do Pró-Reitor de Pós-Graduação</p>	<p align="center">Capítulo III Da Pró-Reitoria e do Pró-Reitor de Pós-Graduação</p>		

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

{Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12}

Artigo 30 - Cabe à Pró-Reitoria de Pós-Graduação desenvolver e efetivar projetos institucionais pertinentes à Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> .	Artigo 28 - Cabe à Pró-Reitoria de Pós-Graduação desenvolver e efetivar projetos institucionais pertinentes à Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> consoantes às diretrizes estabelecidas neste Regimento ou aquelas aprovadas pelo CoPGr.
§ 1º - Os projetos poderão ser propostos ou aprovados no âmbito da Reitoria ou do CoPGr.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - A Pró-Reitoria de Pós-Graduação deverá estabelecer e manter estruturas administrativas e operacionais necessárias às atividades fim e meio da Pós-Graduação.	§ 2º - MANTIDO
Artigo 31 - Ao Pró-Reitor de Pós-Graduação compete, além do estabelecido no Estatuto e Regimento Geral da USP:	Artigo 29 - MANTIDO
I - constituir comissões temporárias, designando membros ou, se necessário, ex-membros do CoPGr e, dentre eles, o respectivo Coordenador;	I - MANTIDO
II - decidir de plano as questões da Pró-Reitoria no seu relacionamento com os órgãos centrais;	II - MANTIDO
III - integrar e harmonizar o funcionamento das Câmaras e do CoPGr; e	III - MANTIDO
IV - solicitar parecer emitido por docente não pertencente ao CoPGr, conforme deliberação do CoPGr ou de suas Câmaras.	IV - MANTIDO

<div> <div>Capítulo IV</div> <div>Da Comissão de Pós-Graduação</div> </div>	
Artigo 32 - A gestão dos Programas de Pós-Graduação, no âmbito das Unidades de Ensino e Pesquisa, dos Institutos Especializados, dos Museus, dos Órgãos Complementares, dos Programas Interunidades e das Entidades Associadas é de competência da Comissão de Pós-Graduação (CPG).	Artigo 30 - MANTIDO
Artigo 33 - A CPG deve contar, no mínimo, com cinco docentes dentre os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação a ela vinculados.	Artigo 31 - MANTIDO
§ 1º - O número máximo de membros da CPG deverá ser regulamentado pela Unidade, observado o disposto no <i>caput</i> deste artigo e respeitando-se a proporcionalidade de Programas a ela vinculados.	§ 1º - MANTIDO
	§ 2º - O CoPGr poderá autorizar a composição de CPG com menos de cinco membros, devendo a proposta ser justificada.
§ 2º - O mandato dos membros do quadro docente da CPG será de dois anos, permitida a recondução.	§ 3º - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

§ 3º - Quando o número de Programas for inferior ao estabelecido no <i>caput</i> , serão eleitos orientadores credenciados nos Programas e vinculados à Unidade para completar o quadro docente da CPG, titulares e suplentes, respeitando a proporcionalidade dos Programas de Pós-Graduação existentes.	§ 4º - MANTIDO
§ 4º - Nas CPGs compostas exclusivamente por Coordenadores de Programa, o Suplente do Coordenador o substituirá junto à CPG, em suas faltas e impedimentos.	§ 5º - MANTIDO
§ 5º - Nas CPGs de Programas Interunidades, os membros serão eleitos pelos orientadores credenciados no Programa dentre os pertencentes ao seu corpo de orientadores, vinculados às Unidades da USP a ele associadas.	§ 6º - MANTIDO
§ 6º - As Unidades que tenham sob sua responsabilidade apenas um Programa de Pós-Graduação deverão eleger os representantes titulares e suplentes da CPG dentre os orientadores credenciados no Programa e vinculados à Unidade, conforme o disposto em seu Regimento.	§ 7º - As Unidades que tenham sob sua responsabilidade apenas um Programa de Pós-Graduação deverão eleger os representantes titulares e suplentes da CPG dentre os orientadores credenciados no Programa, todos plenos, e vinculados à Unidade, conforme o disposto em seu Regimento.
§ 7º - Em caráter excepcional, o CoPGr poderá autorizar a composição de CPG com menos de cinco membros, devendo a proposta ser justificada.	SUPRIMIDO
§ 8º - Os representantes discentes, eleitos pelos seus pares, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes membros da CPG, sendo no mínimo um discente, devem ser alunos regularmente matriculados em Programa de Pós-Graduação da Unidade e não vinculados ao corpo docente da Universidade, com mandato de um ano, permitida uma recondução, observadas as disposições dos incisos a seguir:	§ 8º - MANTIDO
I - juntamente com os membros titulares discentes serão eleitos suplentes;	I - MANTIDO
II - na eleição da representação discente, é assegurado o direito de voto, mas não de ser votado, aos alunos que sejam membros do corpo docente da Universidade.	II - MANTIDO
Artigo 34 - A CPG terá um Presidente e seu Suplente eleitos dentre seus membros.	Artigo 32 - MANTIDO
§ 1º - O Presidente e seu Suplente deverão ser, no mínimo, Professores Associados, respeitadas as especificidades das Entidades Associadas.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - Os Professores Titulares e Associados, por motivo justificado, poderão ser dispensados da presidência da CPG pela Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente; neste caso, a Presidência da CPG poderá ser exercida por Professor Doutor.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - O mandato do Presidente e de seu Suplente será de dois anos, permitida a	§ 3º - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

recondução.	
§ 4º - Caberá apenas ao Presidente da CPG ou ao seu Suplente, nos casos de falta ou impedimento, a representação no CoPGr e em suas Câmaras.	§ 4º - MANTIDO
Artigo 35 - Além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr e do estabelecido neste Regimento, são responsabilidades da CPG das Unidades de Ensino e Pesquisa, dos Institutos Especializados, dos Museus, dos Órgãos Complementares, dos Programas Interunidades e das Entidades Associadas:	Artigo 33 - MANTIDO
I - traçar as diretrizes e zelar pela execução dos Programas de Pós-Graduação;	I - MANTIDO
II - coordenar as atividades didático-científicas pertinentes aos seus Programas;	II - MANTIDO
III - propor ao CoPGr a estrutura dos Programas de Pós-Graduação novos ou reformulados, ouvida a respectiva Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente e, no caso de CPGs vinculadas a Programas Interunidades, ouvidas as Congregações, Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes envolvidos;	III - propor ao CoPGr a estrutura dos Programas de Pós-Graduação novos ou reformulados, ouvida a respectiva Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente e, no caso de CPGs vinculadas a Programas Interunidades, ouvidas as Congregações, Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes de todas as unidades envolvidas;
IV - analisar e submeter à CNR do CoPGr o regulamento e normas dos Programas, bem como de suas próprias normas, ouvida a respectiva Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente;	IV - analisar e submeter à CaN do CoPGr o regulamento e normas dos Programas, bem como de suas próprias normas, ouvida a respectiva Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente;
V - revisar, periodicamente, a relevância e estrutura didático-pedagógica de cada um dos Programas e Cursos de Pós-Graduação;	V - MANTIDO
VI - analisar e submeter à CC do CoPGr os critérios de credenciamento e credenciamento das disciplinas de Pós-Graduação e seus responsáveis;	VI - analisar e submeter à CaC do CoPGr os critérios de credenciamento e credenciamento das disciplinas de Pós-Graduação e seus responsáveis;
VII - analisar e submeter à CC do CoPGr o credenciamento e credenciamento de disciplinas e dos responsáveis pelas mesmas apresentados pela Comissão Coordenadora de Programa;	VII - deliberar sobre credenciamento e credenciamento de disciplinas e de seus responsáveis apresentados pela Comissão Coordenadora de Programa;
VIII - analisar e submeter à CA do CoPGr os critérios de credenciamento e credenciamento de orientadores e co-orientadores;	VIII - analisar e submeter à CaA do CoPGr os critérios de credenciamento e credenciamento de orientadores e co-orientadores;
IX - deliberar sobre o número máximo de alunos por orientador e co-orientador, respeitados os limites máximos estabelecidos neste Regimento, conforme proposta da CCP;	IX - MANTIDO
X - analisar e submeter à CA do CoPGr o credenciamento e credenciamento de orientadores e co-orientadores apresentados pela Comissão Coordenadora de Programa;	X - deliberar sobre credenciamento e credenciamento de orientadores e co-orientadores apresentados pela Comissão Coordenadora de Programa;

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

XI – julgar solicitações de mudança de orientação nos casos previstos nos arts. 83 e 84 deste Regimento;	XI – julgar solicitações de mudança de orientação nos casos previstos nos arts. 82 e 83 deste Regimento;	XI – MANTIDO
XII – referendar as solicitações de desligamentos encaminhadas pela CCP;		XII – MANTIDO
XIII – deliberar sobre a cobrança de taxas para inscrição em processo seletivo, não podendo exceder o valor máximo definido pelo CoPGr;		XIII – MANTIDO
XIV – deliberar e divulgar o calendário escolar e de oferecimento de disciplinas apresentados pela CCP;		XIV – MANTIDO
XV – homologar e divulgar a relação dos candidatos selecionados para ingresso na Pós-Graduação, apresentada pela CCP;		XV – MANTIDO
XVI – designar os membros titulares e suplentes que constituirão as comissões julgadoras das defesas de dissertações e teses;		XVI – MANTIDO
XVII – estabelecer os procedimentos das defesas de dissertações e teses;		XVII – MANTIDO
XVIII – homologar o relatório de comissões julgadoras das defesas de dissertações e teses, no prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados a partir da data da defesa;		XVIII – MANTIDO
XIX – manifestar-se sobre solicitações para obtenção do título de Doutor somente com defesa de tese;		XIX – MANTIDO
XX – manifestar-se sobre as solicitações de equivalência e de reconhecimento de títulos;		XX – MANTIDO
XXI – homologar a escolha dos Coordenadores e seus Suplentes dos Programas de Pós-Graduação, comunicando a Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação;		XXI – MANTIDO
XXII – propor ao CoPGr convênios interinstitucionais e outros relacionados aos Programas de Pós-Graduação sob sua responsabilidade;		XXII – MANTIDO
XXIII – estabelecer os critérios para a transferência de cursos da mesma área de concentração, de área de concentração diferente do mesmo Programa e de diferentes Programas de Pós-Graduação da CPG;		XXIII – MANTIDO
XXIV – analisar e submeter à CNR do CoPGr as solicitações de alunos para transferência de Programa e/ou área de concentração;		XXIV – deliberar sobre as solicitações de alunos para transferência de Programa;
XXV – analisar e submeter à CNR do CoPGr as solicitações de trancamento de matrícula e prorrogação de prazo, propostos pela Comissão Coordenadora de Programa;		XXV – deliberar sobre as solicitações de trancamento de matrícula e prorrogação de prazo, propostos pela Comissão Coordenadora de Programa;

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

XXVI - analisar e submeter à CNR do CoPGr as solicitações de alterações de frequência e conceitos conforme o disposto no § 2º do art. 75 deste Regimento.	XXVI - deliberar sobre as solicitações de alterações de frequência e conceitos conforme o disposto no § 2º do art. 74 deste Regimento.
	XXVII – submeter à CaC do CoPGr o credenciamento do conjunto atualizado das disciplinas apresentado pelos Programas e suas áreas de concentração, a cada cinco anos.
	Parágrafo único – Aplica-se à CPG de programa único o disposto no art.38 deste Regimento.
	XXVIII – definir o número de membros que comporão as comissões julgadoras de Tese. Este número deverá ser igual para todos os seus Programas.
Artigo 36 - As reuniões da CPG podem ser realizadas somente com a presença de mais da metade de seus membros, salvo em casos de terceira convocação.	Artigo 34 - MANTIDO
Parágrafo único - O Presidente da CPG conduzirá as reuniões e, em seu impedimento, será substituído por seu Suplente.	Parágrafo único - MANTIDO

Capítulo V	Capítulo V
Da Comissão Coordenadora de Programa	Da Comissão Coordenadora de Programa
Artigo 37 - Cada Programa de Pós-Graduação deve contar com uma Comissão Coordenadora de Programa (CCP) constituída pelo Coordenador do Programa e seu Suplente, pelo menos mais um docente credenciado como orientador no Programa e pela representação discente do Programa.	Artigo 35 - MANTIDO
§ 1º - A eleição dos membros da CCP e de seus respectivos Suplentes será feita pelos orientadores credenciados no Programa de Pós-Graduação, podendo ser eleitos somente orientadores do Programa vinculados à Unidade. O mandato dos membros docentes da CCP será de dois anos, permitida a recondução.	§ 1º - A eleição dos membros da CCP e de seus respectivos Suplentes será feita pelos orientadores plenos credenciados no Programa de Pós-Graduação. O mandato dos membros docentes da CCP será de dois anos, permitida a recondução.
	§ 2º - Orientadores plenos do Programa externos à USP poderão compor a CCP, respeitado o disposto no parágrafo anterior, quando previsto na respectiva Norma.
§ 2º - A eleição do Coordenador e do Suplente do Coordenador será feita pelos orientadores credenciados no Programa de Pós-Graduação. O Coordenador e seu Suplente deverão ser membros titulares da CCP com mandato de dois anos, permitida a recondução.	§ 3º - A CCP terá um Coordenador e seu Suplente, eleitos pela CCP, dentre seus membros, com mandato de dois anos, permitida a recondução. O Coordenador e seu Suplente deverão ser docentes vinculados à Unidade a qual pertence o Programa. Nos Programas Interunidades, o Coordenador e seu Suplente deverão ser vinculados às Unidades participantes do Programa.
§ 3º - Os representantes discentes, titulares e suplentes, eleitos pelos seus pares, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes membros da	§ 4º - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

CCP, sendo no mínimo um discente, devem ser alunos regularmente matriculados no Programa de Pós-Graduação e não vinculados ao corpo docente da Universidade, com mandato de um ano, permitida uma recondução.	
Artigo 38 - A CCP de programa único de uma CPG será a própria CPG. Nessa condição, o Presidente da CPG e seu Suplente serão, respectivamente, o Coordenador do Programa e seu Suplente.	§ 5º - No caso de vacância de membro titular ou suplente da CCP, proceder-se-á nova eleição. O membro eleito nestes casos completará o período de mandato. Artigo 36 - MANTIDO
Artigo 39 - Cabe a cada Programa de Pós-Graduação elaborar seu regulamento e normas, que deverão ser aprovados pela CPG responsável pelo Programa, com as particularidades de sua área, respeitando o estabelecido pela CPG e CoPGr em suas decisões, normas, Regimentos e Regulamentos.	Artigo 37 - MANTIDO
Artigo 40 - Compete à CCP:	Artigo 38 - MANTIDO
I - deliberar sobre o credenciamento e credenciamento de disciplina e seus responsáveis;	I - MANTIDO
II - propor à CPG critérios de credenciamento e credenciamento de orientadores e co-orientadores, bem como a periodicidade do credenciamento, estabelecendo o período mínimo de três anos e, no máximo, de cinco;	II - MANTIDO
III - estabelecer o número máximo de alunos por orientador e co-orientador, respeitados os limites máximos estabelecidos neste Regimento;	III - MANTIDO
IV - deliberar sobre o credenciamento e credenciamento de seus orientadores e co-orientadores;	IV - MANTIDO
V - organizar e divulgar anualmente lista de orientadores credenciados;	V - MANTIDO
VI - deliberar sobre o número de vagas oferecido em cada processo seletivo para os cursos do Programa de Pós-Graduação;	VI - MANTIDO
VII - submeter à CPG para homologação os critérios específicos de seleção nos cursos do Programa de Pós-Graduação;	VII - MANTIDO
VIII - coordenar o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação e designar os membros da comissão de seleção, quando necessário;	VIII - MANTIDO
IX - encaminhar à CPG a relação dos candidatos selecionados para homologação e divulgação;	IX - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
{Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12}

X – referendar o aceite do orientador escolhido pelo aluno;	X – MANTIDO
XI – deliberar sobre mudança de orientador;	XI – MANTIDO
XII – deliberar sobre desligamentos de alunos;	XII – MANTIDO
XIII – fixar o número de línguas estrangeiras obrigatórias, discriminando-as, e estabelecer os critérios do exame de proficiência;	XIII – MANTIDO
XIV – propor à CPG o número total de unidades de crédito exigido para os Cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado sem obtenção prévia do título de Mestre (Doutorado Direto), indicando explicitamente o número mínimo de créditos relacionados a disciplinas e a elaboração da dissertação ou tese;	XIV – propor à CPG o número total de unidades de crédito exigido para os Cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado sem obtenção prévia do título de Mestre, denominado Doutorado Direto, indicando explicitamente o número mínimo de créditos relacionados a disciplinas e a elaboração da dissertação ou tese;
XV – propor à CPG o número de unidades de crédito especiais de acordo com o disposto no art. 65 deste Regimento;	XV – propor à CPG o número de unidades de crédito especiais de acordo com o disposto no art. 64 deste Regimento;
XVI – estabelecer critérios objetivos de desempenho acadêmico a serem cumpridos pelo pós-graduando até o depósito da dissertação ou tese;	XVI – MANTIDO
XVII – organizar calendário escolar para cada período letivo, fixando as épocas e prazos de matrícula em conformidade com as determinações dos órgãos centrais da USP, para aprovação pela CPG, que fará a sua divulgação com antecedência;	XVII – MANTIDO
XVIII – elaborar o calendário semestral de oferecimento das disciplinas para aprovação pela CPG, que fará a sua divulgação com antecedência;	XVIII – MANTIDO
XIX – autorizar a participação de professores colaboradores em disciplinas de Pós-Graduação;	XIX – MANTIDO
XX – deliberar sobre solicitações de contagem de créditos obtidos em disciplinas cursadas fora da USP de acordo com o disposto no § 3º do art. 73 deste Regimento;	XX – deliberar sobre solicitações de contagem de créditos obtidos em disciplinas cursadas fora da USP de acordo com o disposto no § 3º do art. 72 deste Regimento;
XXI – deliberar sobre a matrícula de alunos especiais, com aprovação do docente responsável pela disciplina;	XXI – MANTIDO
XXII – estabelecer critérios para cancelamento de turmas de disciplinas;	XXII – MANTIDO
XXIII – estabelecer os critérios para o julgamento do exame de qualificação para o Doutorado e, se pertinente, para o Mestrado;	XXIII – estabelecer os critérios para o julgamento do exame de qualificação;
XXIV – designar os membros titulares e suplentes da comissão examinadora do exame de qualificação;	XXIV – MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

XXV - homologar o relatório da comissão examinadora do exame de qualificação, no prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados a partir da data de realização do exame;	XXV – MANTIDO
XXVI – sugerir à CPG, ouvido o orientador, a composição da comissão julgadora de defesa de dissertação do Mestrado ou de tese do Doutorado;	XXVI - MANTIDO
XXVII - propor à CPG para homologação reformulações nos cursos e no Programa como um todo;	XXVII - MANTIDO
XXVIII - submeter à CPG as solicitações de trancamento de matrícula, prorrogação de prazo e transferência de Programa e/ou área de concentração;	XXVIII - MANTIDO
XXIX - submeter à CPG as solicitações de alterações de frequência e conceitos conforme o disposto no § 2º do art. 75 deste Regimento;	XXIX - submeter à CPG as solicitações de alterações de frequência e conceitos conforme o disposto no § 2º do art. 74 deste Regimento;
XXX – analisar e submeter à CPG as propostas de convênios interinstitucionais e outros relativos ao Programa;	XXX – MANTIDO
XXXI – coordenar a execução dos programas e convênios de agências de fomento;	XXXI - MANTIDO
	XXXII - estabelecer formas adicionais de avaliação de alunos quando previstas em sua norma.
	XXXIII - deliberar sobre as solicitações de alunos para transferência de área de concentração;
	XXXIV – deliberar sobre a realização da avaliação escrita no julgamento das Dissertações e Teses, conforme disposto no art. 95 deste Regimento.
TÍTULO III - Do Ensino	TÍTULO III - Do Ensino
Capítulo I	Capítulo I
Dos Alunos	Dos Alunos
Seção I	Seção I
Da Admissão	Da Admissão
Artigo 41 - O acesso à Pós-Graduação deve ser feito através de processo seletivo previamente definido pela CCP, aprovado pela CPG e amplamente divulgado, assegurando-se o ingresso de candidatos com maior potencial.	Artigo 39 - MANTIDO
§ 1º - Para a inscrição ao processo seletivo, pode-se não exigir a conclusão em curso de graduação.	§ 1º - Para inscrição no processo seletivo, pode-se dispensar a apresentação do comprovante de conclusão em curso de graduação.
§ 2º - O processo de seleção deve estar claramente definido nas normas do Programa quanto a etapas e critérios de seleção.	§ 2º - A CPG elaborará e divulgará informações detalhadas sobre o processo seletivo na forma de edital, publicado no Diário Oficial do Estado, respeitado o

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

{Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12}

§ 3º - O processo seletivo mencionado no <i>caput</i> deste artigo deve dar-se através de outras avaliações que não exclusivamente a entrevista com o candidato.	Regimento de Pós-Graduação da USP. § 3º - MANTIDO
Artigo 42 - Os candidatos aprovados no processo seletivo deverão apresentar, no ato da matrícula, cópia do diploma devidamente registrado, histórico escolar completo ou certificado com a data de conclusão de curso de Graduação, contendo a data em que foi efetuada a colação de grau, obtido em curso oficialmente reconhecido.	Artigo 40 - Os candidatos aprovados no processo seletivo deverão apresentar, no ato da matrícula, cópia do diploma devidamente registrado, histórico escolar completo ou certificado com a data de outorga do grau obtido em curso de Graduação oficialmente reconhecido.
§ 1º - Não será aceito diploma obtido em licenciatura curta, a não ser em casos especiais de mérito acadêmico comprovado por comissão especificamente constituída pela CCP e aprovada pela CPG e pela CNR do CoPGr.	§ 1º - Não será aceito diploma obtido em licenciatura curta, a não ser em casos especiais de mérito acadêmico comprovado por comissão especificamente constituída pela CCP e aprovada pela CPG e pela CaN do CoPGr
§ 2º - O mérito acadêmico mencionado no § 1º será avaliado com base no currículo devidamente documentado e em outros documentos ou prova escrita ou oral, a critério da CCP.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - Os certificados dos cursos sequenciais não asseguram, para fins do estabelecido no § 1º, as condições nele previstas.	§ 3º - MANTIDO
§ 4º - Se não houver colação de grau na Instituição, o candidato deverá comprovar a data de conclusão do curso.	SUPRIMIDO
Artigo 43 - A juízo da CPG, pode ser cobrada taxa de inscrição de candidatos ao processo seletivo para a cobertura de custos relativos aos serviços administrativos prestados.	Artigo 41 - A juízo da CPG, pode ser cobrada taxa de inscrição de candidatos no processo seletivo para cobertura de custos relativos aos serviços administrativos prestados.
§ 1º - Na hipótese dessa cobrança, a taxa individual de inscrição não poderá exceder o valor máximo definido pelo CoPGr.	§ 1º - Na hipótese dessa cobrança, a taxa individual de inscrição não poderá exceder o valor máximo definido pelo CoPGr, atualizado a cada dois anos.
§ 2º - Podem ser isentos do pagamento da taxa de inscrição em processo seletivo os servidores da Universidade de São Paulo, de outras Universidades amparadas por convênios de reciprocidade e os candidatos cuja situação econômica lhes impeça o atendimento da exigência.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - À CPG caberá decidir sobre a concessão de isenção aos candidatos que a solicitarem com base em critérios previamente estabelecidos.	§ 3º - MANTIDO
Artigo 44 - Os candidatos estrangeiros somente podem ser admitidos e mantidos nos cursos de Pós-Graduação oferecidos pela USP quando apresentarem o documento de identidade válido e de visto temporário ou permanente que os autorize a estudar no Brasil.	Artigo 42 - MANTIDO
§ 1º - Para a formalização da solicitação de prorrogação da estada do estrangeiro	§ 1º - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

com documento de identidade, a Unidade providenciará a expedição da documentação que lhe competir.	
§ 2º - A apresentação da documentação a que se refere o <i>caput</i> deste artigo constitui um pré-requisito para a matrícula do candidato estrangeiro.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - Os Diretores das Unidades devem zelar pela fiel observância da exigência de que trata este artigo.	§ 3º - MANTIDO

Seção II Da Matrícula	Seção II Da Matrícula
Artigo 45 - O estudante de Pós-Graduação deve efetuar a matrícula regularmente, em cada período letivo, nas épocas e prazos fixados pelos órgãos centrais da USP, em todas as fases de seus estudos, até a obtenção do título de Mestre ou de Doutor.	Artigo 43 - MANTIDO
Artigo 46 - É vedada a cobrança de taxas, a qualquer título, quer para matrícula regular, quer para matrícula em disciplinas oferecidas pela Universidade, nos cursos de Mestrado e Doutorado, de alunos regularmente matriculados.	Artigo 44 – MANTIDO
Artigo 47 – É vedada a matrícula simultânea em mais de um curso de Mestrado ou de Doutorado na Universidade de São Paulo.	Artigo 45 - MANTIDO
Artigo 48 - O aluno participante de convênio celebrado pela USP, atuando em atividades de Pós-Graduação, por período igual ou superior a três meses, sob supervisão de orientador credenciado em Programa de Pós-Graduação da USP, pode ser matriculado como aluno regular no Programa ou área de concentração na qual o orientador está credenciado.	SUPRIMIDO
§ 1º - A matrícula deste aluno na Pós-Graduação deverá ser efetivada pela PRPG e terá validade durante o período de permanência na USP.	SUPRIMIDO
§ 2º - O estudante nestas condições estará sujeito às normas e regulamentos gerais do Curso e Programa de origem.	SUPRIMIDO
§ 3º - O estudante descrito no <i>caput</i> poderá cursar disciplinas com direito a certificado.	SUPRIMIDO

Seção III Dos Prazos	Seção III Dos Prazos
Artigo 49 - O prazo para a realização dos cursos de Mestrado ou de Doutorado deve ser fixado nos regulamentos dos Programas de Pós-Graduação, observados os limites estabelecidos nos parágrafos deste artigo.	Artigo 46 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

§ 1º - O curso de Mestrado deverá ser concluído no prazo máximo de quarenta e oito meses.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - O curso de Doutorado, sem obtenção prévia do título de Mestre (Doutorado Direto) deverá ser concluído no prazo máximo de setenta e dois meses.	§ 2º - O curso de Doutorado, sem obtenção prévia do título de Mestre, denominado Doutorado Direto, deverá ser concluído no prazo máximo de setenta e dois meses.
§ 3º - O portador do título de Mestre que se inscrever em curso de Doutorado deverá concluir o curso no prazo máximo de sessenta meses.	§ 3º - MANTIDO
§ 4º - A critério da CCP poderão ser fixados prazos mínimos para a conclusão dos cursos de Mestrado e Doutorado.	§ 4º - MANTIDO
§ 5º - Para fins do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, não será computado o tempo em que o aluno regularmente matriculado em curso de Mestrado ou Doutorado tiver exercido a representação discente no Co, nos Conselhos Centrais, em suas respectivas Câmaras ou Comissões permanentes, limitado ao período de um mandato e desde que tenha comparecido em, pelo menos, cinquenta por cento das reuniões.	§ 5º - MANTIDO
Artigo 50 - O prazo para a realização do curso de Mestrado ou de Doutorado inicia-se pela primeira matrícula do aluno e encerra-se com o depósito da respectiva dissertação ou tese, respeitados os procedimentos definidos pela CCP.	Artigo 47 - O prazo para a realização do curso de Mestrado ou de Doutorado conta-se pela matrícula inicial como aluno regular e encerra-se com o depósito da Dissertação ou Tese, respeitados os procedimentos definidos pela CCP.
Parágrafo único - Se os créditos excedentes de Mestrado forem aproveitados no Doutorado, a contagem de prazo para o Doutorado retroagirá à data de defesa da dissertação de Mestrado.	Parágrafo único - Créditos excedentes de Mestrado, obtidos até 36 meses anteriormente à matrícula no Doutorado, poderão ser aproveitados para este curso.
Artigo 51 - O aluno de Mestrado ou de Doutorado pode solicitar aproveitamento de créditos referentes a disciplinas cursadas como aluno especial antes da matrícula regular, observadas as disposições do art. 58 deste Regimento.	Artigo 48 - O aluno de Mestrado ou de Doutorado pode solicitar aproveitamento de créditos referentes a disciplinas cursadas como aluno especial, nos últimos 36 meses anteriores à matrícula regular, observadas as disposições do art. 57 deste Regimento.
Parágrafo único - Na hipótese de que trata este artigo, a contagem de prazo retroagirá à data de início das disciplinas objeto da solicitação de aproveitamento dos créditos, exceto o caso excepcional previsto no art. 59 deste Regimento.	SUPRIMIDO

Seção IV	
Do Trancamento de Matrícula	
Artigo 52 - Em caráter excepcional, o estudante matriculado em curso de Mestrado ou Doutorado pode requerer o trancamento de matrícula com plena cessação das atividades escolares, em qualquer estágio do respectivo curso, por prazo total não	Do Trancamento de Matrícula e da Licença Maternidade
	Artigo 49 - O estudante matriculado em curso de Mestrado ou Doutorado pode requerer o trancamento de matrícula, por prazo não superior a 12 meses, quando estiver impossibilitado temporariamente e por motivos alheios à sua

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

superior a trezentos e sessenta e cinco dias.	vontade de manter suas atividades acadêmicas.
§ 1º - A pós-graduanda poderá usufruir além do prazo de trancamento estabelecido no caput deste artigo, de cento e oitenta dias de licença-maternidade.	SUPRIMIDO
§ 2º - Para a concessão do trancamento de matrícula deverão ser atendidos os seguintes quesitos:	§ 2º - Para a concessão do trancamento de matrícula deverão ser atendidos os seguintes requisitos:
I - requerimento firmado pelo aluno e com parecer circunstanciado do orientador, dirigido à CCP, contendo os motivos da solicitação documentalmente comprovados, prazo pretendido e data de início;	I - MANTIDO
II - a manifestação da CCP deverá ser encaminhada para apreciação da CPG que a submeterá à CNR do CoPGr;	II - a manifestação da CCP deverá ser encaminhada para deliberação da CPG;
	III - em casos de trancamento de matrícula por motivo de doença do aluno ou de seus familiares, a CPG poderá encaminhar o pedido para deliberação da CaN do CoPGr;
III - não será concedido trancamento de matrícula durante a vigência de prorrogação de prazo para a conclusão da dissertação ou da tese, com exceção de casos de doença grave, a critério da CNR do CoPGr;	IV - não será concedido trancamento de matrícula durante a vigência de prorrogação de prazo para a conclusão da dissertação ou da tese, com exceção de casos de doença, a critério da CaN do CoPGr;
IV - o trancamento de matrícula poderá retroagir à data da ocorrência do motivo de sua concessão, desde que solicitado e enquanto o motivo perdurar, e desde que não provoque superposição com matrícula ou qualquer outra atividade realizada.	V - o trancamento de matrícula poderá retroagir à data da ocorrência do motivo de sua concessão, desde que solicitado e enquanto o motivo perdurar, e desde que não provoque superposição com qualquer atividade realizada, exceto matrícula.
	Artigo 50 - A pós-graduanda poderá usufruir de licença-maternidade por um prazo de até seis meses, com suspensão da contagem dos prazos regimentais.
	Parágrafo único: Para a concessão da licença-maternidade deverão ser atendidos os seguintes requisitos:
	I - requerimento firmado pela aluna dirigido à CCP, acompanhado da certidão de nascimento;
	II - a licença maternidade será concedida a partir da data do nascimento ou da adoção, devendo ser solicitada em até seis meses desta.

Seção V Da Prorrogação de Prazo	Seção V Da Prorrogação de Prazo
Artigo 53 - Em caráter excepcional, a prorrogação de prazo para depósito da dissertação ou tese pode ser concedida, por período não superior a cento e vinte dias, para os alunos matriculados em Programas que tenham prazo para a conclusão	Artigo 51 - Poderá ser concedida prorrogação de prazo para depósito da Dissertação ou Tese para os alunos matriculados em Programas que tenham prazo para a conclusão dos cursos inferior ao estabelecido no art. 46 deste

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

dos cursos inferior ao estabelecido no art. 49 deste Regimento.	Regimento
Parágrafo único - Para a concessão da prorrogação deverão ser atendidos os seguintes quesitos:	Parágrafo único - Para a concessão da prorrogação deverão ser atendidos os seguintes requisitos:
I - requerimento firmado pelo aluno e com parecer circunstanciado do orientador, dirigido à CCP, acompanhado de justificativa da solicitação, versão preliminar da dissertação ou tese e cronograma indicativo das atividades a serem desenvolvidas no período;	I - requerimento firmado pelo aluno e com parecer circunstanciado do orientador, dirigido à CCP, acompanhado de justificativa da solicitação, relatório referente ao estágio atual da Dissertação ou Tese e cronograma indicativo das atividades a serem desenvolvidas no período;
II - a manifestação da CCP deverá ser encaminhada para apreciação da CPG que a submeterá à CNR do CoPGr.	II - a manifestação da CCP deverá ser submetida à deliberação da CPG.

Seção VI		Seção VI
Do Desligamento		Do Desligamento
Artigo 54 - O aluno matriculado no Mestrado ou Doutorado poderá ser desligado do curso nos seguintes casos:		Artigo 52 - O aluno matriculado poderá ser desligado do curso nos seguintes casos:
I - se for reprovado duas vezes na mesma disciplina ou reprovado em três disciplinas distintas;		I - MANTIDO
II - se não efetuar a matrícula regularmente em dois períodos letivos consecutivos dentro do prazo previsto no calendário escolar fixado pelo CoPGr;		II - MANTIDO
III - se for reprovado pela segunda vez no exame de qualificação;		III - se não for aprovado no exame de qualificação nos prazos estabelecidos neste Regimento;
IV - se não cumprir as atividades ou exigências nos prazos regimentais;		IV - ausência de justificativa circunstanciada do aluno, com anuência do orientador, quando a maioria dos pareceres considerar a Dissertação ou Tese não apta para defesa, nos termos do que rege o artigo 96 § 4º deste Regimento;
V - a pedido do interessado.		V - MANTIDO
		VI - MANTIDO
Parágrafo único - A CCP poderá estabelecer, nas normas do Programa, critérios para desligamento baseados em desempenho acadêmico e científico insatisfatórios.		Parágrafo único - A CCP poderá estabelecer nas normas do Programa, critérios para desligamento baseados em desempenho acadêmico e científico insatisfatórios.

Seção VII	Seção VII
Da Nova Matrícula	Da Nova Matrícula

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

Artigo 55 - O aluno desligado sem a conclusão do Mestrado ou do Doutorado e que for novamente selecionado terá seu reingresso considerado como nova matrícula.	Artigo 53 - O aluno desligado sem a conclusão do Mestrado ou do Doutorado e que for aprovado em novo processo seletivo terá seu reingresso considerado como nova matrícula.
§ 1º - Considera-se desligamento, para fins do <i>caput</i> deste artigo, a ocorrência de um dos casos citados no art. 54 deste Regimento.	§ 1º - Considera-se desligamento, para fins do <i>caput</i> deste artigo, a ocorrência de um dos casos citados no art. 52 deste Regimento.
§ 2º - A solicitação de nova matrícula deverá ser instruída com os seguintes documentos: I - justificativa do interessado; II - anuência do orientador; III - plano de trabalho aprovado pelo orientador; IV - histórico escolar do antigo curso.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - A documentação deverá ser acompanhada de manifestação da CCP apoiada em parecer circunstanciado, emitido por um relator por ela designado, e aprovado pela CPG.	§ 3º - MANTIDO
§ 4º - A nova matrícula deverá ser efetivada pela CPG no prazo máximo de cento e oitenta dias contados a partir da data de reingresso. Decorrido esse prazo, a matrícula só poderá ser efetivada pela CNR do CoPGr.	§ 4º - A nova matrícula deverá ser efetivada pela CCP no prazo máximo de seis meses contados a partir da data de reingresso. Decorrido esse prazo, a matrícula só poderá ser efetivada pela CPG.
§ 5º - O interessado, cuja solicitação for aprovada, será considerado aluno novo. Consequentemente, deverá cumprir todas as exigências a que estão sujeitos os alunos ingressantes e não poderá aproveitar créditos obtidos anteriormente.	§ 5º - O interessado, cuja solicitação for aprovada, será considerado aluno novo. Consequentemente, deverá cumprir todas as exigências a que estão sujeitos os alunos ingressantes, podendo aproveitar os créditos cursados nos últimos 36 meses, a critério do orientador.

Seção VIII	Seção VIII
Da Transferência de Programa, Área de Concentração e Curso	Da Transferência de Programa, Área de Concentração e Curso
Artigo 56 - A CPG deve deliberar sobre solicitações de transferência de Programa ou de área de concentração de alunos regularmente matriculados na USP.	Artigo 54 - A CPG deve deliberar sobre solicitações de transferência de Programa e a CCP sobre a de área de concentração do Programa de alunos regularmente matriculados na USP.
§ 1º - A solicitação deverá ser instruída com os seguintes documentos:	§ 1º - MANTIDO
I - justificativa circunstanciada do interessado;	I - MANTIDO
II - concordância e manifestação do novo e do atual orientador;	II - MANTIDO
III - concordância das CCPs dos Programas envolvidos;	III - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

IV - histórico escolar completo do curso iniciado anteriormente;	IV - MANTIDO
V - parecer da CPG anterior, se houver, sobre o desempenho do aluno;	V - MANTIDO
VI - parecer circunstanciado de um relator designado pela CPG responsável pelo novo Programa.	VI - MANTIDO
§ 2º - Para início da contagem do prazo máximo, será considerada a data de ingresso do interessado no primeiro Programa.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - Aprovada a transferência, submeter-se-á o aluno aos prazos e às normas do novo Programa.	§ 3º - MANTIDO
§ 4º - A critério da CPG responsável pelo novo Programa, os créditos obtidos anteriormente poderão ser aceitos parcialmente ou em sua totalidade.	§ 4º - MANTIDO
§ 5º - A transferência de Programa ou de área de concentração será permitida uma única vez no mesmo curso.	SUPRIMIDO
§ 6º - Em caso de transferência entre CPGs, além do disposto nos §§ 1º a 5º deste artigo, deverá haver manifestação das CCPs e CPGs envolvidas.	§ 5º - Em caso de transferência entre CPGs, além do disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo, deverá haver manifestação das CCPs e CPGs envolvidas.
Artigo 57 - De acordo com critérios estabelecidos pela CCP, podem ser permitidas transferências de curso na mesma área de concentração, tanto de Mestrado para Doutorado Direto, como de Doutorado Direto para Mestrado ou de Doutorado Direto para o Doutorado, com aproveitamento dos créditos já obtidos.	Artigo 55 - De acordo com critérios estabelecidos pela CCP podem ser permitidas transferências de áreas de concentração e de curso na mesma área de concentração, com aproveitamento dos créditos já obtidos
	§ 1º - As transferências poderão ser: de Mestrado para Doutorado Direto, de Doutorado Direto para Mestrado, de Doutorado para Mestrado ou de Doutorado Direto para Doutorado.
	§ 2º - Quando o requerimento de transferência de curso ocorrer após exame de qualificação, o pedido deverá ser deliberado pela CCP, com base em parecer circunstanciado.
§ 1º - Deverão ser cumpridos o regulamento e as normas do novo curso, vigentes na data da transferência.	§ 3º - MANTIDO
§ 2º - Para efeito de contagem de prazo, será considerada a data de ingresso no primeiro curso.	§ 4º - MANTIDO
§ 3º - A transferência de curso será permitida uma única vez.	SUPRIMIDO
	Artigo 56 - A transferência de curso poderá também ser motivada por deliberação da comissão examinadora do exame de qualificação, conforme estabelecido no Art. 78 deste Regimento.

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

	Parágrafo único – A transferência do Mestrado para o Doutorado será realizada mediante requerimento do aluno com anuência do orientador.
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Seção IX Do Aluno Especial	
Artigo 58 - Alunos especiais são aqueles matriculados apenas em disciplinas isoladas sem vínculo com qualquer Programa de Pós-Graduação da USP.	Artigo 57 - MANTIDO
§ 1º - Os alunos especiais terão direito a um certificado de aprovação em disciplinas, expedido pela CPG.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - A aceitação do aluno especial deve ser aprovada pela CCP, ouvido o docente responsável pela disciplina.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - A critério do orientador, quando da passagem de aluno especial para aluno regular, poderão ser aproveitados créditos em disciplinas cursadas isoladamente em até trezentos e sessenta e cinco dias anteriores à data da matrícula, limitado a um terço do total dos créditos mínimos exigidos em disciplinas no curso.	§ 3º - A critério do orientador, poderão ser aproveitados créditos em disciplinas cursadas na condição de aluno especial, nos 36 meses anteriores à data da matrícula inicial como aluno regular.
Artigo 59 - Podem, em casos excepcionais, a juízo da CCP, ser admitidos para matrícula em disciplinas de Pós-Graduação, na condição de alunos especiais, alunos de graduação da USP, desde que sejam encaminhados por orientadores credenciados em Programa de Pós-Graduação da USP e que estejam participando de atividades de iniciação científica.	Artigo 58 - Podem, a juízo da CCP, ser admitidos para matrícula em disciplinas de Pós-Graduação, na condição de alunos especiais, alunos de graduação da USP, desde que sejam encaminhados por orientadores credenciados em Programa de Pós-Graduação da USP e que estejam participando de atividades de iniciação científica.
Parágrafo único - Os créditos assim obtidos poderão ser computados no conjunto necessário para a obtenção do título de Mestre ou Doutor, desde que o aluno seja admitido, após aprovação no processo seletivo, no prazo máximo de três anos após a conclusão da disciplina.	Parágrafo único - Os créditos assim obtidos, nos últimos 36 meses, poderão ser computados no conjunto necessário para a obtenção do título de Mestre ou Doutor, desde que o aluno seja admitido, após aprovação no processo seletivo, em um desses cursos.

Capítulo II Dos Créditos e da Proficiência em Língua Estrangeira	
Seção I Dos Créditos Mínimos exigidos	
Artigo 60 - A integralização dos estudos necessários no Mestrado ou Doutorado se expressa em unidades de crédito.	Artigo 59 - MANTIDO
Parágrafo único - A unidade de crédito corresponde a quinze horas de atividades programadas.	Parágrafo único - A unidade de crédito corresponde a quinze horas de atividades.

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

{Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12}

Artigo 61 - O aluno de Mestrado deve integralizar, pelo menos, 96 (noventa e seis) unidades de crédito, ou seja, no mínimo, 1.440 horas que contemplem disciplinas e a elaboração da dissertação.	Artigo 60 - Para obtenção do título de Mestre, o aluno deve integralizar, pelo menos, 96 (noventa e seis) unidades de crédito, ou seja, no mínimo, 1.440 horas que contemplem disciplinas e a elaboração da dissertação.
Artigo 62 - O aluno de Doutorado deve integralizar, pelo menos, 192 (cento e noventa e duas) unidades de crédito, ou seja, no mínimo, 2.880 horas que contemplem disciplinas e a elaboração da tese.	Artigo 61 - Para obtenção do título de Doutor o aluno deve integralizar, pelo menos, 192 (cento e noventa e duas) unidades de crédito, ou seja, no mínimo, 2.880 horas que contemplem disciplinas e a elaboração da tese.
Parágrafo único - O aluno de Doutorado, portador do título de mestre pela USP ou por ela reconhecido, deverá completar, pelo menos, 96 (noventa e seis) unidades de crédito, ou seja, no mínimo, 1.440 horas que contemplem disciplinas e a elaboração da tese.	Parágrafo único - Para obtenção do título de Doutor, o aluno portador do título de mestre pela USP ou por ela reconhecido, deverá completar, pelo menos, 96 (noventa e seis) unidades de crédito, ou seja, no mínimo, 1.440 horas que contemplem disciplinas e a elaboração da tese.
Artigo 63 - Respeitadas as exigências a que se referem os arts. 61 e 62 e seu parágrafo único, será fixado em cada Programa de Pós-Graduação, com aprovação pela CPG, o número de unidades de crédito, com a indicação explícita exigida em disciplinas e na elaboração da dissertação ou tese.	Artigo 62 - Respeitadas as exigências a que se referem os arts. 60 e 61 e seu parágrafo único, será fixado em cada Programa de Pós-Graduação, com aprovação pela CPG, o número de unidades de crédito, com a indicação explícita do número de unidades de crédito exigido em disciplinas e na elaboração da dissertação ou tese.
Parágrafo único - O número de créditos em disciplinas não poderá exceder a cinquenta por cento do número total de créditos exigidos no curso, respeitado o mínimo estabelecido no caput deste artigo.	Parágrafo único - MANTIDO
<div>Seção II</div> <div>Dos Créditos Excedentes</div>	
Artigo 64 - Os créditos excedentes de Mestrado podem ser aproveitados no Doutorado, desde que a disciplina ou atividade tenha se iniciado após a obtenção dos créditos mínimos exigidos no Mestrado e aprovação no exame de qualificação, se exigido, obedecido o disposto no art. 50 deste Regimento.	Artigo 63 - Os créditos excedentes de Mestrado podem ser aproveitados no Doutorado, conforme disposto no parágrafo único do Artigo 47.
§ 1º - Se o exame de qualificação é exigido após a obtenção dos créditos mínimos, os créditos excedentes poderão ficar disponíveis para o Doutorado.	SUPRIMIDO
§ 2º - Se os créditos excedentes forem utilizados no Mestrado, a dissertação não poderá ser defendida antes da obtenção desses créditos.	SUPRIMIDO

<div>Seção III</div> <div>Dos Créditos Especiais</div>	
Artigo 65 - Podem, a juízo da CCP, ser computados no total de créditos mínimos exigidos em disciplinas, as seguintes atividades desenvolvidas pelo aluno:	Artigo 64 - MANTIDO
1 - trabalho completo publicado em revista de circulação nacional ou internacional	1 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

que tenha corpo editorial reconhecido e sistema referencial adequado;	
II - publicação de trabalho completo em anais (ou similares);	II - MANTIDO
III - livro ou capítulo de livro de reconhecido mérito na área do conhecimento;	III - MANTIDO
IV - capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais;	IV - MANTIDO
V - participação em congresso científico com apresentação de trabalho, cujo resumo seja publicado em anais (ou similares);	V - MANTIDO
VI - depósito de patentes;	VI - MANTIDO
	VII – atividades programadas previstas nas normas do Programa;
VII - participação no Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE).	VIII - MANTIDO
§ 1º - Os créditos referentes aos incisos de I a VI deverão ser estabelecidos nas normas do Programa, não podendo ultrapassar cinquenta por cento dos créditos mínimos exigidos em disciplinas.	§ 1º - Os créditos referentes aos incisos de I a VII deverão ser estabelecidos nas normas do Programa, não podendo ultrapassar cinquenta por cento dos créditos mínimos exigidos em disciplinas.
§ 2º - As atividades a que se refere o inciso VII desse artigo, só poderão ser concedidos, no máximo, vinte por cento dos créditos mínimos exigidos em disciplinas.	§ 2º - As atividades a que se refere o inciso VII desse artigo, só poderão ser concedidos, no máximo, vinte por cento dos créditos mínimos exigidos em disciplinas.
§ 3º - Para fins de atribuição de créditos especiais, as atividades relacionadas nos incisos deste artigo deverão ser exercidas e comprovadas no período em que o aluno estiver regularmente matriculado no curso.	§ 3º - MANTIDO
§ 4º - Os créditos referentes aos incisos de I a VI só serão considerados quando o aluno for autor e o tema seja pertinente ao projeto de sua dissertação ou tese.	§ 4º - MANTIDO

Seção IV Da Língua Estrangeira	Seção IV Da Língua Estrangeira
Artigo 66 - Os alunos dos cursos de Mestrado e de Doutorado devem demonstrar proficiência em, pelo menos, uma língua estrangeira, de acordo com critérios estabelecidos pela CCP e aprovados pela CPG.	Artigo 65 - MANTIDO
§ 1º - Sendo de interesse do Programa, poderão ser exigidas duas línguas estrangeiras no curso de Doutorado, cabendo ao Programa de Pós-Graduação fixar o	§ 1º - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

número, discriminá-las e adotar os critérios do exame de proficiência, com aprovação da CPG.	
§ 2º - O portador do título de Mestre, matriculado no Doutorado, que tenha realizado proficiência em uma língua estrangeira no Mestrado, poderá ter a mesma aproveitada, conforme os critérios estabelecidos nas normas do Programa de Pós-Graduação aprovadas pela CPG.	§ 2º - O portador do título de Mestre, que tenha realizado proficiência em uma língua estrangeira no Mestrado, poderá ter a mesma aproveitada, conforme os critérios estabelecidos nas normas do Programa de Pós-Graduação aprovadas pela CPG.
§ 3º - Caso seja indicada apenas uma língua estrangeira, caberá à CCP interessada estabelecer os diferentes critérios do exame de proficiência para os cursos de Mestrado e de Doutorado.	§ 3º - MANTIDO
§ 4º - O candidato estrangeiro também deverá demonstrar proficiência em língua portuguesa, conforme os critérios estabelecidos nas normas do Programa de Pós-Graduação aprovadas pela CPG.	§ 4º - O candidato estrangeiro também deverá demonstrar proficiência em língua portuguesa, conforme os critérios estabelecidos nas normas do Programa de Pós-Graduação aprovadas pela CPG.
§ 5º - A critério do Programa e de acordo com suas normas, o exame de proficiência em língua estrangeira poderá ser exigido no processo seletivo.	§ 5º - MANTIDO
Artigo 67 - Os estudantes matriculados nos cursos de Mestrado e de Doutorado devem demonstrar proficiência em língua estrangeira no máximo até a metade do prazo regimental do curso.	Artigo 66 - Para obtenção dos títulos de Mestre e Doutor os estudantes devem demonstrar proficiência em língua estrangeira no máximo até a metade do prazo regimental do curso.
	Parágrafo único - Para os alunos de Doutorado, conforme critérios estabelecidos pela CCP e aprovados pela CPG, pode-se ter exigências adicionais do conhecimento de língua estrangeira, até a data do depósito da Tese.

Capítulo III Das Disciplinas e do Exame de Qualificação	Capítulo III Das Disciplinas e do Exame de Qualificação
Seção I Das Disciplinas	Seção I Das Disciplinas
Artigo 68 - As disciplinas que compõem o elenco de cada Programa ou área de concentração devem ser propostas pela CCP à respectiva CPG para análise e deliberação da CC do CoPG.	Artigo 67 - As disciplinas que compõem o elenco de cada Programa ou área de concentração devem ser propostas pela CCP à respectiva CPG para análise e deliberação da CaC do CoPG.
	§ 1º - A inclusão, exclusão ou reformulação de disciplinas que compõem o elenco de cada Programa devem ser propostas pela CCP para análise e deliberação da CPG.
	§ 2º - Poderão ser ministradas disciplinas em inglês ou outros idiomas, por proposta da CCP e aprovada pela CPG.

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

	§ 3º - As disciplinas poderão ser estruturadas em eixos de atividade de forma a facilitar a organização de um plano de formação entre orientador-orientado que garantam a abrangência de saberes necessários aos alunos do Programa.
Artigo 69 - Para análise das solicitações de credenciamento de disciplinas, a CCP deve designar um relator, cujo parecer ressalte o mérito e a importância da disciplina junto ao Programa ou área de concentração, bem como a competência específica dos professores responsáveis pela mesma.	Artigo 68 - MANTIDO
§ 1º - A carga horária semanal da disciplina fica limitada a dois créditos por semana (trinta horas), obedecida a proporção máxima de três horas de estudo para uma hora de aula teórica.	§ 1º - A carga horária semanal da disciplina fica limitada a dois créditos por semana (trinta horas).
§ 2º - O número máximo de créditos por disciplina não poderá exceder o total de 15 créditos.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - Na hipótese de a disciplina não possuir aula teórica, será obedecida a proporção máxima de duas horas de estudo para uma hora de outras atividades.	SUPRIMIDO
Artigo 70 - Cada disciplina pode ter até três professores responsáveis, portadores do título de Doutor, propostos pela CCP e aprovados pela CPG.	Artigo 69 – MANTIDO
§ 1º - Poderão ser propostos, pela CCP, colaboradores para ministrar partes específicas da disciplina.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - O credenciamento de docentes externos à USP como responsáveis por disciplinas deverá ser apreciado pela CC do CoPGr, através de proposta justificada pela CCP, com manifestação da CPG.	§ 2º - O credenciamento de docentes externos à USP como responsáveis por disciplinas deverá ser apreciado pela CaC do CoPGr, por proposta justificada pela CCP, com manifestação da CPG.
Artigo 71 - A cada cinco anos, os Programas ou áreas de concentração deverão atualizar suas disciplinas e apresentá-las à CPG para fins de credenciamento pela CC do CoPGr.	Artigo 70 - A cada cinco anos, os Programas e suas áreas de concentração deverão apresentar o conjunto atualizado de suas disciplinas à CPG para fins de credenciamento pela CaC do CoPGr.

Seção II Dos Conceitos em Disciplinas	Seção II Dos Conceitos em Disciplinas
Artigo 72 - O aluno de Mestrado ou Doutorado deve atender às exigências de rendimento escolar e frequência mínima de setenta e cinco por cento nas disciplinas de Pós-Graduação.	Artigo 71 - MANTIDO
Artigo 73 - O aproveitamento do aluno em cada disciplina será expresso por um dos seguintes conceitos: A - Excelente, com direito a crédito;	Artigo 72 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

<p>B - Bom, com direito a crédito; C - Regular, com direito a crédito; R - Reprovado, sem direito a crédito; T - Aprovado em disciplina cursada fora da USP.</p>	
<p>§ 1º - O aluno que obtiver conceito R em qualquer disciplina poderá repeti-la. Neste caso, como resultado final, será atribuído o conceito obtido posteriormente, devendo, entretanto, o conceito anterior constar do histórico escolar.</p>	<p>§ 1º - O aluno que obtiver conceito (R) em qualquer disciplina poderá repeti-la. Neste caso, como resultado final, será atribuído o conceito obtido posteriormente, devendo, entretanto, o conceito anterior constar do histórico escolar.</p>
<p>§ 2º - O aluno não poderá cursar a mesma disciplina no curso de Mestrado e no curso de Doutorado.</p>	<p>§ 2º - O aluno não poderá utilizar a mesma disciplina no curso de Mestrado e no curso de Doutorado para o cômputo total de créditos.</p>
<p>§ 3º - Disciplina cursada fora da USP em Programa de Pós-Graduação reconhecido poderá ser aceita para contagem de créditos, até o limite de um terço do valor mínimo exigido, mediante aprovação da CCP, observado o disposto no parágrafo único do art. 51 e no § 3º do 58.</p>	<p>§ 3º - Disciplina cursada fora da USP em Programa de Pós-Graduação reconhecido poderá ser aceita para contagem de créditos, até o limite de um terço do valor mínimo exigido, mediante aprovação da CCP, observado o disposto no § 3º do art.57</p>
<p>§ 4º - Quando houver convênio de cooperação acadêmica, científica, artística ou cultural, firmado entre a USP e outra instituição do País ou do exterior, o limite fixado no § 3º deste artigo poderá ser alterado por solicitação do aluno com manifestação da CCP e da CPG e aprovação da CC do CoPGr</p>	<p>§ 4º - Quando houver convênio de cooperação acadêmica, científica, artística ou cultural, firmado entre a USP e outra instituição do País ou do exterior, o limite fixado no § 3º deste artigo poderá ser alterado por solicitação do aluno com manifestação da CCP e da CPG e aprovação da CaC do CoPGr.</p>
<p>Artigo 74 - Após a divulgação do calendário das disciplinas não se podem alterar as datas de início e término das turmas.</p>	<p>Artigo 73 - MANTIDO</p>
<p>Parágrafo único - Em casos excepcionais, a alteração dessas datas poderá ocorrer por solicitação do docente responsável pela disciplina, com anuência de todos os alunos matriculados, à CCP, ouvida a CPG e aprovada pela CC do CoPGr.</p>	<p>Parágrafo único - Em casos excepcionais, a alteração dessas datas poderá ocorrer por solicitação do docente responsável pela disciplina, com anuência de todos os alunos matriculados, à CCP, ouvida a CPG.</p>
<p>Artigo 75 - A entrega dos conceitos atribuídos aos alunos matriculados nas disciplinas deve ser efetuada no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir do encerramento da disciplina.</p>	<p>Artigo 74 - MANTIDO</p>
<p>§ 1º - Eventuais correções autorizadas pelo docente poderão ser feitas no prazo máximo de quarenta dias, contados a partir da data de entrega dos conceitos.</p>	<p>§ 1º - MANTIDO</p>
<p>§ 2º - Após decorrido o prazo expresso no § 1º deste artigo, as alterações de frequência e/ou de conceito só poderão ser realizadas mediante autorização da CNR do CoPGr.</p>	<p>§ 2º - Após decorrido o prazo expresso no § 1º deste artigo, as alterações de frequência e de conceito só poderão ser realizadas mediante autorização da CPG.</p>
<p>Artigo 76 - Em requerendo, com a anuência do respectivo orientador, o cancelamento de matrícula em disciplina dentro do prazo previsto no calendário escolar fixado pela CPG, o aluno não terá a referida disciplina incluída em seu</p>	<p>Artigo 75 - MANTIDO</p>

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

histórico escolar.	Parágrafo único - O cancelamento referido no <i>caput</i> não terá efeito suspensivo em relação aos prazos máximos regimentais.	Parágrafo único - MANTIDO
Seção III		
Do Exame de Qualificação		Seção III
Artigo 77 - O exame de qualificação é obrigatório para o aluno de Doutorado e pode ser exigido do aluno de Mestrado, de acordo com as regras e critérios estabelecidos nas normas do Programa, respeitadas as normas fixadas neste Regimento.		Artigo 76 - O exame de qualificação é obrigatório para o aluno de pós-graduação, de acordo com regras e critérios estabelecidos nas normas do Programa, respeitadas as normas fixadas neste Regimento.
Artigo 78 - O exame de qualificação tem por objetivo avaliar a maturidade do aluno na sua área de investigação e deve, preferencialmente, ser realizado nas etapas iniciais dos trabalhos de dissertação ou tese.		Parágrafo único – A realização de avaliações adicionais será facultada ao Programa, desde que previstas em suas normas.
§ 1º - Os objetivos específicos, os procedimentos, os créditos, os prazos máximos para a realização e a forma do exame de qualificação deverão ser definidos pela CCP, observado o disposto no § 1º.		Artigo 77 - O exame de qualificação tem por objetivo avaliar a maturidade do aluno na área de conhecimento do Programa.
§ 2º - O aluno deve se inscrever para o exame de qualificação em até sessenta por cento do prazo máximo para o depósito da dissertação ou tese definido pela CCP e CPG. O exame deverá ser realizado em até cento e vinte dias após a data de inscrição;		§ 1º - Os critérios, créditos necessários, procedimentos, mecanismos de inscrição e a forma do exame de qualificação deverão ser definidos pela CCP, observado o disposto no § 2º.
Artigo 79 - No exame de qualificação, o aluno pode ser aprovado ou reprovado, não havendo atribuição de conceito.		§ 2º - A inscrição para o exame de qualificação deverá ocorrer em até 50% do prazo máximo para depósito da Dissertação ou Tese. O exame deverá ser realizado em até sessenta dias após a data de inscrição;
§ 1º - Será considerado aprovado no exame de qualificação o aluno que obtiver aprovação da maioria dos membros da comissão examinadora.		Artigo 78 - No exame de qualificação, o aluno pode ser aprovado para o Mestrado, para o Doutorado ou reprovado, não havendo atribuição de conceito, podendo acarretar transferência de curso, quando pertinente.
§ 2º - O aluno que for reprovado no exame de qualificação poderá repeti-lo apenas uma vez, em prazo não superior a cento e oitenta dias contados a partir da data de realização do primeiro exame.		§ 1º - MANTIDO
Artigo 80 - A comissão examinadora, aprovada pela CCP, deve ser constituída por		§ 2º - As transferências poderão ser de Mestrado para Doutorado Direto ou de Doutorado Direto para Mestrado, obedecido ao Parágrafo Único do Artigo 56.
		§ 3º - O aluno que for reprovado no exame de qualificação poderá se inscrever para repeti-lo apenas uma vez, respeitado o prazo máximo definido no § 2º do Art.77. Persistindo a reprovação, o aluno será desligado do Programa e receberá certificado das disciplinas cursadas.
		Artigo 79 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

três membros, com titulação mínima de doutor, devendo sua formação ser definida segundo critérios previamente aprovados pela CCP.	
	Parágrafo único – Em casos excepcionais, poderão constituir a comissão membros não portadores do título de Doutor, de reconhecida competência acadêmica ou técnico-científica, por proposta circunstanciada da CCP e aprovada pela CPG e por maioria absoluta no CoPGr.
Capítulo IV Dos Orientadores	Capítulo IV Dos Orientadores
Seção I Das Normas Gerais	Seção I Das Normas Gerais
Artigo 81 - O candidato ao título de Mestre ou de Doutor deve escolher um orientador, mediante prévia aquiescência deste, de uma relação organizada anualmente pela CCP.	Artigo 80 - MANTIDO
Parágrafo único - Os alunos de Mestrado ou Doutorado deverão estar vinculados a um orientador durante todo o período do curso.	§ 1º - Os alunos de Mestrado ou Doutorado deverão estar vinculados a um orientador durante todo o período do curso.
	§ 2º - É vedado que parente em linha reta ou colateral até o quarto grau seja orientador de aluno.
Artigo 82 - Os alunos ingressantes podem permanecer inicialmente sob a orientação acadêmica do Coordenador de Programa.	Artigo 81 - MANTIDO
Parágrafo único - Esse tipo de orientação deverá ser limitado ao prazo máximo de cento e oitenta dias e não será considerada no limite máximo de alunos conforme o disposto no § 1º do art. 85.	Parágrafo único - Esse tipo de orientação deverá ser limitado ao prazo máximo de cento e vinte dias e não será considerada no limite máximo de alunos do Coordenador de Programa, conforme o disposto no § 1º do art. 84.
Artigo 83 - Ao aluno é facultada a mudança de orientador com anuência do orientador atual e do novo orientador, com aprovação da CCP.	Artigo 82 - MANTIDO
§ 1º - Não havendo concordância dos orientadores e nem solução pela CCP, a solicitação deverá ser julgada pela CPG.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - Em caráter excepcional caberá ao Coordenador de Programa de Pós-Graduação assumir a orientação do aluno, a qual não será considerada no limite máximo de alunos por orientador, conforme o disposto no § 1º do art. 85.	§ 2º - Em caráter excepcional caberá ao Coordenador de Programa de Pós-Graduação assumir a orientação do aluno, a qual não será considerada no seu limite máximo de alunos por orientador, conforme o disposto no § 1º do art. 84.
Artigo 84 - Ao orientador é facultado abdicar da orientação de aluno, com a apresentação de justificativa circunstanciada, que deve ser aprovada pela CCP e pela CPG.	Artigo 83 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

Parágrafo único - Neste caso, durante a transferência de orientação, o atual orientador continua responsável pela orientação.	Parágrafo único - MANTIDO
Seção II	
Do Credenciamento e Recredenciamento dos Orientadores	Seção II
Artigo 85 - Cabe à CA do CoPGr analisar e aprovar proposta da CPG referente aos critérios específicos dos Programas para credenciamento e recredenciamento de orientadores portadores, no mínimo, do título de Doutor.	Do Credenciamento e Recredenciamento dos Orientadores
§ 1º - O número máximo de alunos por orientador é dez. Adicionalmente, o orientador poderá co-orientar até três alunos. A CCP poderá estabelecer limites máximos inferiores aos estabelecidos neste parágrafo.	Artigo 84 - Cabe à CaA do CoPGr analisar e aprovar proposta da CPG referente aos critérios específicos dos Programas para credenciamento e recredenciamento de orientadores portadores, no mínimo, do título de Doutor.
	§ 1º - O número máximo de alunos por orientador é dez. Adicionalmente, o orientador poderá co-orientar até dez alunos, desde que a soma de orientações e co-orientações não ultrapasse quinze. A CCP poderá estabelecer limites máximos inferiores aos estabelecidos neste parágrafo.
	§ 2º - O número de orientações poderá exceder dez, por proposta circunstanciada da CCP, aprovada pela CPG e CaA do CoPGr.
§ 2º - O credenciamento de orientadores de cada Programa será válido pelo prazo mínimo de três anos e máximo de cinco anos, podendo ser renovado por igual período.	§ 3º - O credenciamento de orientadores de cada Programa será válido pelo prazo mínimo de três anos e máximo de cinco anos, podendo ser renovado.
§ 3º - Será considerado recredenciamento a solicitação de credenciamento de orientador encaminhada à CCP em período não superior a dois anos contados a partir da data de vencimento do último credenciamento.	§ 4º - MANTIDO
§ 4º - O orientador que não tiver seu recredenciamento aprovado poderá concluir as orientações em andamento.	§ 5º - MANTIDO
§ 5º - O credenciamento poderá ser específico para um determinado aluno.	§ 6º - MANTIDO
§ 6º - Os orientadores externos à USP deverão ter, preferencialmente, credenciamento específico. Para o credenciamento e recredenciamento desses orientadores, a proposta deverá ser justificada pela CCP, avaliada pela CPG e aprovada pela CA do CoPGr.	§ 7º - Os orientadores externos à USP deverão ter, preferencialmente, credenciamento específico. Para o credenciamento e recredenciamento desses orientadores, a proposta deverá ser justificada pela CCP e aprovada pela CPG.
Artigo 86 - As normas de credenciamento e recredenciamento de orientadores devem contemplar objetivamente os seguintes critérios mínimos:	Artigo 85 - MANTIDO
I - excelência de sua produção científica, artística e/ou tecnológica, cuja natureza deverá ser especificada nas normas do Programa;	I - MANTIDO
II - coordenação e/ou participação do docente em projetos de pesquisa financiados, se pertinente.	II - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

<p>Parágrafo único - No credenciamento do orientador, deverão ser considerados ainda os seguintes quesitos: número de alunos por ele titulados no período, número de alunos egressos no período sem titulação (evasão) e existência de produção científica, artística e tecnológica derivadas das teses ou dissertações por ele orientadas.</p>	<p>Parágrafo único - MANTIDO</p>
<p align="center">Seção III Do Co-Orientador</p>	<p align="center">Seção III Do Co-Orientador</p>
<p>Artigo 87 - A CA do CoPGr pode aprovar, por proposta da CCP, com anuência da CPG, a figura do co-orientador para o aluno regularmente matriculado em curso de Doutorado ou em curso de Mestrado interinstitucionais.</p>	<p>Artigo 86 - A CPG pode aprovar, por proposta da CCP, um ou mais co-orientadores para o aluno regularmente matriculado.</p>
<p>§ 1º - O co-orientador contribui com tópicos específicos, complementando a orientação de dissertação ou tese de aluno de Pós-Graduação.</p>	<p>§ 1º - O co-orientador contribui com tópicos específicos, complementando a orientação de aluno de Pós-Graduação.</p>
<p>§ 2º - O co-orientador deverá ser portador, no mínimo, do título de doutor.</p>	<p>§ 2º - MANTIDO</p>
<p>§ 3º - O credenciamento do co-orientador será específico para um aluno, não implicando credenciamento pleno junto ao Programa de Pós-Graduação e/ou área de concentração.</p>	<p>§ 3º - O credenciamento do co-orientador será específico para um aluno, não implicando credenciamento pleno junto ao Programa de Pós-Graduação.</p>
<p>§ 4º - Somente poderá ser indicado um único co-orientador por aluno de Pós-Graduação.</p>	<p>§ 4º - O número máximo de co-orientações será dez, respeitado o limite de quinze para a soma de orientações e co-orientações por orientador. A CCP poderá estabelecer limites máximos inferiores aos estabelecidos neste parágrafo.</p>
<p>§ 5º - As CCPs deverão estabelecer em suas normas o número máximo de alunos por co-orientador, respeitado o limite máximo de três na USP.</p>	<p>SUPRIMIDO</p>
<p>§ 6º - O credenciamento de co-orientador deverá ser encaminhado à CCP pelo orientador, com anuência do aluno, no máximo até sessenta por cento do prazo regulamentar do Mestrado ou do Doutorado estabelecido nas normas do Programa. Essa solicitação deverá ser deliberada pela CCP em até no máximo noventa dias.</p>	<p>§ 5º - O credenciamento de co-orientador deverá ser encaminhado à CCP pelo orientador, com anuência do aluno, no máximo até oitenta por cento do prazo regulamentar do Mestrado ou do Doutorado estabelecido nas normas do Programa. Essa solicitação deverá ser deliberada pela CCP em até no máximo noventa dias.</p>
<p>Artigo 88 - Docente ou pesquisador vinculado a Instituições de Ensino e Pesquisa do exterior, portador do título de Doutor, que participe efetivamente na supervisão de aluno que esteja realizando estágio no exterior, pode ser credenciado como orientador ou co-orientador do respectivo aluno, sem a necessidade de equivalência ou reconhecimento do título de Doutor.</p>	<p>Artigo 87 - MANTIDO</p>

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

{Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12}

Parágrafo único - Nestes casos não se aplica o prazo disposto no § 6º do art. 87.	Parágrafo único - Nestes casos não se aplica o prazo disposto no § 6º do art. 86.
<p style="text-align: center;">Capítulo V</p> <p style="text-align: center;">Das Comissões Julgadoras e do Julgamento das Dissertações e Teses</p>	
<p style="text-align: center;">Seção I</p> <p style="text-align: center;">Das Dissertações e Teses</p>	
Artigo 88 - Mediante aprovação do orientador, os exemplares da dissertação ou tese devem ser depositados pelo aluno, na Secretaria de Pós-Graduação da Unidade, obedecendo-se aos prazos regimentais e aos requisitos estabelecidos nas normas de cada Programa de Pós-Graduação.	Artigo 88 – As Dissertações e Teses devem ser depositadas pelo aluno, em meio impresso e digital, mediante aprovação do orientador, na Secretaria de Pós-Graduação da Unidade, obedecendo-se aos prazos regimentais e aos requisitos estabelecidos nas normas de cada Programa de Pós-Graduação.
	§ 1º - Não havendo aprovação do orientador, a solicitação do aluno deverá ser julgada pela CCP e pela CPG.
	§ 2º - A Dissertação ou Tese será incorporada tanto à Biblioteca da Unidade quanto à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP pela Secretaria de Pós-Graduação da Unidade.
	§ 3º - A pedido do aluno, com anuência do orientador, a Dissertação ou Tese será mantida em acervo reservado por período de até dois anos, renovável uma vez pelo mesmo período, devendo o pedido ser entregue no momento do depósito.
	§ 4º - Será permitida a correção de Dissertações e Teses aprovadas, na forma disciplinada por Resolução do CoPGr.
Artigo 90 - As dissertações e as teses devem ser redigidas em português com resumo e título, preferencialmente, também em inglês, para fins de divulgação.	Artigo 89 - As Dissertações e Teses poderão ser redigidas e defendidas em português, inglês ou outro idioma, conforme estabelecido nas normas do Programa. Todas as Dissertações e Teses deverão conter título, resumo e palavras-chave em português e inglês.
§ 1º - Em casos excepcionais, nas áreas de Letras, poderão ser aceitas dissertações e teses redigidas em outro idioma, conforme estabelecido nas normas do Programa.	SUPRIMIDO
§ 2º - Em casos excepcionais, a critério da CPG e mediante parecer da CCP, poderão ser aceitas dissertações e teses redigidas em inglês ou espanhol.	SUPRIMIDO
	Artigo 90 – Os Programas definirão a forma das Dissertações e Teses em suas normas.
Artigo 91 - A CPG conta com o prazo máximo de sessenta dias, a partir do depósito da dissertação ou da tese, para designar a comissão julgadora.	Artigo 91 - A CPG conta com o prazo máximo de quarenta e cinco dias, a partir da entrega da Dissertação ou Tese, para designar a comissão julgadora.
Parágrafo único - Após esse prazo, a aprovação da comissão julgadora, ou alteração	Parágrafo único - Após esse prazo, a aprovação da comissão julgadora é de

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

da composição já anteriormente aprovada pela CPG, é de competência da CNR do CoPG.	competência da CaN do CoPG.
Artigo 92 - O prazo máximo para defesa de dissertação ou da tese limita-se em noventa dias, contados a partir da primeira aprovação da comissão julgadora pela CPG.	Artigo 92 - O prazo máximo para defesa de Dissertação ou Tese limita-se a cento e cinco dias, contados a partir da primeira designação da comissão julgadora pela CPG.
Parágrafo único - O prazo disposto no caput pode ser prorrogado pela CNR, desde que a solicitação seja feita pela CPG antes do seu vencimento, instruída com justificativa detalhada, indicação da comissão julgadora e prazo pretendido.	Parágrafo único - O prazo disposto no caput pode ser prorrogado pela CaN, a partir de solicitação do aluno ou da CCP à CPG, com aval do orientador, antes do seu vencimento, instruída com justificativa detalhada, indicação da comissão julgadora e data da defesa.

Seção II Das Comissões Julgadoras	Seção II Das Comissões Julgadoras
Artigo 93 - As comissões julgadoras de dissertação de Mestrado e tese de Doutorado devem ser constituídas por três e cinco examinadores, respectivamente, sendo membro nato e presidente o orientador do candidato.	Artigo 93 - As comissões julgadoras de Dissertação de Mestrado devem ser constituídas por três examinadores. As comissões julgadoras de Tese de Doutorado devem ser constituídas por número ímpar de examinadores, garantido o mínimo de três membros, conforme estabelecido pela CPG em seu regimento. As comissões julgadoras serão compostas também pelo orientador ou co-orientador do candidato, exclusivamente na condição de presidente, sem direito a voto.
Parágrafo único - Na falta ou impedimento do orientador, a CPG designará um substituto para presidir a comissão julgadora, que poderá ser o co-orientador, se houver.	Parágrafo único - Na falta ou impedimento do orientador ou co-orientador, a CPG designará substituto para presidir a comissão julgadora.
Artigo 94 - Cabe à CPG responsável pelo curso em que estiver matriculado o aluno, por sugestão da CCP, designar os membros efetivos e suplentes que deverão constituir a comissão julgadora.	Artigo 94 - Cabe à CPG responsável pelo curso em que estiver matriculado o aluno, por sugestão da CCP, designar os membros titulares e suplentes que deverão constituir a comissão julgadora.
§ 1º - Os membros das comissões julgadoras deverão ser portadores, no mínimo, do título de doutor.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - Na composição da comissão julgadora poderá ser indicado um especialista de notório saber, externo ao corpo docente da USP, aprovado, pelo menos, por dois terços dos membros da CPG.	§ 2º - Em caráter excepcional, na composição da comissão julgadora poderá ser indicado um membro não portador do título de Doutor, de reconhecida competência acadêmica ou técnico-científica, por proposta circunstanciada da CCP e aprovada pela CPG e por maioria absoluta no CoPG.

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

{Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12}

§ 3º - Se o co-orientador participar em comissão julgadora de tese de Doutorado da qual participe o respectivo orientador, os demais membros da comissão julgadora deverão ser externos ao Programa e à Unidade.	SUPRIMIDO
§ 4º - É vedada a participação, na comissão julgadora de dissertação ou tese, de parentes até terceiro grau do aluno, do orientador e dos demais membros da referida comissão.	§ 3º - É vedada a participação, na comissão julgadora de dissertação ou tese, de parente em linha direta ou colateral até quarto grau do aluno, do orientador e dos demais membros da referida comissão.
§ 5º - Na composição da comissão julgadora de Mestrado, um dos membros titulares, no mínimo, deverá ser externo ao Programa de Pós-Graduação e à Unidade pertinente e, na composição da comissão julgadora de Doutorado, dois membros titulares, no mínimo, deverão ser externos ao Programa de Pós-Graduação e à Unidade pertinente.	§ 4º - Na composição da comissão julgadora de Mestrado e Doutorado, a maioria dos examinadores deverá ser externa ao Programa de Pós-Graduação, sendo pelo menos um externo à Universidade de São Paulo.
§ 6º - A CPG designará, no mínimo, um suplente para cada membro titular.	§ 5º - MANTIDO
§ 7º - Os membros titulares da comissão julgadora, quando necessário, serão substituídos pelos suplentes, obedecido ao disposto nos §§ 3º e 5º deste artigo.	§ 6º - Os membros titulares da comissão julgadora, quando necessário, serão substituídos pelos suplentes, obedecido ao disposto nos §§ 1º ao 4º deste artigo.
§ 8º - Na comissão julgadora de dissertação de Mestrado dos Programas Interunidades da qual participe o respectivo orientador, é vedada a participação do co-orientador.	SUPRIMIDO
§ 9º - Nos Programas Interunidades, considera-se membro externo ao Programa e à Unidade o docente não credenciado no referido Programa.	SUPRIMIDO
§ 10 - A comissão julgadora de tese de Doutorado visando à dupla-titulação, envolvendo convênio específico que associe a USP à Instituição estrangeira e implique em reciprocidade será constituída conforme o disposto no art. 142, respeitado os §§ 1º e 4º do presente artigo.	§ 7º - A comissão julgadora de Tese de Doutorado visando à dupla-titulação, envolvendo convênio específico que associe a USP à Instituição estrangeira e implique em reciprocidade será constituída conforme o disposto no art. 141.

Seção III	Seção III
Do Julgamento das Dissertações e Teses	Do Julgamento das Dissertações e Teses
	Artigo 95 – O julgamento das Dissertações e Teses compreenderá a avaliação escrita do exemplar apresentado e a sessão de defesa.
	Parágrafo único – O julgamento das Dissertações e Teses poderá prescindir da avaliação escrita, desde que previsto nas normas do Programa.
	Artigo 96 – A avaliação escrita deve ser realizada por no mínimo três membros da comissão julgadora, sendo dois externos ao Programa, dos quais um externo à USP, no prazo máximo de sessenta dias a partir de sua designação, de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos nos regulamentos e normas do

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

	Programa.
	§ 1º - Um dos pareceres pode ser emitido pelo orientador, respeitadas as limitações do caput deste artigo.
	§ 2º - Os pareceres deverão ser circunstanciados com análise de mérito e, se pertinente, sugestão de correções. Os pareceres deverão indicar se a Dissertação ou Tese está apta para defesa.
	§ 3º - O intervalo máximo entre o recebimento dos pareceres pela CPG e a data da defesa é de quarenta e cinco dias.
	§ 4º - O aluno, cuja Dissertação ou Tese submetida à avaliação escrita tenha sido considerada não apta para defesa pela maioria dos pareceres, terá garantido o direito de defesa, desde que apresente justificativa circunstanciada com anuência do orientador, em no máximo trinta dias após a comunicação dos pareceres ao aluno e orientador.
	§ 5º - O aluno poderá apresentar uma versão revisada da Dissertação ou Tese em no máximo trinta dias após a comunicação dos pareceres ao aluno e orientador.
Artigo 95 - A sessão de defesa da dissertação de Mestrado e da tese de Doutorado deve ser realizada de acordo com os procedimentos previamente estabelecidos pela respectiva CPG.	Artigo 97 - A sessão de defesa da dissertação de Mestrado e da tese de Doutorado deve ser realizada de acordo com os procedimentos estabelecidos pela respectiva CPG.
§ 1º - A arguição, após exposição de no máximo 60 minutos realizada pelo candidato, ocorrerá em sessão pública, e não deverá exceder o prazo de três horas para o Mestrado e cinco horas para o Doutorado.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - A CPG poderá autorizar a participação de um membro no Mestrado e no máximo dois membros no Doutorado, na sessão pública de defesa de dissertação ou tese, por meio de videoconferência.	§ 2º - A CCP poderá autorizar a participação de examinadores na sessão pública de defesa de Dissertação ou Tese, por meio de videoconferência ou outro suporte eletrônico à distância equivalente.
Artigo 96 - Imediatamente após o encerramento da arguição da dissertação ou da tese, cada examinador expressará seu julgamento em sessão secreta, considerando o candidato aprovado ou reprovado.	Artigo 98 - MANTIDO
Parágrafo único - Será considerado aprovado o candidato que obtiver aprovação da maioria dos examinadores.	Parágrafo único - MANTIDO
Artigo 97 - A comissão julgadora deve apresentar relatório de seus trabalhos à CPG para homologação, que ocorrerá no prazo máximo de quarenta e cinco dias contados a partir da data da defesa.	Artigo 99 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

Capítulo I Da Equivalência de Títulos	Capítulo I Da Equivalência de Títulos
Artigo 98 - O CoPGr pode aceitar como equivalentes aos outorgados pela USP os títulos de Mestre e de Doutor obtidos no exterior e os títulos de Livre-Docente obtidos fora da USP, nos seguintes casos:	Artigo 100 – A CaC pode aceitar como equivalentes aos outorgados pela USP os títulos de Mestre e de Doutor obtidos no exterior e os títulos de Livre-Docente obtidos fora da USP, nos seguintes casos:
I - quando o interessado for docente ou pesquisador da USP ou pretenda nela ingressar;	I - MANTIDO
II - quando o interessado for aluno de curso de Doutorado e solicitar a equivalência do título de Mestre objetivando a contagem de créditos;	II - MANTIDO
III - quando o interessado for candidato a concurso de livre-docência no âmbito da USP e solicitar a equivalência do título de Doutor;	III - MANTIDO
IV - quando o interessado for candidato a concurso de professor titular no âmbito da USP e solicitar a equivalência dos títulos de Doutor e/ou de Livre-Docente.	IV - MANTIDO
Parágrafo único - A equivalência de títulos tem validade exclusivamente no âmbito da USP.	V - MANTIDO
Artigo 99 - Os títulos de Mestre e de Doutor, obtidos no Brasil, que tenham validade nacional, independem de análise de equivalência.	Artigo 101 - MANTIDO
§ 1º - A análise da documentação correspondente deverá ser realizada pela CPG em que o interessado fizer sua inscrição.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - A CPG fará a conferência e o registro no sistema de Pós-Graduação.	§ 2º - MANTIDO
Artigo 100 - Os títulos de Mestre e de Doutor, obtidos no Brasil, sem validade nacional, não são aceitos na USP.	Artigo 102 - MANTIDO
Artigo 101 - Os títulos de Mestre e de Doutor obtidos no exterior podem ser aceitos como equivalentes aos títulos de Mestre e de Doutor desta Universidade, se forem obtidos em instituições de reconhecida excelência e considerados, por análise de mérito, compatíveis com os da USP.	Artigo 103 - MANTIDO
Artigo 102 - O título conquistado fora da USP, por docentes ou pesquisadores a ela vinculados, só pode ser aceito para análise de equivalência aos títulos por ela outorgados se houver prévia autorização concedida pela Congregação, pelo Conselho Deliberativo ou por órgão equivalente da Unidade a que o docente pertence, ouvido o Departamento interessado, quando pertinente, e a CPG da mesma Unidade.	Artigo 104 - MANTIDO
Parágrafo único - A autorização a que se refere o caput deste artigo não assegura de antemão a aceitação de equivalência, que deverá ser solicitada posteriormente à	Parágrafo único - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

obtenção do título, observadas as necessárias formalidades.	Artigo 103 - O título de Livre-Docente obtido fora da USP pode ser aceito pelo CoPGr, como equivalente ao título de Livre-Docente desta Universidade, se tiver sido obtido mediante a submissão a provas análogas às adotadas pela USP, em instituição de reconhecida excelência.
§ 1º - O interessado deverá ser portador de título de Doutor outorgado pela USP, por ela aceito ou de validade nacional.	Artigo 105 - O título de Livre-Docente obtido fora da USP pode ser aceito pela CaC, como equivalente ao título de Livre-Docente desta Universidade, se tiver sido obtido mediante a submissão a provas equivalentes às adotadas pela USP, em instituição de reconhecida excelência.
§ 2º - Caberá à CC do CoPGr efetuar a análise e opinar sobre o título de Livre-Docente obtido fora da Universidade, com base em parecer de mérito da Congregação, do Conselho Deliberativo ou de órgão equivalente.	§ 1º - MANTIDO
§ 3º - O processo de equivalência será iniciado mediante requerimento do solicitante endereçado ao Diretor da Unidade pertinente, instruído com os seguintes documentos:	§ 2º - Caberá à CaC do CoPGr efetuar a análise e opinar sobre o título de Livre-Docente obtido fora da Universidade, com base em parecer de mérito da Congregação, do Conselho Deliberativo ou de órgão equivalente.
<p>I - prova de que é portador do título de Doutor;</p> <p>II - currículo ou memorial que contemple os seguintes aspectos:</p> <p>a - principais etapas da carreira;</p> <p>b - atividades didáticas, incluindo orientação a estagiários e pós-graduados (Mestres e Doutores) formados sob sua orientação;</p> <p>c - produção científica, artística ou tecnológica;</p> <p>d - atividades de extensão na forma de serviços prestados à comunidade;</p> <p>e - participação em comitês, assessorias, consultorias, dentro do país e internacionalmente;</p> <p>f - coordenação e participação em projetos de pesquisa financiados por agências de fomento; e</p> <p>g - experiência em cooperação internacional.</p> <p>III - exemplar da tese ou texto de sistematização correspondente;</p> <p>IV - ata ou documento equivalente da realização do concurso;</p> <p>V - separatas ou cópia das publicações mais relevantes.</p>	§ 3º - MANTIDO
Artigo 104 - No exame de títulos de Mestre e de Doutor obtidos em Instituições de Ensino Superior do exterior, o CoPGr, para fins de equivalência, apreciará, com base em pareceres circunstanciados, a documentação em seu conjunto, levando em conta a qualificação da instituição, o mérito das atividades acadêmicas e da dissertação ou da tese defendida.	Artigo 106 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

§ 1º - No caso de título de Mestre obtido em instituição que comprovadamente não exija a apresentação e defesa de dissertação, o conjunto das atividades acadêmicas documentadas deverá ser avaliado quanto ao mérito, em pareceres circunstanciados.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - No caso de título de Doutor obtido em instituição que comprovadamente não exija créditos em disciplinas e atividades acadêmicas formais, a decisão dependerá da análise do mérito da tese, que será objeto de pareceres circunstanciados.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - No exame a que se refere o caput deste artigo serão preliminarmente ouvidos, no que couber, a CPG, a Congregação, o Conselho Deliberativo ou órgão equivalente.	§ 3º - MANTIDO
§ 4º - Não estando o título de Doutor em condições de ser aceito como equivalente ao título correspondente da USP, o CoPGr poderá aceitá-lo como equivalente ao título de Mestre desta Universidade.	§ 4º - MANTIDO

Capítulo II Do Reconhecimento de Títulos	Capítulo II Do Reconhecimento de Títulos
Artigo 105 - O CoPGr pode proceder ao reconhecimento de títulos ou certificados de Pós-Graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior que possuam os correspondentes cursos de Pós-Graduação.	Artigo 107 - MANTIDO
§ 1º - São suscetíveis de reconhecimento pela USP os títulos ou certificados que correspondam aos cursos de Pós-Graduação por ela oferecidos.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - Os procedimentos de análise são os correspondentes ao art. 107 e seus parágrafos deste regimento.	§ 2º - Os procedimentos de análise são os correspondentes ao art. 110 e seus parágrafos deste regimento.
Artigo 106 - Os títulos obtidos em países que não possuam curso de Mestrado, mesmo que seus cursos de graduação tenham duração maior que os similares no Brasil e que exijam monografia, não podem ser reconhecidos ou aceitos como equivalentes aos de Mestre outorgados pela Universidade de São Paulo.	Artigo 108 - MANTIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

<p>Artigo 107 - O processo de reconhecimento instaura-se na Secretaria Geral da Universidade de São Paulo, onde se fará a conferência da aludida documentação, para posterior encaminhamento à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e na sequência à Unidade pertinente, mediante requerimento do interessado, acompanhado dos seguintes documentos:</p> <p>I - documento hábil de identidade;</p> <p>II - título ou certificado original a ser reconhecido, devidamente visado pelo Consulado Brasileiro sediado no país onde o mesmo foi expedido;</p> <p>III - histórico escolar ou documento correspondente ao título para o qual está sendo requerido o reconhecimento, com o visto do Consulado Brasileiro no país do qual o diploma é originário;</p> <p>IV - diploma de graduação ou documento comprobatório de conclusão do curso. Em se tratando de curso realizado no exterior, será exigido visto do Consulado Brasileiro sediado no país onde o mesmo foi expedido;</p> <p>V - um exemplar da tese, dissertação ou trabalho equivalente;</p> <p>VI - comprovante de taxa a ser recolhida na tesouraria da Universidade de São Paulo.</p>	<p>Artigo 109 - O processo de reconhecimento instaura-se na Secretaria Geral da Universidade de São Paulo, onde se fará a conferência da aludida documentação, para posterior encaminhamento à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e na sequência, por esta, à Unidade pertinente, mediante requerimento do interessado, acompanhado dos seguintes documentos:</p> <p>I - documento hábil de identidade;</p> <p>II - título ou certificado original a ser reconhecido, devidamente visado pelo Consulado Brasileiro sediado no país onde o mesmo foi expedido;</p> <p>III - histórico escolar ou documento correspondente ao título para o qual está sendo requerido o reconhecimento, com o visto do Consulado Brasileiro no país do qual o diploma é originário;</p> <p>IV - diploma de graduação ou documento comprobatório de conclusão do curso. Em se tratando de curso realizado no exterior, será exigido visto do Consulado Brasileiro sediado no país onde o mesmo foi expedido;</p> <p>V - um exemplar da tese, dissertação ou trabalho equivalente;</p> <p>VI - comprovante de taxa a ser recolhida na tesouraria da Universidade de São Paulo.</p>
<p>§ 1º - MANTIDO</p>	<p>§ 1º - Os documentos a que se referem os incisos I, II, III e IV deverão ser acompanhados de cópia.</p>
<p>§ 2º - MANTIDO</p>	<p>§ 2º - No caso de diplomas obtidos ou cursos realizados em instituições que não exijam créditos formais em disciplinas, o interessado deverá instruir o processo com dados referentes à instituição de origem, duração e características do curso fornecidas pela própria instituição.</p>
<p>§ 3º - MANTIDO</p>	<p>§ 3º - No decorrer do processo, caso seja reputado necessário, poderá o CoGr solicitar do requerente as respectivas traduções para dirimir dúvidas ou controvérsias que impeçam a devida instrução e a consequente decisão.</p>
<p>Artigo 110 - MANTIDO</p>	<p>Artigo 108 - A Pró-Reitoria de Pós-Graduação deve proceder o encaminhamento do processo à Unidade pertinente, para a devida manifestação da Congregação, do Conselho Deliberativo ou de órgão equivalente, ouvida previamente a CPG, que deve emitir parecer circunstanciado sobre o mérito das atividades e do trabalho apresentado pelo interessado.</p>
<p>SUPRIMIDO</p>	<p>Artigo 109 - Não se aceitam solicitações de reconhecimento ou equivalência, para fins de obtenção de títulos de Mestre e de Doutor, dos seguintes títulos: "Licence" e "Maîtrise" da França, "1ere e 2e licence" da Bélgica, "Laurea de Dottore" e</p>

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

"Baccalaureatum" da Itália.	
Parágrafo único - Para as finalidades dispostas no <i>caput</i> deste artigo também não será aceito certificado ou diploma obtido em curso ou programa de pós-graduação ministrado no Brasil por instituições estrangeiras diretamente ou mediante convênio ou acordo de cooperação com instituições de ensino nacionais.	SUPRIMIDO
Artigo 110 - Os títulos franceses de "Doctorat" são passíveis de reconhecimento ou equivalência ao título de Doutor, e o "Diplôme d'Études Approfondies - DEA" e "Diplôme d'Études Supérieures Spécialisées DESS" são passíveis de reconhecimento ou de equivalência ao título de Mestre. Os diplomas obtidos antes de 05.07.84 de "Doctorat de 3ème Cycle", "Docteur Ingénieur" e "Doctorat d'Université" são passíveis de reconhecimento ou equivalência ao título de Mestre e o "Doctorat d'Etat" ao título de Doutor.	SUPRIMIDO
Artigo 111 - Os títulos italianos de "Specializzazione" ou de "Perfezionamento" obtidos após o ano de 1984 não são passíveis de reconhecimento ou equivalência para fins de obtenção dos títulos de Mestre e Doutor, a não ser que sua equivalência ao título de "Dottore di Ricerca" tenha sido primariamente concedida pelo Ministério da "Pubblica Istruzione" do Governo Italiano.	SUPRIMIDO
	Artigo 111 – A CaC do CoPGr deverá manter relação atualizada dos títulos não passíveis de reconhecimento ou equivalência, deliberada pelo CoPGr e divulgada por meio de Resolução.

TÍTULO V - Da Aplicação de Normas Regimentais e do Recurso	
Capítulo I	Capítulo I
Das Normas Regimentais e Regulamentares	Das Normas Regimentais e Regulamentares
Artigo 112 - Os regulamentos e normas dos Programas de Pós-Graduação e das CPGs que venham a ser modificados, alterando o número mínimo de créditos exigidos ou visando a prazos restritivos menores dos que os previstos no Regimento Geral da USP, deverão, quando aprovados, conter norma transitória explícita prevendo a opção ou não dos alunos já matriculados pelos novos prazos estipulados.	Artigo 112 - MANTIDO
Capítulo II	Capítulo II
Do Recurso	Do Recurso

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

Artigo 113 - O recurso contra decisões dos órgãos executivos e colegiados deve ser interposto pelo interessado, no prazo máximo de dez dias, contados da data de ciência da decisão a recorrer.	Artigo 113 - O recurso contra decisões dos órgãos executivos e colegiados deve ser interposto pelo interessado, no prazo máximo de quinze dias úteis, contados da data de ciência da decisão a recorrer.
§ 1º - O recurso formulado por escrito ao órgão de cuja decisão se recorre deve ser fundamentado com as razões que possam justificar nova deliberação.	§ 1º - MANTIDO
§ 2º - O órgão recorrido pode, no prazo de dez dias, reformular sua decisão, justificadamente, ou mantê-la, encaminhando o recurso ao órgão hierarquicamente superior.	§ 2º - MANTIDO
§ 3º - O prazo referido no parágrafo anterior não se aplica aos órgãos colegiados, que deverão apreciar o recurso na primeira reunião após sua apresentação.	§ 3º - MANTIDO
§ 4º - Caso haja pedidos de vista na reunião do colegiado, o recurso deverá ser apreciado, obrigatoriamente, na reunião subsequente.	§ 4º - MANTIDO
§ 5º - Na hipótese do parágrafo anterior, situações excepcionais serão decididas pelo Presidente do Colegiado.	§ 5º - MANTIDO
§ 6º - O recurso poderá ter efeito suspensivo, a juízo do colegiado recorrido.	§ 6º - MANTIDO
Artigo 114 - Não cabe recurso das decisões do CoPGr, nas questões de sua competência específica, quando o Colegiado proferir decisões por maioria absoluta de seus membros. Parágrafo único - Para os efeitos do caput, são de competência específica do CoPGr: I - aprovação de regulamentos dos Programas de Pós-Graduação e de suas alterações; II - credenciamento e recredenciamento de orientadores; III - credenciamento de disciplinas de Pós-Graduação; IV - reconhecimento de créditos; V - deliberação sobre processos de seleção e admissão de alunos à Pós-Graduação; VI - emissão de históricos escolares e certificados de Pós-Graduação; VII - deliberação sobre prorrogações de prazo em caráter excepcional; VIII - deliberação sobre nova matrícula; IX - trancamento de matrícula.	Artigo 114 - MANTIDO

TÍTULO VI - DOS PROGRAMAS ESPECIAIS	TÍTULO VI - DOS PROGRAMAS INTERUNIDADES
Capítulo I	Capítulo I
Dos Programas Interunidades e do Mestrado Profissional	Dos Programas Interunidades
Seção I	SUPRIMIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

Dos Programas Interunidades	
Artigo 115 - Os Programas Interunidades são Programas conjuntos envolvendo duas ou mais Unidades da USP, com o objetivo de formar Mestres e Doutores em linhas de pesquisa interdisciplinar.	Artigo 115 - MANTIDO
Artigo 116 - A participação de uma Unidade em Programa Interunidades concretiza-se pela presença de professores responsáveis por disciplinas e de orientadores credenciados em seu corpo docente.	Artigo 116 - MANTIDO
Artigo 117 - A Unidade responsável pela gestão administrativa será definida entre as Unidades participantes do respectivo Programa.	Artigo 117 - MANTIDO
Parágrafo único - A proposta de estrutura e funcionamento do Programa Interunidades deverá ser encaminhada ao CoPGr para deliberação, ouvidas as CPGs, as Congregações, os Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes das Unidades participantes.	Parágrafo único - MANTIDO

Seção II Do Mestrado Profissional	SUPRIMIDO
----------------------------------------------------	------------------

TÍTULO VII – DO MESTRADO PROFISSIONAL	
Capítulo I Do Mestrado Profissional	
Artigo 118 - O Programa de Mestrado Profissional destina-se a graduados universitários que desejem aprofundar sua formação em conhecimentos específicos relacionados a sua profissão e acompanhar a evolução destes em sua área de atuação.	SUPRIMIDO
Parágrafo único - O Mestrado Profissional tem as características de um curso de Mestrado <i>stricto sensu</i> , desenvolvido sob a supervisão de um orientador. Compreende um conjunto de atividades programadas, com estrutura análoga à do Mestrado de natureza acadêmica, com temáticas de pesquisa demandadas por setores externos à Universidade, como os setores empresarial, de serviço, financeiro, de políticas públicas, entre outros. A pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional é de natureza aplicada, ou seja, busca um universo de conhecimento mais delimitado e de aplicação a curto e médio prazo.	SUPRIMIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

	Artigo 118 - O Mestrado Profissional visa contribuir para o incremento da qualificação da prática profissional, conferindo competências para avaliação crítica, intervenção e resolução de problemas a ela relacionados, bem como para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas ao trabalho.
	Artigo 119 – O Mestrado Profissional deverá ser desenvolvido, preferencialmente, como curso no âmbito dos programas regulares de pós-graduação.
	§ 1º - Alternativamente, o mestrado profissional poderá ser um programa de pós-graduação, tendo em vista particularidades temáticas e institucionais.
	§ 2º - O Mestrado Profissional é um curso <i>stricto sensu</i> , desenvolvido sob a supervisão de um orientador. Compreende um conjunto de atividades programadas, com estrutura análoga à do Mestrado de natureza acadêmica, considerando demandas de interesse da Sociedade.
Artigo 119 - O Mestrado Profissional obedece aos mesmos critérios de funcionamento e estrutura do Mestrado de natureza acadêmica, exceto no que está especificado nos artigos e parágrafos seguintes.	Artigo 120 - MANTIDO
§ 1º - O Programa de Mestrado Profissional deverá ser aprovado pela CPG proponente, ouvida a Congregação, o Conselho Deliberativo ou órgão equivalente, e pelo CoPGGr.	SUPRIMIDO
§ 2º - O corpo docente do Programa de Mestrado Profissional será integrado, no mínimo, por setenta por cento de docentes Doutores da USP ou Doutores dos Institutos Especializados, dos Museus, dos Órgãos Complementares e Entidades Associadas, credenciados em Programas de Pós-Graduação já existentes, podendo os restantes trinta por cento, no máximo, ser compostos por docentes Doutores externos à USP.	§ 1º - O corpo docente do Programa de Mestrado Profissional será integrado, em sua maioria, por docentes Doutores da USP ou Doutores dos Institutos Especializados, dos Museus, dos Órgãos Complementares e Entidades Associadas.
§ 3º - Complementarmente, o Programa poderá contar com a participação de profissionais não-doutores de reconhecida competência na área, externos à USP, com atribuições não-docentes, desde que explicitado na proposta do Programa.	SUPRIMIDO
	§ 2º - Poderão integrar o corpo docente do Programa orientadores não-doutores de reconhecida competência profissional ou técnico-científica na área.
Artigo 120 - A seleção dos estudantes do Programa de Mestrado Profissional deve ser aberta ao público, mediante processo seletivo, baseado, exclusivamente, no mérito dos interessados.	Artigo 121 - A seleção dos estudantes do Mestrado Profissional deve ser aberta ao público, mediante processo seletivo, baseado, no mérito dos interessados.
Artigo 121 - Os objetivos e a estrutura do Programa de Mestrado Profissional devem	Artigo 122 - Os objetivos e a estrutura do Mestrado Profissional deverão atender

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

atender às necessidades sociais explícitas na formação profissional avançada.	às necessidades na formação profissional avançada.
Parágrafo único - A CPG proponente do Programa de Mestrado Profissional, após três anos de seu início, deverá encaminhar ao CoPGr relatório circunstanciado e avaliação do mesmo.	SUPRIMIDO
	§ 1º - A estrutura do Mestrado Profissional compreende área de concentração, linhas de pesquisa, elenco de disciplinas, atividades complementares programadas e trabalho final.
	§ 2º - As disciplinas têm caráter formativo com conteúdos relacionados à atividade profissional e ao desenvolvimento de raciocínio crítico.
	§ 3º - A forma e estrutura do trabalho final serão previamente definidas nas normas do Programa, podendo contemplar a forma de dissertação, projeto de aplicação, adequação ou inovação artística ou tecnológica, de acordo com a natureza da área e os objetivos do curso.
Artigo 122 - A estrutura do Programa de Mestrado Profissional compreende elenco de disciplinas, atividades complementares programadas e trabalho final.	SUPRIMIDO
Parágrafo único - A forma e estrutura do trabalho final serão previamente definidas por proposta do Programa e aprovadas pela CPG, ouvida a Congregação, o Conselho Deliberativo ou órgão equivalente, e pelo CoPGr. O trabalho final poderá ser feito sob a forma de dissertação, projeto de aplicação, adequação ou inovação artística ou tecnológica, de acordo com a natureza da área e os objetivos do curso.	SUPRIMIDO
Artigo 123 - Os créditos mínimos exigidos em disciplinas devem ser cursados integralmente na estrutura do Programa de Mestrado Profissional.	Artigo 123 - Os créditos mínimos exigidos em disciplinas devem ser cursados integralmente na estrutura do Mestrado Profissional.
§ 1º - Poderá ser computada no total de créditos mínimos exigidos em disciplinas, além do disposto no art. 65, incisos I a VI, a realização de estágio conforme estabelecido na proposta do Programa.	Parágrafo único - Poderá ser computada no total de créditos mínimos exigidos em disciplinas, além do disposto no art.64, incisos I a VII, a realização de estágio conforme estabelecido nas normas do Programa.
§ 2º - Não poderão ser atribuídos créditos pela participação do aluno no Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE).	SUPRIMIDO
Artigo 124 - Não é permitida a transferência do aluno do Programa de Mestrado Profissional para cursos de Mestrado de natureza acadêmica ou para cursos de Doutorado sem obtenção prévia do título de Mestre (Doutorado Direto).	SUPRIMIDO
Artigo 125 - O Programa de Mestrado Profissional, em vista de suas características e objetivos, pode ser subsidiado. Neste caso, a forma de subsídio deve ser implementada exclusivamente por meio de convênio com a Universidade.	Artigo 124 - O Mestrado Profissional, em vista de suas características e objetivos, pode ser subsidiado. Neste caso, a forma de subsídio deve ser implementada exclusivamente por meio de convênio com a Universidade.
Parágrafo único - Não poderá haver, em momento algum, qualquer tipo de cobrança	Parágrafo único - Não poderá haver, em momento algum, qualquer tipo de

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

financeira dos alunos, seja por meios diretos ou indiretos, gerados pelo agente do convênio.	cobrança financeira dos alunos, seja por meios diretos ou indiretos, gerados pelo agente do convênio.
TÍTULO VIII	
DOS PROGRAMAS INTERINSTITUCIONAIS	
Capítulo I	
Dos Programas Interinstitucionais	
Artigo 126 - A USP pode promover cursos de Mestrado e Doutorado em associação com outras instituições.	SUPRIMIDO
	Artigo 125 - A USP pode promover Programas de Pós-graduação Interinstitucionais, em associação com Instituições de ensino e pesquisa nacionais e estrangeiras.
	Parágrafo único - Estes programas poderão ser de nucleação ou de cooperação.
	Artigo 126 - São objetivos dos Programas de Cooperação o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa em colaboração, com o intuito de reforçar as atividades multilaterais.
Artigo 127 - São objetivos do Mestrado e Doutorado Interinstitucional:	SUPRIMIDO
I - viabilizar o acesso a cursos de Mestrado e Doutorado da USP, a docentes e pesquisadores de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa comprovadamente sem fins lucrativos e comprometidos com a pesquisa científica e a docentes e pesquisadores de Escolas Técnicas Federais, que não tenham condições de se deslocar para a localidade em que tais cursos são regularmente oferecidos, para cumprir seus planos de capacitação;	SUPRIMIDO
II - contribuir para a implantação, nas instituições apoiadas, de uma infra-estrutura básica para a formação de pesquisadores capazes de criar, implementar e desenvolver novos centros de pesquisa e ensino de Pós-Graduação;	SUPRIMIDO
III - intensificar o intercâmbio universitário e estimular formas de associação entre instituições;	SUPRIMIDO
IV - possibilitar aos alunos, durante o desenvolvimento do curso, ambiente científico e acadêmico do mais alto nível e propício ao estudo e discussão de idéias, durante o oferecimento das disciplinas e do estágio para o desenvolvimento da pesquisa;	SUPRIMIDO
V - estabelecer vínculos acadêmicos mais duradouros entre as instituições participantes, mesmo após o encerramento do curso.	SUPRIMIDO
	Artigo 127 - São objetivos dos Programas de Nucleação contribuir para a

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

	implantação, nas instituições parceiras, de infra-estrutura adequada à formação de pesquisadores capazes de criar, implementar e desenvolver centros de pesquisa e ensino de Pós-graduação.
Artigo 128 - São características das instituições participantes:	SUPRIMIDO
I - Unidade Promotora - Unidade da USP responsável pela coordenação acadêmica e pela promoção e garantia da qualidade do curso oferecido;	SUPRIMIDO
II - Instituição Receptora - Instituição comprovadamente sem fins lucrativos e comprometida com o ensino e a pesquisa científica, em cujo <i>campus</i> é promovido o curso para a capacitação de um grupo de seus docentes e pesquisadores. É responsável pelo oferecimento da infra-estrutura física e recursos materiais requeridos para as atividades de ensino e pesquisa programadas e pela operacionalização do apoio concedido ao curso;	SUPRIMIDO
III - Instituição Associada - Instituição que pode se associar ao curso programado, por facilidades de ordem geográfica, desde que apresente as mesmas características exigidas para a receptora.	SUPRIMIDO
	Artigo 128 – Os Programas Interinstitucionais de Cooperação deverão ser desenvolvidos em regime de reciprocidade nos quais os alunos, ao término do curso, terão o título outorgado reconhecido pelas instituições envolvidas. Parágrafo único – A reciprocidade dar-se-á pela existência de alunos, docentes e orientadores credenciados nas instituições envolvidas e pela necessária realização de atividades de ensino e pesquisa conjuntas.
Artigo 129 - Os Mestrados e Doutorados Interinstitucionais são aprovados mediante convênios celebrados entre a Universidade de São Paulo e a Instituição Receptora. O convênio deve ser aprovado na CCP, CPG e Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente da Unidade Promotora envolvida e nas Câmaras do CoPGr, seguindo-se análise pelos órgãos administrativos da Reitoria. A Instituição Associada, caso exista, deve assinar convênio com a Instituição Receptora.	SUPRIMIDO
§ 1º - O convênio deverá conter em anexo um relatório circunstanciado sobre a Instituição Receptora, incluindo as informações que permitam verificar se os requisitos exigidos são observados.	SUPRIMIDO
§ 2º - O convênio será por tempo determinado, obedecendo ao limite máximo de sessenta meses para o Doutorado e quarenta e oito meses para o Mestrado, iniciando-se na data de matrícula dos alunos selecionados.	SUPRIMIDO
§ 3º - O aluno deverá concluir seu curso de Mestrado ou de Doutorado no prazo de	SUPRIMIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

validade do convênio, não havendo possibilidade de trancamento de matrícula.	
§ 4º - O aluno que não depositar sua dissertação ou tese no prazo do convênio será desligado do curso.	SUPRIMIDO
§ 5º - A defesa da dissertação ou da tese deverá ter lugar na Unidade Promotora.	SUPRIMIDO
§ 6º - O curso de Mestrado ou de Doutorado Interinstitucional será considerado como turma especial do Programa ou área de concentração proponente do curso.	SUPRIMIDO
§ 7º - O curso programado será avaliado anualmente pela CA do CoPGr com base em relatórios elaborados pela Unidade Promotora.	SUPRIMIDO
§ 8º - A Unidade Promotora designará um Coordenador e um Suplente, que serão responsáveis pela realização do curso proposto, cumprindo integralmente o Regimento da Pós-Graduação da USP e o estabelecido no convênio.	SUPRIMIDO
§ 9º - A Instituição Receptora designará um Coordenador e um Suplente, que serão responsáveis pelas providências relacionadas à infra-estrutura e aos recursos materiais, bem como pelas obrigações operacionais e financeiras do curso, conforme o estabelecido no convênio.	SUPRIMIDO
§ 10 - Não deverá, em momento algum, haver qualquer tipo de cobrança financeira dos alunos, seja por meios diretos ou indiretos, gerados pelo agente do convênio.	SUPRIMIDO
Artigo 130 - O Mestrado e o Doutorado Interinstitucionais devem atender aos requisitos essenciais estabelecidos nos parágrafos a seguir:	SUPRIMIDO
§ 1º - São requisitos da Unidade Promotora:	SUPRIMIDO
I - possuir cursos de Mestrado e de Doutorado congêneres consolidados;	SUPRIMIDO
II - comprovar o envolvimento institucional da Unidade no curso programado, e não apenas de um grupo de docentes;	SUPRIMIDO
III - comprometer-se a imprimir a cursos programados o mesmo nível de qualidade que caracteriza o Mestrado e o Doutorado congêneres oferecidos em sua sede, submetendo-os a controles e a exigências equivalentes;	SUPRIMIDO
IV - comprovar o credenciamento na Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) dos docentes participantes do Mestrado e do Doutorado Interinstitucional.	SUPRIMIDO
§ 2º - São requisitos da Instituição Receptora:	SUPRIMIDO
I - manifestação por escrito do apoio institucional (Reitoria/Pró-Reitoria de Pós-Graduação ou Órgão equivalente) e financeiro para cumprir o convênio e sua eventual prorrogação, para convênios com prazo menor que sessenta meses;	SUPRIMIDO
II - possuir um grupo de docentes e/ou pesquisadores particularmente interessados em sua capacitação com condições de serem selecionados para a realização do	SUPRIMIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

curso programado, cuja relação deve estar mencionada no projeto;	
III - atender às seguintes exigências:	SUPRIMIDO
a - possuir uma política de capacitação de recursos humanos adequadamente objetivada em um plano de capacitação de seu quadro pessoal;	SUPRIMIDO
b - ter carreira docente ou de pesquisador com regime de tempo integral e manter, pelo menos, quarenta por cento de seu quadro docente em regime de tempo integral;	SUPRIMIDO
c - contar com infra-estrutura básica compatível com as atividades de ensino, pesquisa e suporte administrativo para o curso;	SUPRIMIDO
d - prever e garantir recursos financeiros para o desenvolvimento dos projetos relacionados às dissertações ou às teses;	SUPRIMIDO
e - elaborar planilha detalhada com a previsão de custos e gastos envolvidos na elaboração do projeto, na implantação e realização do curso, tanto das atividades realizadas na Instituição Receptora como na Unidade Promotora, e as fontes de recursos para atender as demandas financeiras previstas.	SUPRIMIDO
§ 3º - São requisitos do curso de Mestrado e de Doutorado programado:	SUPRIMIDO
I - apresentar linhas de pesquisa ou área(s) de concentração de um mesmo Programa de Pós-Graduação da Unidade Promotora;	SUPRIMIDO
II - estar sujeito às mesmas normas do curso de Mestrado e de Doutorado congêneres regularmente oferecidos pela Universidade de São Paulo;	SUPRIMIDO
III - destinar-se a um grupo ou turma de alunos que tenham, pelo menos, setenta por cento de sua composição preenchida por docentes e pesquisadores do quadro permanente da Instituição Receptora e Instituição Associada;	SUPRIMIDO
IV - ter duração máxima de cinquenta e quatro meses para Doutorado sem obtenção prévia do título de Mestre (Doutorado Direto), quarenta e oito meses para Doutorado para portador do título de Mestre e trinta e seis meses para Mestrado;	SUPRIMIDO
V - possuir infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades previstas;	SUPRIMIDO
VI - apresentar plano acadêmico detalhado, contendo informações sobre:	SUPRIMIDO
a - a definição clara dos objetivos e metas do curso de Mestrado e Doutorado que seja capaz de implementar a formação de núcleo de pesquisa e ensino de Pós-Graduação, incluindo as justificativas;	SUPRIMIDO
b - a infra-estrutura mínima para o desenvolvimento do curso, com análise das condições atuais e de instalações em futuro imediato, levando-se em conta os aspectos específicos para cada área da ciência e do conhecimento;	SUPRIMIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

c - o elenco de disciplinas fundamentais obrigatórias, cujo não cumprimento implique exclusão do pós-graduando do curso,;	SUPRIMIDO
d - as disciplinas programadas e linhas de pesquisa coerentes entre si, devendo ser descritas tais condições;	SUPRIMIDO
e - a oferta de disciplinas e linhas de pesquisa que devem ser suficientes em função do projeto acadêmico e adequadas à capacidade imediata e futura de instalação e implementação na unidade receptora;	SUPRIMIDO
f - a sistemática de ingresso minuciosamente descrita, especialmente para o Doutorado sem obtenção prévia do título de Mestre (Doutorado Direto), com detalhamento de seu acompanhamento;	SUPRIMIDO
g - as relações orientador e aluno, compatíveis com a formação do pesquisador desejado, explicitadas através de descrição objetiva e concreta;	SUPRIMIDO
h - o número de disciplinas e respectivo número de créditos;	SUPRIMIDO
i - o cronograma de atividades;	SUPRIMIDO
j - as linhas de pesquisa envolvidas;	SUPRIMIDO
l - o número de vagas e relação dos potenciais candidatos;	SUPRIMIDO
m - a relação dos orientadores envolvidos;	SUPRIMIDO
n - o estágio mínimo de nove meses na Unidade Promotora para o Doutorado e de quatro meses para o Mestrado, podendo a permanência ser parcelada em períodos com duração mínima de um mês, excluído o tempo necessário para a defesa da dissertação ou da tese;	SUPRIMIDO
o - a programação específica de atividades concomitantes do docente, no período de oferecimento de sua disciplina, visando, por meio de discussões acadêmicas com os alunos, à caracterização de ambiente de pesquisa;	SUPRIMIDO
p - o oferecimento semestral, para o curso de Doutorado, até completar o 3º ano, de seminários de pesquisa na unidade receptora por período mínimo de seis semanas, com um ou mais docentes, com o objetivo de inserir os alunos em ambiente científico, por meio de discussões metodológicas e do estado da arte da ciência e da pesquisa, e acompanhamento coletivo dos projetos de pesquisa em desenvolvimento.	SUPRIMIDO
§ 4º - São requisitos para os alunos do curso programado:	SUPRIMIDO
l - ter a sua atuação na carreira acadêmica ou de pesquisa relacionada com uma das linhas de pesquisas ou áreas de concentração do curso programado;	SUPRIMIDO
ll - ser selecionado segundo os mesmos critérios utilizados pelo curso congênere	SUPRIMIDO

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

oferecido regularmente na USP.	
<p>Capítulo III</p> <p>Da Cooperação Internacional</p> <p>Seção I</p> <p>Dos Programas Internacionais</p> <p>Artigo 131 - A USP pode promover Programas de Pós-Graduação Internacionais, em associação com Instituições de Ensino Superior e com Institutos de Pesquisa estrangeiros.</p> <p>Artigo 132 - São objetivos dos Programas de Pós-Graduação Internacionais conjuntos o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa em colaboração, com o intuito de reforçar as atividades bilaterais de cooperação internacional.</p> <p>Artigo 133 - Os Programas Internacionais deverão ser desenvolvidos em regime de reciprocidade nos quais os alunos, ao término do curso, terão o título outorgado pelas Universidades envolvidas.</p> <p>Parágrafo único - A reciprocidade dar-se-á pela existência de alunos, docentes e orientadores credenciados nas Instituições envolvidas e pela necessária realização de atividades didáticas e de pesquisa nos países envolvidos.</p> <p>Artigo 134 - O Programa de Pós-Graduação Internacional é regido por regulamento próprio previsto em convênio entre a USP e a Instituição estrangeira, com detalhamento das atividades de formação e pesquisa, devendo o título ser reconhecido nos países envolvidos.</p>	<p>Capítulo II</p> <p>Das Parcerias Internacionais</p> <p>MANTIDO</p> <p>Artigo 129 - MANTIDO</p> <p>Artigo 130 - MANTIDO</p> <p>Artigo 131 - MANTIDO</p> <p>Parágrafo único - MANTIDO</p> <p>Artigo 132 - MANTIDO</p>
<p>Seção II</p> <p>Da Dupla Titulação de Teses entre a USP e Instituições Estrangeiras</p> <p>Artigo 135 - Pode ser adotado, no âmbito dos cursos de Doutorado da Universidade de São Paulo, o procedimento de dupla titulação de tese entre esta Universidade e Instituições estrangeiras.</p> <p>§ 1º - Cabe à CCP interessada propor à CPG o estabelecimento do convênio específico que associe a USP à Instituição Estrangeira e implique reciprocidade.</p> <p>§ 2º - A CCP encaminhará o convênio para aprovação da CPG, Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente, que o enviará ao CoPG.</p> <p>Artigo 136 - Esse procedimento de dupla titulação através de co-orientação de tese</p>	<p>Seção II</p> <p>Da Titulação Múltipla entre a USP e Instituições Estrangeiras</p> <p>Artigo 133 - Pode ser adotado, no âmbito dos cursos de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, o procedimento de titulação múltipla entre esta Universidade e Instituições estrangeiras.</p> <p>§ 1º - Cabe à CCP interessada propor à CPG o estabelecimento do convênio específico que associe a USP à Instituição Estrangeira e implique reciprocidade, inclusive financeira.</p> <p>§ 2º - MANTIDO</p> <p>Artigo 134 - Esse procedimento de titulação múltipla através de co-orientação de</p>

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

visa promover e desenvolver uma cooperação científica entre equipes de pesquisa da USP e de Instituições estrangeiras.	teses e dissertações visa promover e desenvolver uma cooperação científica entre equipes de pesquisa da USP e de Instituições estrangeiras.
Artigo 137 - Os alunos devem efetuar seus trabalhos sob a supervisão e responsabilidade de dois orientadores, sendo um de cada uma das Instituições envolvidas.	Artigo 135 - Os alunos devem efetuar seus trabalhos sob a supervisão e responsabilidade de seus orientadores, sendo um de cada uma das Instituições envolvidas.
Parágrafo único - Em casos excepcionais poderá haver mudança de orientadores por aprovação da CCP, CPG e CoPG.	Parágrafo único - Poderá haver mudança de orientadores por aprovação da CCP e CPG.
Artigo 138 - O convênio deve assegurar a validade da tese defendida no âmbito da co-orientação em ambas as Instituições, devendo o título ser reconhecido nos países envolvidos.	Artigo 136 - O convênio deve assegurar a validade da Tese ou Dissertação defendida no âmbito da co-orientação nas Instituições, devendo o título ser reconhecido nos países envolvidos.
Parágrafo único - O convênio deverá garantir a dispensa do pagamento de taxas pelo doutorando aluno da USP e estabelecer as condições de co-orientação e da cobertura social.	SUPRIMIDO
Artigo 139 - O tempo de preparação da tese se repartirá entre as duas Instituições interessadas, por períodos alternados, em cada um dos dois países.	Artigo 137 - O tempo de preparação da Tese ou Dissertação se repartirá entre as Instituições interessadas, por períodos alternados, em cada um dos países.
Artigo 140 - A proteção do tema da tese, assim como a publicação, a exploração e a proteção dos resultados da pesquisa comum às duas Instituições devem ser asseguradas em conformidade com os procedimentos específicos de cada país envolvido no convênio.	Artigo 138 - A proteção do tema da Tese ou Dissertação, assim como a publicação, a exploração e a proteção dos resultados da pesquisa comum às Instituições devem ser asseguradas em conformidade com os procedimentos específicos de cada país envolvido no convênio.
Artigo 141 - A tese deve se submeter a uma única defesa, reconhecida pelas duas partes interessadas, disposição esta que deve ser objeto de uma cláusula do convênio assinado entre as Instituições envolvidas.	Artigo 139 - A Tese ou Dissertação terá, preferencialmente, uma única defesa, reconhecida pelas partes interessadas, disposição esta que deve ser objeto de cláusula do convênio.
§ 1º - Os alunos matriculados em Programas da USP deverão realizar sua defesa no âmbito desta Universidade.	§ 1º - MANTIDO
	§ 2º - Admite-se a realização de mais do que uma defesa no caso de impedimentos acadêmicos para defesa única, desde que prevista no convênio.
§ 2º - A tese em co-orientação, no âmbito da dupla-titulação, a ser defendida na USP, será redigida conforme o disposto no art. 90 deste Regimento e complementada por título e resumo na língua estrangeira e em português.	§ 3º - A Tese ou Dissertação em co-orientação, no âmbito da titulação múltipla, a ser defendida na USP, será redigida conforme o disposto no art. 89 deste Regimento e complementada por título e resumo na língua estrangeira e em português.
	§ 4º - A defesa da Tese ou Dissertação na USP poderá ser realizada em língua estrangeira, a critério da CCP.
Artigo 142 - A comissão julgadora da defesa de tese, designada pelas duas Instituições, deve ser constituída por membros dos dois países. Quando a tese for	Artigo 141 - A comissão julgadora da defesa de Tese ou Dissertação deve ser constituída por membros indicados pelas instituições convenientes. Quando a

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

apresentada para defesa na USP, a comissão julgadora poderá ser constituída por, no máximo, seis membros, dos quais pelo menos dois de cada país, incluindo-se entre estes, obrigatoriamente, os orientadores.	tese ou dissertação for apresentada para defesa na USP, a comissão julgadora deverá ser composta conforme o convênio.
Parágrafo único - Na falta ou impedimento de um dos orientadores, a Instituição correspondente designará um substituto.	SUPRIMIDO
Seção III	
Do Estudante de Instituição Estrangeira	
	Artigo 141 - O Estudante de Instituição Estrangeira, atuando em atividades de Pós-Graduação, sob supervisão de orientador credenciado em Programa de Pós-Graduação da USP, por período de três a doze meses, prorrogável por até 12 meses, poderá ser matriculado como aluno regular pelo período de permanência na USP.
	§ 1º - Esta matrícula deve ser aprovada pela CCP e efetivada pela CPG, obedecido ao disposto no Artigo 42.
	§ 2º - O estudante nestas condições estará sujeito às normas do Programa.
	§ 3º - Para período de permanência menor que três meses, aprovado pela CCP, o estudante receberá do Serviço de Pós-Graduação da Unidade declaração que lhe permita usufruir dos serviços desta Universidade nesse período.

TÍTULO IX – DOS CASOS OMISSOS	
Artigo 143 - Os casos omissos serão resolvidos pelo CoPGr.	Artigo 142 - MANTIDO

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
Artigo 1º - Os orientadores atualmente credenciados no Programa de Pós-Graduação devem definir o número de membros de sua respectiva Comissão Coordenadora de Programa (CCP), conforme o disposto nos arts. 37 e art. 38 deste Regimento. A composição da CCP assim definida deve constar nas normas do Programa elaboradas como disposto no art. 39 deste Regimento.	Artigo 1º - O aluno regularmente matriculado em Programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo tem o prazo máximo de até três meses após aprovação do regulamento e normas de seu respectivo Programa para optar pelo enquadramento neste Regimento, mediante declaração assinada e entregue à Secretaria de Pós-Graduação de sua Unidade.
Artigo 2º - No prazo máximo de sessenta dias, deverão ser realizadas as eleições dos membros docentes e discentes que, juntamente com o atual Coordenador do	Artigo 2º - A partir da vigência deste Regimento as CCPs terão o prazo máximo de 90 dias para providenciarem as alterações de seu regulamento e normas.

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

Programa e seu suplente, comporão a CCP.	
	Artigo 3º - A partir da vigência deste Regimento as CPGs terão o prazo máximo de 150 dias para providenciarem as alterações de seu regimento e aprovarem o regimento dos seus Programas.
	Artigo 4º - Os regulamentos e normas dos Programas de Pós-Graduação e os regimentos das CPGs deverão ser aprovados pelas Câmaras do CoPGr até 270 dias a partir da vigência deste Regimento.
	Artigo 5º - A CPG e CCP que não tiver seu respectivo regimento, regulamentos e normas aprovado pelo CoPGr e suas Câmaras nos prazos estabelecidos nestas Disposições Transitórias não poderão matricular alunos ingressantes.
Artigo 3º - Após sua composição, a CCP tem o prazo máximo de noventa dias para estabelecer e enviar, à Comissão de Pós-Graduação (CPG) pertinente, o regulamento e normas do Programa.	Artigo 5º - Mantem-se em vigor o disposto nos artigos 109 a 111 do antigo regimento, até que a matéria seja regulamentada por Resolução Especial, a ser expedida pela Universidade de São Paulo.
Artigo 4º - As Unidades, no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, deverão providenciar a alteração de seus Regimentos para adequar a composição da CPG ao disposto no art. 33 deste Regimento.	Artigo 6º - Este Regimento deverá ser revisado no prazo de cinco anos, contados da sua vigência.
Artigo 5º - Nos primeiros cento e cinquenta dias, a partir da data de publicação deste Regimento, a CPG deve estabelecer e aprovar suas normas em consonância com a CCP, enviando-as de imediato ao Conselho de Pós-Graduação (CoPGr) para análise.	
Parágrafo único - As CPGs, no prazo de sessenta dias, deverão encaminhar à Congregação proposta de alteração de sua composição.	
Artigo 6º - As CPGs Interunidades têm o prazo máximo de noventa dias para se vincular a uma Unidade, contados a partir da data de publicação deste Regimento.	
Artigo 7º - O regulamento e normas dos Programas de Pós-Graduação deverão ser aprovados pelas Câmaras do CoPGr até 30.06.2009.	
§ 1º - Os Programas que tiverem seu regulamento e normas aprovados até 15.12.2008 deverão matricular os alunos ingressantes a partir de 02.01.2009 segundo as normas deste Regimento.	
§ 2º - A transferência de aluno regularmente matriculado para este Regimento somente poderá ser realizada após aprovação do regulamento e normas de seu respectivo Programa, em data não anterior a 02.01.2009.	
§ 3º - O Programa de Pós-Graduação que não tiver seu regulamento e normas	

PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(Versão incluindo as recomendações da Douta Procuradoria Geral da Universidade – Parecer PG.P.2433/12)

aprovados pelas Câmaras do CoPGr até 30.06.2009 não poderá matricular alunos ingressantes.	
Artigo 8º - O aluno regularmente matriculado tem o prazo máximo até 30.09.2009 para optar por este Regimento, mediante declaração assinada e entregue à Secretaria de Pós-Graduação de sua Unidade.	

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA****INFORMAÇÃO Nº** _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

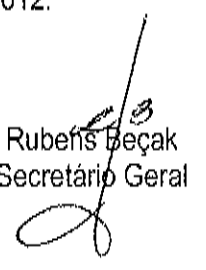
Processo: 2012.1.12458.1.9**Interessado:** PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

A CAA, em sessão realizada em **17.09.2012**, aprovou a proposta de alteração do Regimento da Pós-Graduação, bem como as consequentes alterações no Regimento Geral, sem prejuízo de destaques.

Na oportunidade, a CAA coloca em votação o destaque encaminhado pelo Cons. Flávio Ulhoa Coelho, referente à proposta de alteração do artigo 254 do Regimento Geral, sendo aprovada a manutenção do texto original: "O recurso contra decisões dos órgãos executivos e colegiados será interposto pelo interessado, no prazo máximo de dez dias, contados da data de ciência da decisão a recorrer."

A seguir, coloca em votação o destaque encaminhado pelo representante discente Leandro Salvático de Freitas, referente ao § 4º do artigo 10 da proposta de Regimento da Pós-Graduação, de elevar a representação discente, de 20% para 30% do total de docentes, tendo em vista o parágrafo único do art. 56 da LDB, sendo o destaque rejeitado pela maioria dos Conselheiros.

São Paulo, 17 de setembro de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Química

Processo 2012.1.12458.1.9 - Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

Trata-se de proposta de alteração do Regimento de Pós-Graduação da USP.

Após inúmeras discussões, a minuta do Regimento foi aprovada no CoPGr e em seguida o processo foi encaminhado à Procuradoria Geral pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação, Prof. Dr. Vahan Agopyan. Em sua análise jurídica, a procuradora Dra. Marisa Alves Vilarinho apresenta sugestões de modificação de vários dispositivos no sentido de se adequar a minuta de regimento com a norma estatutária e regimental da USP.

A minuta apresentava vários dispositivos polêmicos que, para serem implementados exigiam mudanças no Regimento Geral da USP e que passo a relatar.

Artigo 14, parágrafo 2º – Cada uma das três câmaras do CoPGr (Câmara de Avaliação, Câmara Curricular e Câmara de Norma e Recursos) terá um Coordenador e um Coordenador Adjunto. Isso feria os Artigos 48, parágrafo terceiro (Comissão de Graduação) e artigo 49, parágrafo terceiro (Comissão de Pós Graduação) que estabelecem que tais comissões tenham Presidente e Suplente. Além disso, a figura do Coordenador Adjunto poderia ensejar pagamento de verba de representação. Por sugestão da Procuradoria Geral, o parágrafo 2º do Artigo 14 estabelece que cada câmara terá um Coordenador e um Suplente.

Artigos 84 e 86, referentes ao credenciamento de orientadores e co-orientadores, respectivamente. Ambos estabeleciam que os orientadores e os co-orientadores a serem credenciados poderiam não ter o título mínimo de doutor desde que apresentassem competência reconhecida. Tais artigos estavam em desacordo com o Artigo 72 do Estatuto da USP, que estabelece que o orientador deve apresentar o título mínimo de doutor, e também com o Artigo 88 do Regimento Geral que estabelece que cabe ao CoPGr aprovar proposta da CPG relativa ao credenciamento de orientadores com título mínimo de doutor. A sugestão da Procuradoria Geral foi acatada e agora o Artigo 84 e o Artigo 86, parágrafo 2º, estabelecem

que o orientador e o co-orientador devem ser portadores do título mínimo de doutor, respectivamente.

⁶⁹
 Artigo ~~76~~, parágrafo 3º. – estabelecia que os responsáveis por disciplinas de Pós-Graduação não precisavam apresentar título mínimo de doutor. Por sugestão da Procuradoria Geral, o parágrafo 3º foi suprimido porque o Artigo 76 do Estatuto da USP estabelece que as atividades docentes devem ser realizadas pelos professores doutores, professores associados e professores titulares.

O inciso IV do Artigo 52 que fazia referência ao Artigo 96, parágrafo 3º, por sugestão da Procuradoria Geral, faz agora referência ao Artigo 96, parágrafo 4º.

De acordo com o Artigo 76, o exame de qualificação é obrigatório para o aluno de pós-graduação. Entretanto, o Artigo 99 do Regimento Geral estabelece que a juízo da CPG poderá ser exigido o exame de qualificação para o aluno de mestrado. Embora a Procuradoria Geral tenha sugerido adequação do dispositivo em questão, não ficou claro se na versão atual essa sugestão foi contemplada.

Com relação ao título de livre docente obtido fora da USP, referente ao Artigo 105, a modificação proposta na versão atual da minuta contempla a sugestão da Procuradoria Geral.

Finalmente, considerando-se que todas as recomendações da Douta Procuradoria Geral foram acatadas em sua totalidade não havendo portanto nenhum óbice, antes de propor a aprovação da presente minuta, gostaria de levantar um aspecto relacionado ao Artigo 93. Trata-se da composição das Comissões Julgadoras que, no caso do Mestrado devem ser constituídas por três examinadores e no caso de Doutorado, por número ímpar de examinadores, garantido o mínimo de três. No caso do doutorado, minha opinião particular é que a banca seja constituída por cinco membros. Considerando-se que, de acordo com esse artigo, as comissões serão constituídas também pelo orientador ou co-orientador, exclusivamente na condição de presidente, sem direito a voto, e que a maioria dos examinadores devem ser externos ao programa e pelo menos um externo à USP, dois aspectos merecem reflexão. De acordo com o parágrafo 4º do Artigo 93 e considerando-se o caput do artigo, a composição das bancas deverá onerar mais ainda os programas e, para determinadas áreas, poderá ser um fator limitante. Eram essas as considerações.

Em vista do exposto sou de parecer favorável à aprovação da presente versão da minuta de Regimento da Pós-Graduação da USP, por esta CLR.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone

A CLR, em sessão realizada em 18 de setembro de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta do novo regimento de Pós-Graduação da USP, bem como as consequentes alterações no Regimento Geral.

A CLR concorda, também, com o destaque aprovado pela CAA, em sessão realizada em 17.09.2012, referente à manutenção do texto original do artigo 254 do Regimento Geral.

Na oportunidade, o Conselheiro Sérgio França Adorno de Abreu sugere que o parágrafo 3º do artigo 12 do Regimento de Pós-Graduação seja alterado para "... permitida uma recondução.", ao invés de "... permitida a recondução.". A matéria foi amplamente discutida decidindo o plenário modificar o entendimento da CLR, no sentido de que "permitida a recondução" significa "uma recondução" e não várias como defendido no passado, com base em Parecer do Prof. Dr. Walter Colli, aprovado por este Colegiado em 8.11.1994.

Encaminhem-se os autos à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, para ciência dos Pareceres da CAA e CLR, abrindo-se protocolado, a fim de ser encaminhado ao Conselheiro José Rogério Cruz e Tucci, para parecer referente ao destaque levantado pelo Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu.

São Paulo, 18 de setembro de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - PRPG

Processo: 2012.1.1690.1.2**Interessado: Pró-Reitoria de Pós-Graduação**

Pela análise do andamento do Processo, quero externar os meus agradecimentos, e desta Pró-Reitoria, pela apurada e cuidadosa apreciação realizada, tanto pela CAA como pela CLR, ao texto proposto pelo Conselho de Pós-Graduação da USP.

Particularmente o Artigo 76 do texto proposto, como bem destacado pelo Relator da CLR, implica em adequação do Artigo 99 do Regimento Geral, a supressão do Parágrafo Único, como ficou na proposta apresentada. Quanto ao Artigo 93 da proposta, concordo totalmente com o Relator quanto à sua preocupação em onerar ainda mais os Programas, mas esse fato é minimizado pela possibilidade do uso de meios eletrônicos à distância, conforme o Parágrafo 2º do Artigo 97 da redação proposta.

O ponto que gostaria de destacar é sobre a sugestão da CLR, para que no Artigo 10, Parágrafo 3º (equivalente ao Artigo 12, Parágrafo 3º do Regimento vigente) seja considerada a possibilidade de uma única recondução para os representantes das Comissões de Pós-Graduação dos Institutos Especializados, dos Museus, dos Órgãos Complementares, dos Programas Interunidades e das Entidades Associadas. A sugestão de rodízio é sempre salutar e considero como uma das virtudes da nossa Universidade. O tema não foi discutido pelo CoPGr pois, como é do seu conhecimento, para o aperfeiçoamento do Regimento da Pós foram consideradas propostas advindas da comunidade, estimuladas pela Pró-Reitoria no período de fevereiro a novembro do ano passado. Nesse tópico, não houve sugestão de CCP, CPG ou de docente ou discente envolvido no processo.

Apenas solicito atentar ao fato de que se esse entendimento for ampliado para os mandatos dos membros e dos coordenadores/presidentes de CCPs e de CPGs, podemos criar dificuldades na gestão da Pró-Reitoria. Normalmente um docente é escolhido para participar de Comissão Coordenadora de um Programa e com a experiência adquirida torna-se Coordenador desse Programa, e participa assim da Comissão de Pós de sua unidade. Com o tempo é alçado a Presidente da CPG e nessa qualidade participa do Conselho de Pós e de uma de suas Câmaras, podendo em algum tempo tornar-se Coordenador da Câmara. Portanto, num mandato de até quatro anos, um docente membro de uma CCP dificilmente poderá ficar mais do que alguns meses como Coordenador de uma Câmara da Pró-Reitoria, induzindo uma rotatividade com prazos muito curtos, prejudicando a administração do sistema.

Encaminhe-se à Secretaria Geral.

Reforçando os agradecimentos, subscrevo.

Atenciosamente,



VAHAN AGOPYAN
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Processo n. 2012.5.1579.1.1

Assunto: *Proposta de aperfeiçoamento do Regimento de Pós-Graduação*

Interessada: *Pró-Reitoria de Pós-Graduação*

1. Como se infere dos autos, a CLR, em sessão realizada em 18 de setembro de 2012, aprovou o parecer do ilustre Relator, Professor Francisco de Assis Leone, favorável à proposta de alteração do Regimento de Pós-Graduação, e, conseqüentemente, de modificação dos artigos correspondentes do Regimento Geral da USP.

A CLR igualmente nada tem a opor com o destaque aprovado pela CAA, na sessão realizada em 17 de setembro de 2012, atinente à manutenção do texto original do artigo 254 do Regimento Geral.

2. No entanto, na aludida sessão da CLR, o ilustre Conselheiro Professor Sérgio França Adorno de Abreu ponderou que a expressão “**permitida a recondução**”, constante de alguns artigos do Regimento de Pós-Graduação da USP, deve, atualmente, ser interpretada como “**permitida uma recondução**”, e não sucessivas reconduções, em consonância com a orientação defendida, no passado, em parecer da lavra do ilustre Professor Walter Colli, aprovado pela própria CLR, em 8 de novembro de 1994.

3. Diante da relevância da questão, entendi oportuno emitir parecer em prol da tese agora destacada pelo ilustre Professor Sérgio França Adorno de Abreu, que também é por mim secundada.

4. Como bem elucida Ruy Barbosa (*Comentários à Constituição Federal brasileira*, vol. 3, São Paulo, Saraiva, 1933, pág. 164), “a Constituição dos Estados Unidos não taxou limites à reelegibilidade do Presidente. De sorte que sobre um cidadão americano poderiam reiterar-se a fio



tantas reeleições, todas legais, que o cargo acabasse por se tornar vitalício na sua pessoa. Mas o que não fez o texto constitucional, fê-lo cabalmente a sua praxe. A nenhum Presidente se tolerou que fosse reeleito duas vezes. Quando se tentou, em 1792, a segunda reeleição de Washington, ele recusou absolutamente, alegando o risco, para as instituições republicanas, de se permitir que o mesmo indivíduo continuasse a servir constantemente nesse cargo”.

Na experiência política brasileira, desde a nossa primeira Constituição de 1891 até a versão original da Carta de 1988, a reeleição jamais foi permitida, porque esta possibilidade poderia ensejar a perpetuidade dos governantes. Ademais, mesmo durante os regimes de exceção (1937, 1967, 1969), a proibição persistia e prosseguiu inclusive após a abertura democrática (art. 82, CF 1988), a evitar a eternização dos respectivos mandatos (v., a respeito, Alexandre de Moraes, *Direito constitucional*, São Paulo, Atlas, 2012, pág. 250-252; Manoel Gonçalves Ferreira Filho, *Curso de direito constitucional*, São Paulo, Saraiva, 2008, pág. 118-119; Gilmar Ferreira Mendes *et alii*, *Curso de direito constitucional*, São Paulo, Saraiva, 2008, pág. 756 e segs.).

Aduza-se que a Emenda Constitucional n. 16/97 alterou a tradição histórica do direito brasileiro, ao introduzir no artigo 14, § 5º, a possibilidade de reeleição, por um único período subsequente aos mandatos, do Presidente da República, dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal e dos Prefeitos, e sucessores ou substitutos no curso dos respectivos mandatos.

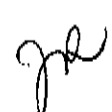
Cumpra esclarecer que, a despeito de alguma resistência episódica, o denominado *princípio da alternância do poder* – que se opõe à eternização dos mandatos – também tem sido prestigiado em outras esferas da Administração Pública descentralizada.

5. Entendo, pois, que a participação, em forma de rodízio ou alternância, no desempenho de função de “chefia”, além de democrática, atende ainda à exigência constitucional da impessoalidade administrativa.

Dai, porque, sugiro que a redação do artigos 10, §§ 2º e 3º, 14, § 2º, 32, § 3º, e 35, § 3º, da nova versão do Regimento de Pós-Graduação, seja alterada, inserindo-se a expressão “permitida uma recondução”.

6. Pondero, outrossim, que diante da oportuna manifestação do eminente Pró-Reitor de Pós-Graduação, Professor Vahan Agopyan, tal sugestão não se estende ao mandato dos membros da Comissão Coordenadora de Programa e da Comissão de Pós-Graduação, visto que, na prática acadêmica, “um docente pode ser escolhido para participar de Comissão Coordenadora de um Programa e com a experiência adquirida torna-se Coordenador desse Programa, e participa, assim, da Comissão de Pós-Graduação de sua unidade. Com o passar do tempo, é alçado a Presidente da CPG e nessa qualidade participa do Conselho de Pós-Graduação e de uma de suas Câmaras, podendo, em algum momento, tornar-se Coordenador da Câmara. De sorte que, num mandato sucessivo (portanto, no período de 4 anos), um docente membro de uma CCP dificilmente poderá ficar mais do que alguns meses como Coordenador de uma Câmara da Pró-Reitoria, induzindo uma rotatividade com prazos muito curtos, prejudicando a administração do sistema” (*textual* – fls.).

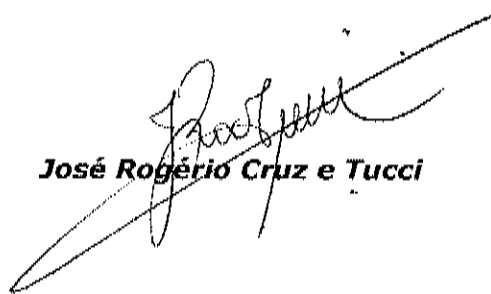
Entendo, pois, que a regra de uma única recondução não se observa no mandato dos membros docentes integrantes da CCP e da CPG.



Por fim, entre as *disposições transitórias*, seria necessário acrescentar uma regra de direito intertemporal, autorizando, em caráter excepcional, os detentores de atuais mandatos a uma recondução, mediante eleição realizada na forma regimental.

É o meu parecer.

São Paulo, 16 de outubro de 2012.



José Rogério Cruz e Tucci



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Química

Processo 2012.1.1690.1.2. – Pró Reitoria de Pós-Graduação.

Trata-se de proposta de alteração do Regimento da Pós-Graduação da USP e de Artigos do Regimento Geral.

Em reunião realizada em 18 de Setembro de 2012, a CLR aprovou favoravelmente a parecer deste relator referente ao novo Regimento da Pós-Graduação da USP, bem como as consequentes alterações do Regimento Geral. Por outro lado, foi favorável à manutenção do Artigo 254 do Regimento Geral (“O recurso contra decisões de órgãos executivos colegiados será interposto pelo interessado, no prazo máximo de dez dias, contados da data da ciência da decisão a recorrer”).

Considerando-se ainda o destaque levantado pelo Conselheiro Prof. Sérgio Adorno, acerca do parágrafo 3º do artigo 12 do Regimento Geral, alterando para “permitida uma recondução” ao invés de “permitida a recondução” e também levando-se em consideração a manifestação do Pró-Reitor de Pós-Graduação, no caso específico dos representantes das Comissões de Pós-Graduação proponho a esta CLR que seja considerada a seguinte redação: “permitida uma recondução excetuados os casos onde ocorrer progressão dentro das diferentes instâncias das Comissões ou do Conselho de Pós- Graduação”.

Assim sendo, s.m.j., considero que com essa nova redação não haverá prejuízos para a administração do sistema da Pós-Gaduação.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____


Rub. _____

Processo: 2012.1.12458.1.9

Interessado: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO


A CLR, em sessão realizada em 24 de outubro de 2012, aprovou o parecer do relator, complementado pelo parecer do Prof. Dr. José Rogério Cruz e Tucci.

São Paulo, 24 de outubro de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 24 de outubro de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE _____.

Baixa o Regimento da Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, de acordo com o deliberado pelo Conselho de Pós-Graduação, em sessões de 25.4.2012 e 9.5.2012, e pelo Conselho Universitário em sessão de _____, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento da Pós-Graduação, que com esta baixa.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Proc. 2012.1.12458.1.9)

Artigo 3º - Fica revogada a Resolução nº 5473/08.

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral



Secretaria Geral

REGIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TÍTULO I - Da Conceituação

Capítulo I

Dos Objetivos

Artigo 1º - A Pós-Graduação *stricto sensu*, voltada para a geração do conhecimento, destina-se à formação de docentes, pesquisadores e profissionais com amplo domínio de seu campo do saber e capacidade de liderança e inovação.

Artigo 2º - A Pós-Graduação *stricto sensu* compreende um conjunto de atividades realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, acompanhadas por orientador, específicas para cada pós-graduando, as quais incluem e privilegiam o ensino e a pesquisa, visando à integração do conhecimento e o desenvolvimento da sociedade.

§ 1º - A Pós-Graduação *stricto sensu* deve ser entendida como um sistema de formação intelectual e, ao mesmo tempo, de produção de conhecimento e inovação em cada área do saber.

§ 2º - A Pós-Graduação *stricto sensu* compreende os cursos de Mestrado e de Doutorado.

Artigo 3º - A Pós-Graduação *stricto sensu* tem por unidade básica o Programa de Pós-Graduação, constituído por áreas de concentração, linhas de pesquisa, disciplinas e corpo docente e discente nos cursos de Mestrado e de Doutorado.

Artigo 4º - A Universidade de São Paulo pode promover, por meio de convênios específicos, cursos de Mestrado e de Doutorado em associação com outras Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, a fim de viabilizar o acesso a Programas de Pós-Graduação desta Universidade para docentes, pesquisadores e técnicos do ensino superior que não tenham condições de se deslocar para a localidade em que tais cursos são regularmente oferecidos.

Artigo 5º - A Universidade de São Paulo pode promover, por meio de convênios específicos, cursos de Mestrado e de Doutorado em conjunto com Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, visando à formação de Mestres e de Doutores e à cooperação com equipes de pesquisa de competência reconhecida.

Capítulo II

Dos Títulos de Mestre e de Doutor

Artigo 6º - Os títulos de Mestre ou de Doutor são obtidos após cumprimento das exigências do curso, incluindo a defesa da dissertação ou da tese.

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

§ 1º - Considera-se dissertação de Mestrado o texto resultante de trabalho supervisionado, que demonstre capacidade de sistematização crítica do conhecimento acumulado sobre o tema tratado e de utilização de métodos e técnicas de investigação científica, tecnológica ou artística, visando desenvolvimento acadêmico ou profissional, de acordo com a natureza da área e os objetivos do curso.

§ 2º - Considera-se tese de Doutorado o texto resultante de trabalho supervisionado de investigação científica, tecnológica ou artística que represente contribuição original em pesquisa e inovação, visando desenvolvimento acadêmico ou profissional, de acordo com a natureza da área e os objetivos do curso.

Artigo 7º - O Mestrado e o Doutorado receberão designações correspondentes às áreas de Ciências, Letras, Filosofia ou Artes, com indicação do Programa e da área de concentração correspondente, conforme e quando for o caso. Outras designações serão apreciadas pelo Conselho de Pós-Graduação.

Artigo 8º - O título de Doutor poderá ser obtido exclusivamente com defesa de tese por candidatos de alta qualificação, comprovada mediante exame de títulos, trabalhos e publicações de natureza acadêmica, com voto favorável de pelo menos dois terços da CPG e da Congregação ou Conselho Deliberativo ou órgãos equivalentes pertinentes e aprovação pelo Conselho de Pós-Graduação.

§ 1º - No ato da solicitação, o interessado deve apresentar a documentação completa, inclusive a tese.

§ 2º - Nesta modalidade de obtenção do título, prescinde-se de orientador constituído.

§ 3º - Após a aprovação pelo CoPGr, deve-se atender, no que couber, ao disposto nos arts. 88 a 99 deste Regimento.

TÍTULO II - Da Organização

Capítulo I

Dos Órgãos da Administração

Artigo 9º - São órgãos da administração da Pós-Graduação:

I - Conselho de Pós-Graduação (CoPGr) e suas Câmaras;

II - Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG);



Secretaria Geral

III - Comissões de Pós-Graduação (CPG) vinculadas às Unidades de Ensino e Pesquisa, aos Institutos Especializados, aos Museus, aos Órgãos Complementares, aos Programas de Pós-Graduação Interunidades e às Entidades Associadas;

IV - Comissões Coordenadoras de Programa (CCP) vinculadas a cada CPG.

Capítulo II

Do Conselho de Pós-Graduação

Artigo 10 - Integram o CoPGr:

- I - o Pró-Reitor de Pós-Graduação, seu presidente;
- II - o Presidente da CPG de cada Unidade de Ensino e Pesquisa;
- III - um representante das CPGs dos Institutos Especializados;
- IV - um representante das CPGs dos Museus;
- V - um representante das CPGs dos Órgãos Complementares;
- VI - um representante das CPGs dos Programas Interunidades;
- VII - um representante das CPGs das Entidades Associadas;
- VIII - a representação discente.

§ 1º - O Presidente da CPG será substituído, em suas ausências, pelo seu Suplente, permitida uma recondução, excetuados os casos onde ocorrer progressão dentro das instâncias das Comissões ou do Conselho de Pós-Graduação.

§ 2º - A representação titular de que trata os incisos III a VII será exercida por Presidente da CPG eleito dentre os Presidentes das respectivas CPGs, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 3º - O representante titular de que trata os incisos III a VII será substituído em suas ausências por um suplente eleito dentre os Presidentes das respectivas CPGs, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º - A representação discente corresponde a vinte por cento do total de docentes do CoPGr, eleita entre os estudantes de Pós-Graduação regularmente matriculados.



Secretaria Geral

§ 5º - O mandato dos membros discentes será de um ano, permitida uma recondução.

§ 6º - Os representantes discentes titulares, de que trata o inciso VIII, serão substituídos em suas ausências por suplentes eleitos entre os estudantes de pós-graduação regularmente matriculados.

Artigo 11 - Cabe ao CoPGr promover atividades de Pós-Graduação, estabelecendo as normas que julgar necessárias para esse efeito, traçando as diretrizes que norteiam a ação da Universidade na Pós-Graduação, obedecendo as normas gerais fixadas pelo Conselho Universitário, zelando, por meio de acompanhamento e avaliações periódicas, pela qualidade do trabalho e pela adequação dos meios às finalidades de cada Programa.

Artigo 12 - Compete, ainda, ao CoPGr:

I - deliberar sobre a criação de Programas de Pós-Graduação e autorizar, no âmbito da Universidade de São Paulo, o funcionamento de cursos de Mestrado e de Doutorado propostos pelas CPGs, ouvidas as respectivas Congregações, Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes;

II - deliberar sobre solicitações de reestruturação dos Programas de Pós-Graduação propostos pelas CPGs, ouvidas as respectivas Congregações, Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes;

III - estabelecer as normas para o funcionamento das CPGs;

IV - deliberar sobre a necessidade de reestruturação ou desativação de Programas de Pós-Graduação;

V - julgar recursos referentes à Pós-Graduação que tenham sido indeferidos por suas Câmaras;

VI - deliberar sobre pedidos de equivalência de títulos de Mestre e Doutor obtidos em instituições de ensino superior do exterior e de título de Livre-Docente obtido fora da USP para equipará-los aos da Universidade, com validade somente no âmbito da USP, ouvidas a CPG e a Congregação pertinente ou Conselho Deliberativo ou órgão equivalente;

VII - deliberar sobre pedidos de reconhecimento de títulos de Pós-Graduação obtidos no exterior, em instituições de ensino superior, ouvidas a CPG e a Congregação pertinentes ou Conselho Deliberativo ou órgão equivalente;

VIII - autorizar a defesa de tese solicitada de acordo com o disposto no art. 8º deste Regimento;



Secretaria Geral

IX - definir o valor máximo da taxa de inscrição dos candidatos no processo seletivo dos cursos de Pós-Graduação;

X - deliberar sobre a criação e desativação dos Núcleos de Apoio ao Ensino de Pós-Graduação (NAPG), bem como sobre a prorrogação de suas atividades, obedecendo ao disposto no Estatuto e Regimento Geral da USP, e proceder sua avaliação bienal, ouvidas as respectivas Congregações;

XI - deliberar sobre solicitações de suas Câmaras para a delegação de competências aos Programas ou às CPGs nas atribuições determinadas pelas Câmaras;

XII - suspender a delegação de competências do Programa ou da CPG que não cumprir suas normas e regulamentos;

XIII – deliberar sobre casos excepcionais com vistas ao atendimento da qualidade da pós-graduação, por proposta fundamentada de quaisquer de suas Câmaras;

XIV – deliberar sobre avaliação anual dos Programas de Pós-Graduação, por proposta da CaA do CoPGr;

XV – deliberar sobre critérios mínimos para a criação e reestruturação de programa e cursos de pós-graduação, por proposta da CaA do CoPGr;

XVI – no interesse da qualidade e da gestão da Pós-Graduação, delegar competências às suas Câmaras;

XVII - deliberar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Reitor ou pelo Conselho Universitário.

Seção I

Das Câmaras do CoPGr

Artigo 13 - São três as Câmaras do CoPGr:

I - Câmara de Avaliação (CaA);

II - Câmara Curricular (CaC);

III - Câmara de Normas e Recursos (CaN).

Artigo 14 - As Câmaras são compostas por membros do CoPGr.

§ 1º - Todos os membros do CoPGr deverão integrar uma de suas Câmaras.



Secretaria Geral

§ 2º - Cada Câmara terá um Coordenador e seu Suplente, eleitos entre seus membros docentes, com mandato de dois anos, enquanto integrantes do Conselho, permitida uma recondução.

Artigo 15 - A representação discente, em cada Câmara, deve ser escolhida entre seus representantes no CoPGr, observada a percentagem referida no § 4º do art. 10 deste Regimento, assegurada a presença de, pelo menos, um aluno.

Artigo 16 - Por decisão do CoPGr, as referidas Câmaras podem ser extintas, substituídas ou desmembradas, facultando-se ao CoPGr, ainda, a criação de outras.

Seção II

Das Competências das Câmaras

Artigo 17 - Compete à CaA, além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr:

- I - propor ao CoPGr critérios mínimos para criação e reestruturação de programas e cursos de Pós-Graduação;
- II - acompanhar e avaliar periodicamente os Programas e Cursos de Pós-Graduação;
- III - propor ao CoPGr documento definindo o processo de avaliação anual dos programas de pós-graduação;
- IV - propor ao CoPGr as solicitações de criação, reestruturação e desativação de Programas e Cursos de Pós-Graduação, considerando a análise prévia da estrutura curricular pela CaC do CoPGr;
- V - verificar periodicamente a observância, pelas CPGs, dos critérios de credenciamento e credenciamento estabelecidos pelas mesmas;
- VI - propor ao CoPGr as solicitações de defesa de tese de acordo com o disposto no art. 10 deste Regimento;
- VII - propor ao CoPGr as solicitações de defesa de tese de acordo com o disposto no art. 8 deste Regimento;
- VIII - deliberar sobre recursos referentes a matéria de sua competência;
- IX - definir critérios a serem adotados e deliberar sobre orientações acima do limite máximo permitido por orientador, previsto no Artigo 84 § 1º deste Regimento;



Secretaria Geral

X – encaminhar de forma fundamentada para deliberação do CoPGr proposta de credenciamento de orientadores ou co-orientadores não portadores do título de Doutor, de reconhecida competência acadêmica ou técnico-científica, aprovada pela CCP e CPG;

XI – encaminhar de forma fundamentada para deliberação do CoPGr, com vistas ao atendimento da qualidade da pós-graduação, casos excepcionais que lhes foram submetidos;

XII - deliberar sobre recursos referentes à matéria de sua competência.

Artigo 18 - Compete à CaC, além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr:

I - deliberar sobre a estrutura curricular relacionada às solicitações de criação e reestruturação de Programas e Cursos de Pós-Graduação;

II - deliberar sobre os critérios de credenciamento de disciplinas e de seus responsáveis, inclusive de não portadores do título de Doutor, por proposta da CCP e aprovados pela CPG;

III - revisar, periodicamente, a relevância e estrutura didático-pedagógica de cada um dos Programas e Cursos de Pós-Graduação;

IV - encaminhar a CaA do CoPGr proposta de reestruturação ou desativação de programas e cursos de pós-graduação;

V - opinar sobre as solicitações de equivalência de títulos de Mestre e Doutor obtidos no exterior e de título de Livre-Docente obtido em outras instituições do país ou do exterior;

VI - opinar sobre as solicitações de reconhecimento de títulos de Mestre e Doutor obtidos no exterior;

VII - encaminhar de forma fundamentada para deliberação do CoPGr, com vistas ao atendimento da qualidade da pós-graduação, casos excepcionais que lhes foram submetidos;

VIII - deliberar sobre recursos referentes a matéria de sua competência.

Artigo 19 - Compete à CaN, além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr:

I - deliberar sobre as normas das CPGs e os regulamentos e normas dos Programas e suas eventuais alterações;



Secretaria Geral

II - acompanhar periodicamente o cumprimento dos regulamentos e normas que regem a pós-graduação, recomendando às CPGs e CCPs os ajustes necessários;

III - deliberar sobre as solicitações de trancamento de matrícula, por motivo de doença do aluno e familiares, quando encaminhadas pelas CPGs;

IV - deliberar sobre as comissões julgadoras de Dissertações e de Teses nos casos previstos nos parágrafos únicos dos arts. 93 e 94 deste Regimento;

V - deliberar sobre propostas de convênios relacionados à Pós-Graduação;

VI - encaminhar de forma fundamentada para deliberação do CoPGr, com vistas ao atendimento da qualidade da pós-graduação, casos excepcionais que lhes foram submetidos;

VII - deliberar sobre recursos referentes à matéria de sua competência.

Seção III

Do Funcionamento do CoPGr e das Câmaras

Artigo 20 - Ao Pró-Reitor de Pós-Graduação compete presidir as reuniões do CoPGr.

§ 1º - O Pró-Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos, exceto junto ao Conselho Universitário, por seu adjunto ou um dos suplentes.

§ 2º - O Reitor, ouvido o Pró-Reitor de Pós-Graduação, indicará, anualmente, o Pró-Reitor Adjunto e até dois membros do CoPGr, em ordem de substituição para o exercício da suplência.

Artigo 21 - As reuniões das Câmaras serão presididas pelo Pró-Reitor.

Parágrafo único - O Pró-Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Coordenador da respectiva Câmara. Na ausência de ambos, o Adjunto do Coordenador assumirá a presidência da reunião.

Artigo 22 - O CoPGr reúne-se, ordinariamente, duas vezes em cada semestre letivo, e as Câmaras reúnem-se, ordinariamente, quatro vezes em cada semestre letivo.

§ 1º - O Pró-Reitor poderá convocar reuniões extraordinárias do CoPGr e das Câmaras.

§ 2º - A convocação para as sessões ordinárias, previstas em calendário elaborado com antecedência pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, bem como para as sessões extraordinárias, será feita por meio de circular expedida com antecedência de, pelo menos, cinco dias no caso do CoPGr, e de dois dias no caso das Câmaras.

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

§ 3º - Excepcionalmente, em casos de urgência, o prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser menor, a critério do Pró-Reitor.

§ 4º - A matéria constante das pautas das reuniões será distribuída aos conselheiros com a convocação.

§ 5º - Em casos especiais, sem observância do prazo previsto, poderá ser incluída na ordem do dia matéria distribuída em pauta suplementar.

§ 6º - A matéria constante da pauta da reunião ou da pauta suplementar deverá ser instruída com parecer e demais peças dos autos, a fim de permitir sua compreensão e julgamento.

Artigo 23 - As reuniões do CoPGr e das Câmaras são instaladas e têm prosseguimento com a presença de mais da metade de seus membros.

§ 1º - Não havendo quorum, o Colegiado será convocado para nova reunião quarenta e oito horas depois, com a mesma pauta.

§ 2º - Caso não haja quorum para a segunda reunião, o Colegiado reunir-se-á em terceira convocação quarenta e oito horas depois, com qualquer número.

Artigo 24 - Às reuniões do CoPGr e de suas Câmaras somente têm acesso seus membros.

§ 1º - O Conselheiro, quando impedido de comparecer, deve justificar a ausência, antecipadamente, e comunicar ao seu suplente, enviando-lhe a pauta da reunião.

§ 2º - Poderão ser convidadas, a juízo do Presidente do Colegiado, pessoas para prestar esclarecimentos sobre assuntos especiais.

Artigo 25 - Em qualquer momento da discussão da Ordem do Dia, o Presidente do Colegiado pode retirar matérias da pauta:

I - para reexame.

II - para instrução complementar.

III - em virtude de fato novo superveniente.

IV - em virtude de pedido de vista, por membro do Colegiado.

§ 1º - O pedido de vista deverá ser justificado, cabendo ao Presidente do Colegiado decidir de plano.

§ 2º - Quando vários Conselheiros pedirem vista da matéria, simultaneamente, serão providenciadas e remetidas cópias aos requerentes.

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária

05508-050 - São Paulo - Brasil

+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

§ 3º - Processos, com pedidos de vista deferidos, deverão ser devolvidos no prazo máximo de trinta dias, exaurindo-se o direito de qualquer manifestação pelo requerente após esse prazo.

§ 4º - Processos retirados de pauta deverão ser, preferencialmente, incluídos na pauta subsequente.

Artigo 26 - Em todas as votações, devem constar, em ata, o número de votos favoráveis, contrários e abstenções.

Parágrafo único - A presença de Conselheiros que não votarem ou se absterem será computada para efeito de *quorum*.

Artigo 27 - Em todas as votações, o Presidente do Colegiado tem direito, além de seu voto, ao voto de qualidade em caso de empate, exceto nas votações secretas, que devem ter um segundo escrutínio. Neste último caso, permanecendo o empate, o item deve ser retirado de pauta.

Capítulo III

Da Pró-Reitoria e do Pró-Reitor de Pós-Graduação

Artigo 28 - Cabe à Pró-Reitoria de Pós-Graduação desenvolver e efetivar projetos institucionais pertinentes à Pós-Graduação *stricto sensu* consoantes às diretrizes estabelecidas neste Regimento ou aquelas aprovadas pelo CoPGr.

§ 1º - Os projetos poderão ser propostos ou aprovados no âmbito da Reitoria ou do CoPGr.

§ 2º - A Pró-Reitoria de Pós-Graduação deverá estabelecer e manter estruturas administrativas e operacionais necessárias às atividades fim e meio da Pós-Graduação.

Artigo 29 - Ao Pró-Reitor de Pós-Graduação compete, além do estabelecido no Estatuto e Regimento Geral da USP:

I - constituir comissões temporárias, designando membros ou, se necessário, ex-membros do CoPGr e, dentre eles, o respectivo Coordenador;

II - decidir de plano as questões da Pró-Reitoria no seu relacionamento com os órgãos centrais;

III - integrar e harmonizar o funcionamento das Câmaras e do CoPGr; e

IV - solicitar parecer emitido por docente não pertencente ao CoPGr, conforme deliberação do CoPGr ou de suas Câmaras.

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

Capítulo IV

Da Comissão de Pós-Graduação

Artigo 30 - A gestão dos Programas de Pós-Graduação, no âmbito das Unidades de Ensino e Pesquisa, dos Institutos Especializados, dos Museus, dos Órgãos Complementares, dos Programas Interunidades e das Entidades Associadas é de competência da Comissão de Pós-Graduação (CPG).

Artigo 31 - A CPG deve contar, no mínimo, com cinco docentes dentre os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação a ela vinculados.

§ 1º - O número máximo de membros da CPG deverá ser regulamentado pela Unidade, observado o disposto no *caput* deste artigo e respeitando-se a proporcionalidade de Programas a ela vinculados.

§ 2º - O CoPGr poderá autorizar a composição de CPG com menos de cinco membros, devendo a proposta ser justificada.

§ 3º - O mandato dos membros do quadro docente da CPG será de dois anos, permitida a recondução.

§ 4º - Quando o número de Programas for inferior ao estabelecido no *caput*, serão eleitos orientadores credenciados nos Programas e vinculados à Unidade para completar o quadro docente da CPG, titulares e suplentes, respeitando a proporcionalidade dos Programas de Pós-Graduação existentes.

§ 5º - Nas CPGs compostas exclusivamente por Coordenadores de Programa, o Suplente do Coordenador o substituirá junto à CPG, em suas faltas e impedimentos.

§ 6º - Nas CPGs de Programas Interunidades, os membros serão eleitos pelos orientadores credenciados no Programa dentre os pertencentes ao seu corpo de orientadores, vinculados às Unidades da USP a ele associadas. § 7º - Em caráter excepcional, o CoPGr poderá autorizar a composição de CPG com menos de cinco membros, devendo a proposta ser justificada.

§ 7º - As Unidades que tenham sob sua responsabilidade apenas um Programa de Pós-Graduação deverão eleger os representantes titulares e suplentes da CPG dentre os orientadores credenciados no Programa, todos plenos, e vinculados à Unidade, conforme o disposto em seu Regimento.



Secretaria Geral

§ 8º - Os representantes discentes, eleitos pelos seus pares, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes membros da CPG, sendo no mínimo um discente, devem ser alunos regularmente matriculados em Programa de Pós-Graduação da Unidade e não vinculados ao corpo docente da Universidade, com mandato de um ano, permitida uma recondução, observadas as disposições dos incisos a seguir:

I - juntamente com os membros titulares discentes serão eleitos suplentes;

II - na eleição da representação discente, é assegurado o direito de voto, mas não de ser votado, aos alunos que sejam membros do corpo docente da Universidade.

Artigo 32 - A CPG terá um Presidente e seu Suplente eleitos dentre seus membros.

§ 1º - O Presidente e seu Suplente deverão ser, no mínimo, Professores Associados, respeitadas as especificidades das Entidades Associadas.

§ 2º - Os Professores Titulares e Associados, por motivo justificado, poderão ser dispensados da presidência da CPG pela Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente; neste caso, a Presidência da CPG poderá ser exercida por Professor Doutor.

§ 3º - O mandato do Presidente e de seu Suplente será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º - Caberá apenas ao Presidente da CPG ou ao seu Suplente, nos casos de falta ou impedimento, a representação no CoPGr e em suas Câmaras.

Artigo 33 - Além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo CoPGr e do estabelecido neste Regimento, são responsabilidades da CPG das Unidades de Ensino e Pesquisa, dos Institutos Especializados, dos Museus, dos Órgãos Complementares, dos Programas Interunidades e das Entidades Associadas:

I - traçar as diretrizes e zelar pela execução dos Programas de Pós-Graduação;

II - coordenar as atividades didático-científicas pertinentes aos seus Programas;

III - propor ao CoPGr a estrutura dos Programas de Pós-Graduação novos ou reformulados, ouvida a respectiva Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente e, no caso de CPGs vinculadas a Programas Interunidades, ouvidas as Congregações, Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes de todas as unidades envolvidas;



Secretaria Geral

IV - analisar e submeter à CaN do CoPGr o regulamento e normas dos Programas, bem como de suas próprias normas, ouvida a respectiva Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente;

V - revisar, periodicamente, a relevância e estrutura didático-pedagógica de cada um dos Programas e Cursos de Pós-Graduação;

VI - analisar e submeter à CaC do CoPGr os critérios de credenciamento e reconcredenciamento das disciplinas de Pós-Graduação e seus responsáveis;

VII - deliberar sobre credenciamento e reconcredenciamento de disciplinas e de seus responsáveis apresentados pela Comissão Coordenadora de Programa;

VIII - analisar e submeter à CaA do CoPGr os critérios de credenciamento e reconcredenciamento de orientadores e co-orientadores;

IX - deliberar sobre o número máximo de alunos por orientador e co-orientador, respeitados os limites máximos estabelecidos neste Regimento, conforme proposta da CCP;

X - deliberar sobre credenciamento e reconcredenciamento de orientadores e co-orientadores apresentados pela Comissão Coordenadora de Programa;

XI - julgar solicitações de mudança de orientação nos casos previstos nos arts. 82 e 83 deste Regimento;

XII - referendar as solicitações de desligamentos encaminhadas pela CCP;

XIII - deliberar sobre a cobrança de taxas para inscrição em processo seletivo, não podendo exceder o valor máximo definido pelo CoPGr;

XIV - deliberar e divulgar o calendário escolar e de oferecimento de disciplinas apresentados pela CCP;

XV - homologar e divulgar a relação dos candidatos selecionados para ingresso na Pós-Graduação, apresentada pela CCP;

XVI - designar os membros titulares e suplentes que constituirão as comissões julgadoras das defesas de dissertações e teses;

XVII - estabelecer os procedimentos das defesas de dissertações e teses;

XVIII - homologar o relatório de comissões julgadoras das defesas de dissertações e teses, no prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados a partir da data da defesa;



Secretaria Geral

XIX - manifestar-se sobre solicitações para obtenção do título de Doutor somente com defesa de tese;

XX - manifestar-se sobre as solicitações de equivalência e de reconhecimento de títulos;

XXI - homologar a escolha dos Coordenadores e seus Suplentes dos Programas de Pós-Graduação, comunicando a Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação;

XXII - propor ao CoPGr convênios interinstitucionais e outros relacionados aos Programas de Pós-Graduação sob sua responsabilidade;

XXIII - estabelecer os critérios para a transferência de cursos da mesma área de concentração, de área de concentração diferente do mesmo Programa e de diferentes Programas de Pós-Graduação da CPG;

XXIV - deliberar sobre as solicitações de alunos para transferência de Programa;

XXV - deliberar sobre as solicitações de trancamento de matrícula e prorrogação de prazo, propostos pela Comissão Coordenadora de Programa;

XXVI - deliberar sobre as solicitações de alterações de frequência e conceitos conforme o disposto no § 2º do art. 74 deste Regimento.

XXVII – submeter à CaC do CoPGr o credenciamento do conjunto atualizado das disciplinas apresentado pelos Programas e suas áreas de concentração, a cada cinco anos.

XXVIII – definir o número de membros que comporão as comissões julgadoras de Tese. Este número deverá ser igual para todos os seus Programas.

Parágrafo único – Aplica-se à CPG de programa único o disposto no art.38 deste Regimento.

Artigo 34 - As reuniões da CPG podem ser realizadas somente com a presença de mais da metade de seus membros, salvo em casos de terceira convocação.

Parágrafo único - O Presidente da CPG conduzirá as reuniões e, em seu impedimento, será substituído por seu Suplente.



Secretaria Geral

Capítulo V

Da Comissão Coordenadora de Programa

Artigo 35 - Cada Programa de Pós-Graduação deve contar com uma Comissão Coordenadora de Programa (CCP) constituída pelo Coordenador do Programa e seu Suplente, pelo menos mais um docente credenciado como orientador no Programa e pela representação discente do Programa.

§ 1º - A eleição dos membros da CCP e de seus respectivos Suplentes será feita pelos orientadores plenos credenciados no Programa de Pós-Graduação. O mandato dos membros docentes da CCP será de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º - Orientadores plenos do Programa externos à USP poderão compor a CCP, respeitado o disposto no parágrafo anterior, quando previsto na respectiva Norma.

§ 3º - A CCP terá um Coordenador e seu Suplente, eleitos pela CCP, dentre seus membros, com mandato de dois anos, permitida uma recondução. O Coordenador e seu Suplente deverão ser docentes vinculados à Unidade a qual pertence o Programa. Nos Programas Interunidades, o Coordenador e seu Suplente deverão ser vinculados às Unidades participantes do Programa.

§ 4º - Os representantes discentes, titulares e suplentes, eleitos pelos seus pares, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes membros da CCP, sendo no mínimo um discente, devem ser alunos regularmente matriculados no Programa de Pós-Graduação e não vinculados ao corpo docente da Universidade, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

§ 5º - No caso de vacância de membro titular ou suplente da CCP, proceder-se-á nova eleição. O membro eleito nestes casos completará o período de mandato.

Artigo 36 - A CCP de programa único de uma CPG será a própria CPG. Nessa condição, o Presidente da CPG e seu Suplente serão, respectivamente, o Coordenador do Programa e seu Suplente.

Artigo 37 - Cabe a cada Programa de Pós-Graduação elaborar seu regulamento e normas, que deverão ser aprovados pela CPG responsável pelo Programa, com as particularidades de sua área, respeitando o estabelecido pela CPG e CoPGr em suas decisões, normas, Regimentos e Regulamentos.

Artigo 38 - Compete à CCP:

I - deliberar sobre o credenciamento e recredenciamento de disciplina e seus responsáveis;



Secretaria Geral

- II - propor à CPG critérios de credenciamento e credenciamento de orientadores e co-orientadores, bem como a periodicidade do credenciamento, estabelecendo o período mínimo de três anos e, no máximo, de cinco;
- III - estabelecer o número máximo de alunos por orientador e co-orientador, respeitados os limites máximos estabelecidos neste Regimento;
- IV - deliberar sobre o credenciamento e credenciamento de seus orientadores e co-orientadores;
- V - organizar e divulgar anualmente lista de orientadores credenciados;
- VI - deliberar sobre o número de vagas oferecido em cada processo seletivo para os cursos do Programa de Pós-Graduação;
- VII - submeter à CPG para homologação os critérios específicos de seleção nos cursos do Programa de Pós-Graduação;
- VIII - coordenar o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação e designar os membros da comissão de seleção, quando necessário;
- IX - encaminhar à CPG a relação dos candidatos selecionados para homologação e divulgação;
- X - referendar o aceite do orientador escolhido pelo aluno;
- XI - deliberar sobre mudança de orientador;
- XII - deliberar sobre desligamentos de alunos;
- XIII - fixar o número de línguas estrangeiras obrigatórias, discriminando-as, e estabelecer os critérios do exame de proficiência;
- XIV - propor à CPG o número total de unidades de crédito exigido para os Cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado sem obtenção prévia do título de Mestre, denominado Doutorado Direto, indicando explicitamente o número mínimo de créditos relacionados a disciplinas e a elaboração da dissertação ou tese;
- XV - propor à CPG o número de unidades de crédito especiais de acordo com o disposto no art. 64 deste Regimento;
- XVI - estabelecer critérios objetivos de desempenho acadêmico a serem cumpridos pelo pós-graduando até o depósito da dissertação ou tese;



Secretaria Geral

XVII - organizar calendário escolar para cada período letivo, fixando as épocas e prazos de matrícula em conformidade com as determinações dos órgãos centrais da USP, para aprovação pela CPG, que fará a sua divulgação com antecedência;

XVIII - elaborar o calendário semestral de oferecimento das disciplinas para aprovação pela CPG, que fará a sua divulgação com antecedência;

XIX - autorizar a participação de professores colaboradores em disciplinas de Pós-Graduação;

XX - deliberar sobre solicitações de contagem de créditos obtidos em disciplinas cursadas fora da USP de acordo com o disposto no § 3º do art. 72 deste Regimento;

XXI - deliberar sobre a matrícula de alunos especiais, com aprovação do docente responsável pela disciplina;

XXII - estabelecer critérios para cancelamento de turmas de disciplinas;

XXIII - estabelecer os critérios para o julgamento do exame de qualificação;

XXIV - designar os membros titulares e suplentes da comissão examinadora do exame de qualificação;

XXV - homologar o relatório da comissão examinadora do exame de qualificação, no prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados a partir da data de realização do exame;

XXVI - sugerir à CPG, ouvido o orientador, a composição da comissão julgadora de defesa de dissertação do Mestrado ou de tese do Doutorado;

XXVII - propor à CPG para homologação reformulações nos cursos e no Programa como um todo;

XXVIII - submeter à CPG as solicitações de trancamento de matrícula, prorrogação de prazo e transferência de Programa e/ou área de concentração;

XXIX - submeter à CPG as solicitações de alterações de frequência e conceitos conforme o disposto no § 2º do art. 74 deste Regimento;

XXX - analisar e submeter à CPG as propostas de convênios interinstitucionais e outros relativos ao Programa;

XXXI - coordenar a execução dos programas e convênios de agências de fomento;

XXXII - estabelecer formas adicionais de avaliação de alunos quando previstas em sua norma.



Secretaria Geral

XXIII - deliberar sobre as solicitações de alunos para transferência de área de concentração;

XXIV – deliberar sobre a realização da avaliação escrita no julgamento das Dissertações e Teses, conforme disposto no art. 95 deste Regimento.

TÍTULO III - Do Ensino

Capítulo I

Dos Alunos

Seção I

Da Admissão

Artigo 39 - O acesso à Pós-Graduação deve ser feito através de processo seletivo previamente definido pela CCP, aprovado pela CPG e amplamente divulgado, assegurando-se o ingresso de candidatos com maior potencial.

§ 1º - Para inscrição no processo seletivo, pode-se dispensar a apresentação do comprovante de conclusão em curso de graduação.

§ 2º - A CPG elaborará e divulgará informações detalhadas sobre o processo seletivo na forma de edital, publicado no Diário Oficial do Estado, respeitado o Regimento de Pós-Graduação da USP.

§ 3º - O processo seletivo mencionado no *caput* deste artigo deve dar-se através de outras avaliações que não exclusivamente a entrevista com o candidato.

Artigo 40 - Os candidatos aprovados no processo seletivo deverão apresentar, no ato da matrícula, cópia do diploma devidamente registrado, histórico escolar completo ou certificado com a data de outorga do grau obtido em curso de Graduação oficialmente reconhecido.

§ 1º - Não será aceito diploma obtido em licenciatura curta, a não ser em casos especiais de mérito acadêmico comprovado por comissão especificamente constituída pela CCP e aprovada pela CPG e pela CaN do CoPGr.

§ 2º - O mérito acadêmico mencionado no § 1º será avaliado com base no currículo devidamente documentado e em outros documentos ou prova escrita ou oral, a critério da CCP.



Secretaria Geral

§ 3º - Os certificados dos cursos sequenciais não asseguram, para fins do estabelecido no § 1º, as condições nele previstas.

Artigo 41 - A juízo da CPG, pode ser cobrada taxa de inscrição de candidatos no processo seletivo para cobertura de custos relativos aos serviços administrativos prestados.

§ 1º - Na hipótese dessa cobrança, a taxa individual de inscrição não poderá exceder o valor máximo definido pelo CoPGr, atualizado a cada dois anos.

§ 2º - Podem ser isentos do pagamento da taxa de inscrição em processo seletivo os servidores da Universidade de São Paulo, de outras Universidades amparadas por convênios de reciprocidade e os candidatos cuja situação econômica lhes impeça o atendimento da exigência.

§ 3º - À CPG caberá decidir sobre a concessão de isenção aos candidatos que a solicitarem com base em critérios previamente estabelecidos.

Artigo 42 - Os candidatos estrangeiros somente podem ser admitidos e mantidos nos cursos de Pós-Graduação oferecidos pela USP quando apresentarem o documento de identidade válido e de visto temporário ou permanente que os autorize a estudar no Brasil.

§ 1º - Para a formalização da solicitação de prorrogação da estada do estrangeiro com documento de identidade, a Unidade providenciará a expedição da documentação que lhe competir.

§ 2º - A apresentação da documentação a que se refere o *caput* deste artigo constitui um pré-requisito para a matrícula do candidato estrangeiro.

§ 3º - Os Diretores das Unidades devem zelar pela fiel observância da exigência de que trata este artigo.

Seção II

Da Matrícula

Artigo 43 - O estudante de Pós-Graduação deve efetuar a matrícula regularmente, em cada período letivo, nas épocas e prazos fixados pelos órgãos centrais da USP, em todas as fases de seus estudos, até a obtenção do título de Mestre ou de Doutor.

Artigo 44 - É vedada a cobrança de taxas, a qualquer título, quer para matrícula regular, quer para matrícula em disciplinas oferecidas pela Universidade, nos cursos de Mestrado e Doutorado, de alunos regularmente matriculados.

Artigo 45 - É vedada a matrícula simultânea em mais de um curso de Mestrado ou de Doutorado na Universidade de São Paulo.



Secretaria Geral

Seção III

Dos Prazos

Artigo 46 - O prazo para a realização dos cursos de Mestrado ou de Doutorado deve ser fixado nos regulamentos dos Programas de Pós-Graduação, observados os limites estabelecidos nos parágrafos deste artigo.

§ 1º - O curso de Mestrado deverá ser concluído no prazo máximo de quarenta e oito meses.

§ 2º - O curso de Doutorado, sem obtenção prévia do título de Mestre, denominado Doutorado Direto, deverá ser concluído no prazo máximo de setenta e dois meses.

§ 3º - O portador do título de Mestre que se inscrever em curso de Doutorado deverá concluir o curso no prazo máximo de sessenta meses.

§ 4º - A critério da CCP poderão ser fixados prazos mínimos para a conclusão dos cursos de Mestrado e Doutorado.

§ 5º - Para fins do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, não será computado o tempo em que o aluno regularmente matriculado em curso de Mestrado ou Doutorado tiver exercido a representação discente no Co, nos Conselhos Centrais, em suas respectivas Câmaras ou Comissões permanentes, limitado ao período de um mandato e desde que tenha comparecido em, pelo menos, cinquenta por cento das reuniões.

Artigo 47 - O prazo para a realização do curso de Mestrado ou de Doutorado inicia-se pela primeira matrícula do aluno e encerra-se com o depósito da respectiva dissertação ou tese, respeitados os procedimentos definidos pela CCP.

Parágrafo único - Créditos excedentes de Mestrado, obtidos até 36 meses anteriormente à matrícula no Doutorado, poderão ser aproveitados para este curso.

Artigo 48 - O aluno de Mestrado ou de Doutorado pode solicitar aproveitamento de créditos referentes a disciplinas cursadas como aluno especial, nos últimos 36 meses anteriores à matrícula regular, observadas as disposições do art. 57 deste Regimento.

Seção IV

Do Trancamento de Matrícula e da Licença Maternidade

Artigo 49 - O estudante matriculado em curso de Mestrado ou Doutorado pode requerer o trancamento de matrícula, por prazo não superior a 12 meses, quando estiver impossibilitado temporariamente e por motivos alheios à sua vontade de manter suas atividades acadêmicas.



Secretaria Geral

§ 1º - Para a concessão do trancamento de matrícula deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

I - requerimento firmado pelo aluno e com parecer circunstanciado do orientador, dirigido à CCP, contendo os motivos da solicitação documentalmente comprovados, prazo pretendido e data de início;

II - a manifestação da CCP deverá ser encaminhada para deliberação da CPG;

III - em casos de trancamento de matrícula por motivo de doença do aluno ou de seus familiares, a CPG poderá encaminhar o pedido para deliberação da CaN do CoPGr;

IV - não será concedido trancamento de matrícula durante a vigência de prorrogação de prazo para a conclusão da dissertação ou da tese, com exceção de casos de doença, a critério da CaN do CoPGr;

V - o trancamento de matrícula poderá retroagir à data da ocorrência do motivo de sua concessão, desde que solicitado e enquanto o motivo perdurar, e desde que não provoque superposição com qualquer atividade realizada, exceto matrícula.

Artigo 50 - A pós-graduanda poderá usufruir de licença-maternidade por um prazo de até seis meses, com suspensão da contagem dos prazos regimentais.

Parágrafo único: Para a concessão da licença-maternidade deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

I - requerimento firmado pela aluna dirigido à CCP, acompanhado da certidão de nascimento;

II - a licença maternidade será concedida a partir da data do nascimento ou da adoção, devendo ser solicitada em até seis meses desta.

Seção V

Da Prorrogação de Prazo

Artigo 51 - Poderá ser concedida prorrogação de prazo para depósito da Dissertação ou Tese para os alunos matriculados em Programas que tenham prazo para a conclusão dos cursos inferior ao estabelecido no art. 46 deste Regimento.

Parágrafo único - Para a concessão da prorrogação deverão ser atendidos os seguintes requisitos:



Secretaria Geral

I - requerimento firmado pelo aluno e com parecer circunstanciado do orientador, dirigido à CCP, acompanhado de justificativa da solicitação, relatório referente ao estágio atual da Dissertação ou Tese e cronograma indicativo das atividades a serem desenvolvidas no período;

II - a manifestação da CCP deverá ser submetida à deliberação da CPG.

Seção VI

Do Desligamento

Artigo 52 - O aluno matriculado poderá ser desligado do curso nos seguintes casos:

I - se for reprovado duas vezes na mesma disciplina ou reprovado em três disciplinas distintas;

II - se não efetuar a matrícula regularmente em dois períodos letivos consecutivos dentro do prazo previsto no calendário escolar fixado pelo CoPGr;

III - se não for aprovado no exame de qualificação nos prazos estabelecidos neste Regimento;

IV - ausência de justificativa circunstanciada do aluno, com anuência do orientador, quando a maioria dos pareceres considerar a Dissertação ou Tese não apta para defesa, nos termos do que rege o artigo 96 § 4º deste Regimento;

V - se não cumprir as atividades ou exigências nos prazos regimentais;

VI - a pedido do interessado.

Parágrafo único - A CCP poderá estabelecer nas normas do Programa, critérios para desligamento baseados em desempenho acadêmico e científico insatisfatórios.

Seção VII

Da Nova Matrícula

Artigo 53 - O aluno desligado sem a conclusão do Mestrado ou do Doutorado e que for aprovado em novo processo seletivo terá seu reingresso considerado como nova matrícula.

§ 1º - Considera-se desligamento, para fins do *caput* deste artigo, a ocorrência de um dos casos citados no art. 52 deste Regimento.

§ 2º - A solicitação de nova matrícula deverá ser instruída com os seguintes documentos:



Secretaria Geral

- I - justificativa do interessado;
- II - anuência do orientador;
- III - plano de trabalho aprovado pelo orientador;
- IV - histórico escolar do antigo curso.

§ 3º - A documentação deverá ser acompanhada de manifestação da CCP apoiada em parecer circunstanciado, emitido por um relator por ela designado, e aprovado pela CPG.

§ 4º - A nova matrícula deverá ser efetivada pela CCP no prazo máximo de seis meses contados a partir da data de reingresso. Decorrido esse prazo, a matrícula só poderá ser efetivada pela CPG.

§ 5º - O interessado, cuja solicitação for aprovada, será considerado aluno novo. Consequentemente, deverá cumprir todas as exigências a que estão sujeitos os alunos ingressantes, podendo aproveitar os créditos cursados nos últimos 36 meses, a critério do orientador.

Seção VIII

Da Transferência de Programa, Área de Concentração e Curso

Artigo 54 - A CPG deve deliberar sobre solicitações de transferência de Programa e a CCP sobre a de área de concentração do Programa de alunos regularmente matriculados na USP.

§ 1º - A solicitação deverá ser instruída com os seguintes documentos:

- I - justificativa circunstanciada do interessado;
- II - concordância e manifestação do novo e do atual orientador;
- III - concordância das CCPs dos Programas envolvidos;
- IV - histórico escolar completo do curso iniciado anteriormente;
- V - parecer da CPG anterior, se houver, sobre o desempenho do aluno;
- VI - parecer circunstanciado de um relator designado pela CPG responsável pelo novo Programa.

§ 2º - Para início da contagem do prazo máximo, será considerada a data de ingresso do interessado no primeiro Programa.

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

§ 3º - Aprovada a transferência, submeter-se-á o aluno aos prazos e às normas do novo Programa.

§ 4º - A critério da CPG responsável pelo novo Programa, os créditos obtidos anteriormente poderão ser aceitos parcialmente ou em sua totalidade.

§ 5º - Em caso de transferência entre CPGs, além do disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo, deverá haver manifestação das CCPs e CPGs envolvidas.

Artigo 55 - De acordo com critérios estabelecidos pela CCP podem ser permitidas transferências de áreas de concentração e de curso na mesma área de concentração, com aproveitamento dos créditos já obtidos.

§ 1º - As transferências poderão ser: de Mestrado para Doutorado Direto, de Doutorado Direto para Mestrado, de Doutorado para Mestrado ou de Doutorado Direto para Doutorado.

§ 2º - Quando o requerimento de transferência de curso ocorrer após exame de qualificação, o pedido deverá ser deliberado pela CCP, com base em parecer circunstanciado.

§ 3º - Deverão ser cumpridos o regulamento e as normas do novo curso, vigentes na data da transferência.

§ 4º - Para efeito de contagem de prazo, será considerada a data de ingresso no primeiro curso.

Artigo 56 - A transferência de curso poderá também ser motivada por deliberação da comissão examinadora do exame de qualificação, conforme estabelecido no Art. 78 deste Regimento.

Parágrafo único – A transferência do Mestrado para o Doutorado será realizada mediante requerimento do aluno com anuência do orientador.

Seção IX

Do Aluno Especial

Artigo 57 - Alunos especiais são aqueles matriculados apenas em disciplinas isoladas sem vínculo com qualquer Programa de Pós-Graduação da USP.

§ 1º - Os alunos especiais terão direito a um certificado de aprovação em disciplinas, expedido pela CPG.

§ 2º - A aceitação do aluno especial deve ser aprovada pela CCP, ouvido o docente responsável pela disciplina.



Secretaria Geral

§ 3º - A critério do orientador, poderão ser aproveitados créditos em disciplinas cursadas na condição de aluno especial, nos 36 meses anteriores à data da matrícula inicial como aluno regular.

Artigo 58 - Podem, a juízo da CCP, ser admitidos para matrícula em disciplinas de Pós-Graduação, na condição de alunos especiais, alunos de graduação da USP, desde que sejam encaminhados por orientadores credenciados em Programa de Pós-Graduação da USP e que estejam participando de atividades de iniciação científica.

Parágrafo único - Os créditos assim obtidos, nos últimos 36 meses, poderão ser computados no conjunto necessário para a obtenção do título de Mestre ou Doutor, desde que o aluno seja admitido, após aprovação no processo seletivo, em um desses cursos.

Capítulo II

Dos Créditos e da Proficiência em Língua Estrangeira

Seção I

Dos Créditos Mínimos exigidos

Artigo 59 - A integralização dos estudos necessários no Mestrado ou Doutorado se expressa em unidades de crédito.

Parágrafo único - A unidade de crédito corresponde a quinze horas de atividades.

Artigo 60 - Para obtenção do título de Mestre, o aluno deve integralizar, pelo menos, 96 (noventa e seis) unidades de crédito, ou seja, no mínimo, 1.440 horas que contemplem disciplinas e a elaboração da dissertação.

Artigo 61 - Para obtenção do título de Doutor o aluno deve integralizar, pelo menos, 192 (cento e noventa e duas) unidades de crédito, ou seja, no mínimo, 2.880 horas que contemplem disciplinas e a elaboração da tese.

Parágrafo único - Para obtenção do título de Doutor, o aluno portador do título de mestre pela USP ou por ela reconhecido, deverá completar, pelo menos, 96 (noventa e seis) unidades de crédito, ou seja, no mínimo, 1.440 horas que contemplem disciplinas e a elaboração da tese.

Artigo 62 - Respeitadas as exigências a que se referem os arts. 60 e 61 e seu parágrafo único, será fixado em cada Programa de Pós-Graduação, com aprovação pela CPG, o número de unidades de crédito, com a indicação explícita do número de unidades de crédito exigido em disciplinas e na elaboração da dissertação ou tese.



Secretaria Geral

Parágrafo único - O número de créditos em disciplinas não poderá exceder a cinquenta por cento do número total de créditos exigidos no curso, respeitado o mínimo estabelecido no *caput* deste artigo.

Seção II

Dos Créditos Excedentes

Artigo 63 - Os créditos excedentes de Mestrado podem ser aproveitados no Doutorado, conforme disposto no parágrafo único do Artigo 47.

Seção III

Dos Créditos Especiais

Artigo 64 - Podem, a juízo da CCP, ser computados no total de créditos mínimos exigidos em disciplinas, as seguintes atividades desenvolvidas pelo aluno:

I - trabalho completo publicado em revista de circulação nacional ou internacional que tenha corpo editorial reconhecido e sistema referencial adequado;

II - publicação de trabalho completo em anais (ou similares);

III - livro ou capítulo de livro de reconhecido mérito na área do conhecimento;

IV - capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais nacionais e internacionais;

V - participação em congresso científico com apresentação de trabalho, cujo resumo seja publicado em anais (ou similares);

VI - depósito de patentes;

VII - atividades programadas previstas nas normas do Programa;

VIII - participação no Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE).

§ 1º - Os créditos referentes aos incisos de I a VII deverão ser estabelecidos nas normas do Programa, não podendo ultrapassar cinquenta por cento dos créditos mínimos exigidos em disciplinas.

§ 2º - Às atividades a que se refere o inciso VIII desse artigo, só poderão ser concedidos, no máximo, vinte por cento dos créditos mínimos exigidos em disciplinas.

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária

05508-050 - São Paulo - Brasil

+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

§ 3º - Para fins de atribuição de créditos especiais, as atividades relacionadas nos incisos deste artigo deverão ser exercidas e comprovadas no período em que o aluno estiver regularmente matriculado no curso.

§ 4º - Os créditos referentes aos incisos de I a VI só serão considerados quando o aluno for autor e o tema seja pertinente ao projeto de sua dissertação ou tese.

Seção IV

Da Língua Estrangeira

Artigo 65 - Os alunos dos cursos de Mestrado e de Doutorado devem demonstrar proficiência em, pelo menos, uma língua estrangeira, de acordo com critérios estabelecidos pela CCP e aprovados pela CPG.

§ 1º - Sendo de interesse do Programa, poderão ser exigidas duas línguas estrangeiras no curso de Doutorado, cabendo ao Programa de Pós-Graduação fixar o número, discriminá-las e adotar os critérios do exame de proficiência, com aprovação da CPG.

§ 2º - O portador do título de Mestre, que tenha realizado proficiência em uma língua estrangeira no Mestrado, poderá ter a mesma aproveitada, conforme os critérios estabelecidos nas normas do Programa de Pós-Graduação aprovadas pela CPG.

§ 3º - Caso seja indicada apenas uma língua estrangeira, caberá à CCP interessada estabelecer os diferentes critérios do exame de proficiência para os cursos de Mestrado e de Doutorado.

§ 4º - O candidato estrangeiro também deverá demonstrar proficiência em língua portuguesa, conforme os critérios estabelecidos nas normas do Programa de Pós-Graduação aprovadas pela CPG.

§ 5º - A critério do Programa e de acordo com suas normas, o exame de proficiência em língua estrangeira poderá ser exigido no processo seletivo.

Artigo 66 - Para obtenção dos títulos de Mestre e Doutor os estudantes devem demonstrar proficiência em língua estrangeira no máximo até a metade do prazo regimental do curso.

Parágrafo único - Para os alunos de Doutorado, conforme critérios estabelecidos pela CCP e aprovados pela CPG, pode-se ter exigências adicionais do conhecimento de língua estrangeira, até a data do depósito da Tese.

Capítulo III

Das Disciplinas e do Exame de Qualificação

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

Seção I

Das Disciplinas

Artigo 67 - As disciplinas que compõem o elenco de cada Programa ou área de concentração devem ser propostas pela CCP à respectiva CPG para análise e deliberação da CaC do CoPGr.

§ 1º - A inclusão, exclusão ou reformulação de disciplinas que compõem o elenco de cada Programa devem ser propostas pela CCP para análise e deliberação da CPG.

§ 2º - Poderão ser ministradas disciplinas em inglês ou outros idiomas, por proposta da CCP e aprovada pela CPG.

§ 3º - As disciplinas poderão ser estruturadas em eixos de atividade de forma a facilitar a organização de um plano de formação entre orientador-orientado que garantam a abrangência de saberes necessários aos alunos do Programa.

Artigo 68 - Para análise das solicitações de credenciamento de disciplinas, a CCP deve designar um relator, cujo parecer ressalte o mérito e a importância da disciplina junto ao Programa ou área de concentração, bem como a competência específica dos professores responsáveis pela mesma.

§ 1º - A carga horária semanal da disciplina fica limitada a dois créditos por semana (trinta horas).

§ 2º - O número máximo de créditos por disciplina não poderá exceder o total de 15 créditos.

Artigo 69 - Cada disciplina pode ter até três professores responsáveis, portadores do título de Doutor, propostos pela CCP e aprovados pela CPG.

§ 1º - Poderão ser propostos, pela CCP, colaboradores para ministrar partes específicas da disciplina.

§ 2º - O credenciamento de docentes externos à USP como responsáveis por disciplinas deverá ser apreciado pela CaC do CoPGr, por proposta justificada pela CCP, com manifestação da CPG.

Artigo 70 - A cada cinco anos, os Programas e suas áreas de concentração deverão apresentar o conjunto atualizado de suas disciplinas à CPG para fins de credenciamento pela CaC do CoPGr.

Seção II

Dos Conceitos em Disciplinas

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

Artigo 71 - O aluno de Mestrado ou Doutorado deve atender às exigências de rendimento escolar e frequência mínima de setenta e cinco por cento nas disciplinas de Pós-Graduação.

Artigo 72 - O aproveitamento do aluno em cada disciplina será expresso por um dos seguintes conceitos:

A - Excelente, com direito a crédito;

B - Bom, com direito a crédito;

C - Regular, com direito a crédito;

R - Reprovado, sem direito a crédito;

T - Aprovado em disciplina cursada fora da USP.

§ 1º - O aluno que obtiver conceito (R) em qualquer disciplina poderá repeti-la. Neste caso, como resultado final, será atribuído o conceito obtido posteriormente, devendo, entretanto, o conceito anterior constar do histórico escolar.

§ 2º - O aluno não poderá utilizar a mesma disciplina no curso de Mestrado e no curso de Doutorado para o cômputo total de créditos.

§ 3º - Disciplina cursada fora da USP em Programa de Pós-Graduação reconhecido poderá ser aceita para contagem de créditos, até o limite de um terço do valor mínimo exigido, mediante aprovação da CCP, observado o disposto no § 3º do art.57.

§ 4º - Quando houver convênio de cooperação acadêmica, científica, artística ou cultural, firmado entre a USP e outra instituição do País ou do exterior, o limite fixado no § 3º deste artigo poderá ser alterado por solicitação do aluno com manifestação da CCP e da CPG e aprovação da CaC do CoPGr.

Artigo 73 - Após a divulgação do calendário das disciplinas não se podem alterar as datas de início e término das turmas.

Parágrafo único - Em casos excepcionais, a alteração dessas datas poderá ocorrer por solicitação do docente responsável pela disciplina, com anuência de todos os alunos matriculados, à CCP, ouvida a CPG.

Artigo 74 - A entrega dos conceitos atribuídos aos alunos matriculados nas disciplinas deve ser efetuada no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir do encerramento da disciplina.

§ 1º - Eventuais correções autorizadas pelo docente poderão ser feitas no prazo máximo de quarenta dias, contados a partir da data de entrega dos conceitos.

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária

05508-050 - São Paulo - Brasil

+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

§ 2º - Após decorrido o prazo expresso no § 1º deste artigo, as alterações de frequência e de conceito só poderão ser realizadas mediante autorização da CPG.

Artigo 75 - Em requerendo, com a anuência do respectivo orientador, o cancelamento de matrícula em disciplina dentro do prazo previsto no calendário escolar fixado pela CPG, o aluno não terá a referida disciplina incluída em seu histórico escolar.

Parágrafo único - O cancelamento referido no *caput* não terá efeito suspensivo em relação aos prazos máximos regimentais.

Seção III

Do Exame de Qualificação

Artigo 76 - O exame de qualificação é obrigatório para o aluno de pós-graduação, de acordo com regras e critérios estabelecidos nas normas do Programa, respeitadas as normas fixadas neste Regimento.

Parágrafo único - A realização de avaliações adicionais será facultada ao Programa, desde que previstas em suas normas.

Artigo 77 - O exame de qualificação tem por objetivo avaliar a maturidade do aluno na área de conhecimento do Programa.

§ 1º - Os critérios, créditos necessários, procedimentos, mecanismos de inscrição e a forma do exame de qualificação deverão ser definidos pela CCP, observado o disposto no § 2º.

§ 2º - A inscrição para o exame de qualificação deverá ocorrer em até 50% do prazo máximo para depósito da Dissertação ou Tese. O exame deverá ser realizado em até sessenta dias após a data de inscrição.

Artigo 78 - No exame de qualificação, o aluno pode ser aprovado para o Mestrado, para o Doutorado ou reprovado, não havendo atribuição de conceito, podendo acarretar transferência de curso, quando pertinente.

§ 1º - Será considerado aprovado no exame de qualificação o aluno que obtiver aprovação da maioria dos membros da comissão examinadora.

§ 2º - As transferências poderão ser de Mestrado para Doutorado Direto ou de Doutorado Direto para Mestrado, obedecido ao Parágrafo Único do Artigo 56.

§ 3º - O aluno que for reprovado no exame de qualificação poderá se inscrever para repeti-lo apenas uma vez, respeitado o prazo máximo definido no § 2º do Art.77. Persistindo a reprovação, o aluno será desligado do Programa e receberá certificado das disciplinas cursadas.

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária

05508-050 - São Paulo - Brasil

+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

Artigo 79 - A comissão examinadora, aprovada pela CCP, deve ser constituída por três membros, com titulação mínima de doutor, devendo sua formação ser definida segundo critérios previamente aprovados pela CCP.

Parágrafo único – Em casos excepcionais, poderão constituir a comissão membros não portadores do título de Doutor, de reconhecida competência acadêmica ou técnico-científica, por proposta circunstanciada da CCP e aprovada pela CPG e por maioria absoluta no CoPGr.

Capítulo IV

Dos Orientadores

Seção I

Das Normas Gerais

Artigo 80 - O candidato ao título de Mestre ou de Doutor deve escolher um orientador, mediante prévia aquiescência deste, de uma relação organizada anualmente pela CCP.

§ 1º - Os alunos de Mestrado ou Doutorado deverão estar vinculados a um orientador durante todo o período do curso.

§ 2º - É vedado que parente em linha reta ou colateral até o quarto grau seja orientador de aluno.

Artigo 81 - Os alunos ingressantes podem permanecer inicialmente sob a orientação acadêmica do Coordenador de Programa.

Parágrafo único - Esse tipo de orientação deverá ser limitado ao prazo máximo de cento e vinte dias e não será considerada no limite máximo de alunos do Coordenador de Programa, conforme o disposto no § 1º do art. 84.

Artigo 82 - Ao aluno é facultada a mudança de orientador com anuência do orientador atual e do novo orientador, com aprovação da CCP.

§ 1º - Não havendo concordância dos orientadores e nem solução pela CCP, a solicitação deverá ser julgada pela CPG.

§ 2º - Em caráter excepcional caberá ao Coordenador de Programa de Pós-Graduação assumir a orientação do aluno, a qual não será considerada no seu limite máximo de alunos por orientador, conforme o disposto no § 1º do art. 84.

Artigo 83 - Ao orientador é facultado abdicar da orientação de aluno, com a apresentação de justificativa circunstanciada, que deve ser aprovada pela CCP e pela CPG.



Secretaria Geral

Parágrafo único - Neste caso, durante a transferência de orientação, o atual orientador continua responsável pela orientação.

Seção II

Do Credenciamento e Recredenciamento dos Orientadores

Artigo 84 - Cabe à CaA do CoPGr analisar e aprovar proposta da CPG referente aos critérios específicos dos Programas para credenciamento e credenciamento de orientadores portadores, no mínimo, do título de Doutor.

§ 1º - O número máximo de alunos por orientador é dez. Adicionalmente, o orientador poderá co-orientar até dez alunos, desde que a soma de orientações e co-orientações não ultrapasse quinze. A CCP poderá estabelecer limites máximos inferiores aos estabelecidos neste parágrafo.

§ 2º - O número de orientações poderá exceder dez, por proposta circunstanciada da CCP, aprovada pela CPG e CaA do CoPGr.

§ 3º - O credenciamento de orientadores de cada Programa será válido pelo prazo mínimo de três anos e máximo de cinco anos, podendo ser renovado.

§ 4º - O orientador que não tiver seu credenciamento aprovado poderá concluir as orientações em andamento.

§ 5º - O credenciamento poderá ser específico para um determinado aluno.

§ 6º - Os orientadores externos à USP deverão ter, preferencialmente, credenciamento específico. Para o credenciamento e credenciamento desses orientadores, a proposta deverá ser justificada pela CCP, avaliada pela CPG e aprovada pela CA do CoPGr.

§ 7º - Os orientadores externos à USP deverão ter, preferencialmente, credenciamento específico. Para o credenciamento e credenciamento desses orientadores, a proposta deverá ser justificada pela CCP e aprovada pela CPG.

Artigo 85 - As normas de credenciamento e credenciamento de orientadores devem contemplar objetivamente os seguintes critérios mínimos:

I - excelência de sua produção científica, artística e/ou tecnológica, cuja natureza deverá ser especificada nas normas do Programa;

II - coordenação e/ou participação do docente em projetos de pesquisa financiados, se pertinente.



Secretaria Geral

Parágrafo único - No credenciamento do orientador, deverão ser considerados ainda os seguintes quesitos: número de alunos por ele titulados no período, número de alunos egressos no período sem titulação (evasão) e existência de produção científica, artística e tecnológica derivadas das teses ou dissertações por ele orientadas.

Seção III

Do Co-Orientador

Artigo 86 - A CPG pode aprovar, por proposta da CCP, um ou mais co-orientadores para o aluno regularmente matriculado.

§ 1º - O co-orientador contribui com tópicos específicos, complementando a orientação de aluno de Pós-Graduação.

§ 2º - O co-orientador deverá ser portador, no mínimo, do título de doutor.

§ 3º - O credenciamento do co-orientador será específico para um aluno, não implicando credenciamento pleno junto ao Programa de Pós-Graduação.

§ 4º - O número máximo de co-orientações será dez, respeitado o limite de quinze para a soma de orientações e co-orientações por orientador. A CCP poderá estabelecer limites máximos inferiores aos estabelecidos neste parágrafo.

§ 5º - O credenciamento de co-orientador deverá ser encaminhado à CCP pelo orientador, com anuência do aluno, no máximo até oitenta por cento do prazo regulamentar do Mestrado ou do Doutorado estabelecido nas normas do Programa. Essa solicitação deverá ser deliberada pela CCP em até no máximo noventa dias.

Artigo 87 - Docente ou pesquisador vinculado a Instituições de Ensino e Pesquisa do exterior, portador do título de Doutor, que participe efetivamente na supervisão de aluno que esteja realizando estágio no exterior, pode ser credenciado como orientador ou co-orientador do respectivo aluno, sem a necessidade de equivalência ou reconhecimento do título de Doutor.

Parágrafo único - Nestes casos não se aplica o prazo disposto no § 6º do art. 86.

Capítulo V

Das Comissões Julgadoras e do Julgamento das Dissertações e Teses

Seção I

Das Dissertações e Teses

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

Artigo 88 - As Dissertações e Teses devem ser depositadas pelo aluno, em meio impresso e digital, mediante aprovação do orientador, na Secretaria de Pós-Graduação da Unidade, obedecendo-se aos prazos regimentais e aos requisitos estabelecidos nas normas de cada Programa de Pós-Graduação.

§ 1º - Não havendo aprovação do orientador, a solicitação do aluno deverá ser julgada pela CCP e pela CPG.

§ 2º - A Dissertação ou Tese será incorporada tanto à Biblioteca da Unidade quanto à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP pela Secretaria de Pós-Graduação da Unidade.

§ 3º - A pedido do aluno, com anuência do orientador, a Dissertação ou Tese será mantida em acervo reservado por período de até dois anos, renovável uma vez pelo mesmo período, devendo o pedido ser entregue no momento do depósito.

§ 4º - Será permitida a correção de Dissertações e Teses aprovadas, na forma disciplinada por Resolução do CoPGr.

Artigo 89 - As Dissertações e Teses poderão ser redigidas e defendidas em português, inglês ou outro idioma, conforme estabelecido nas normas do Programa. Todas as Dissertações e Teses deverão conter título, resumo e palavras-chave em português e inglês.

Artigo 90 - Os Programas definirão a forma das Dissertações e Teses em suas normas.

Artigo 91 - A CPG conta com o prazo máximo de quarenta e cinco dias, a partir da entrega da Dissertação ou Tese, para designar a comissão julgadora.

Parágrafo único - Após esse prazo, a aprovação da comissão julgadora é de competência da CaN do CoPGr.

Artigo 92 - O prazo máximo para defesa de Dissertação ou Tese limita-se a cento e cinco dias, contados a partir da primeira designação da comissão julgadora pela CPG.

Parágrafo único - O prazo disposto no *caput* pode ser prorrogado pela CaN, a partir de solicitação do aluno ou da CCP à CPG, com aval do orientador, antes do seu vencimento, instruída com justificativa detalhada, indicação da comissão julgadora e data da defesa.

Seção II

Das Comissões Julgadoras

Artigo 93 - As comissões julgadoras de Dissertação de Mestrado devem ser constituídas por três examinadores. As comissões julgadoras de Tese de Doutorado devem ser constituídas por número ímpar de examinadores, garantido o mínimo de cinco membros,

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

conforme estabelecido pela CPG em seu regimento. As comissões julgadoras serão compostas também pelo orientador ou co-orientador do candidato, exclusivamente na condição de presidente, sem direito a voto.

Parágrafo único - Na falta ou impedimento do orientador ou co-orientador, a CPG designará substituto para presidir a comissão julgadora.

Artigo 94 - Cabe à CPG responsável pelo curso em que estiver matriculado o aluno, por sugestão da CCP, designar os membros titulares e suplentes que deverão constituir a comissão julgadora.

§ 1º - Os membros das comissões julgadoras deverão ser portadores, no mínimo, do título de doutor.

§ 2º - Em caráter excepcional, na composição da comissão julgadora poderá ser indicado um membro não portador do título de Doutor, de reconhecida competência acadêmica ou técnico-científica, por proposta circunstanciada da CCP e aprovada pela CPG e por maioria absoluta no CoPGr.

§ 3º - É vedada a participação, na comissão julgadora de dissertação ou tese, de parente em linha direta ou colateral até quarto grau do aluno, do orientador e dos demais membros da referida comissão.

§ 4º - Na composição da comissão julgadora de Mestrado e Doutorado, a maioria dos examinadores deverá ser externa ao Programa de Pós-Graduação, sendo pelo menos um externo à Universidade de São Paulo.

§ 5º - A CPG designará, no mínimo, um suplente para cada membro titular.

§ 6º - Os membros titulares da comissão julgadora, quando necessário, serão substituídos pelos suplentes, obedecido ao disposto nos §§ 1º ao 4º deste artigo.

§ 7º - A comissão julgadora de Tese de Doutorado visando à dupla-titulação, envolvendo convênio específico que associe a USP à Instituição estrangeira e implique em reciprocidade será constituída conforme o disposto no art. 141.

Seção III

Do Julgamento das Dissertações e Teses

Artigo 95 - O julgamento das Dissertações e Teses compreenderá a avaliação escrita do exemplar apresentado e a sessão de defesa.

Parágrafo único - O julgamento das Dissertações e Teses poderá prescindir da avaliação escrita, desde que previsto nas normas do Programa.



Secretaria Geral

Artigo 96 - A avaliação escrita deve ser realizada por no mínimo três membros da comissão julgadora, sendo dois externos ao Programa, dos quais um externo à USP, no prazo máximo de sessenta dias a partir de sua designação, de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos nos regulamentos e normas do Programa.

§ 1º - Um dos pareceres pode ser emitido pelo orientador, respeitadas as limitações do caput deste artigo.

§ 2º - Os pareceres deverão ser circunstanciados com análise de mérito e, se pertinente, sugestão de correções. Os pareceres deverão indicar se a Dissertação ou Tese está apta para defesa.

§ 3º - O intervalo máximo entre o recebimento dos pareceres pela CPG e a data da defesa é de quarenta e cinco dias.

§ 4º - O aluno, cuja Dissertação ou Tese submetida à avaliação escrita tenha sido considerada não apta para defesa pela maioria dos pareceres, terá garantido o direito de defesa, desde que apresente justificativa circunstanciada com anuência do orientador, em no máximo trinta dias após a comunicação dos pareceres ao aluno e orientador.

§ 5º - O aluno poderá apresentar uma versão revisada da Dissertação ou Tese em no máximo trinta dias após a comunicação dos pareceres ao aluno e orientador.

Artigo 97 - A sessão de defesa da dissertação de Mestrado e da tese de Doutorado deve ser realizada de acordo com os procedimentos estabelecidos pela respectiva CPG.

§ 1º - A arguição, após exposição de no máximo 60 minutos realizada pelo candidato, ocorrerá em sessão pública, e não deverá exceder o prazo de três horas para o Mestrado e cinco horas para o Doutorado.

§ 2º - A CCP poderá autorizar a participação de examinadores na sessão pública de defesa de Dissertação ou Tese, por meio de videoconferência ou outro suporte eletrônico à distância equivalente.

Artigo 98 - Imediatamente após o encerramento da arguição da dissertação ou da tese, cada examinador expressará seu julgamento em sessão secreta, considerando o candidato aprovado ou reprovado.

Parágrafo único - Será considerado aprovado o candidato que obtiver aprovação da maioria dos examinadores.

Artigo 99 - A comissão julgadora deve apresentar relatório de seus trabalhos à CPG para homologação, que ocorrerá no prazo máximo de quarenta e cinco dias contados a partir da data da defesa.



Secretaria Geral

TÍTULO IV - Da Equivalência e do Reconhecimento de Títulos

Capítulo I

Da Equivalência de Títulos

Artigo 100 – A CaC pode aceitar como equivalentes aos outorgados pela USP os títulos de Mestre e de Doutor obtidos no exterior e os títulos de Livre-Docente obtidos fora da USP, nos seguintes casos:

I - quando o interessado for docente ou pesquisador da USP ou pretenda nela ingressar;

II - quando o interessado for aluno de curso de Doutorado e solicitar a equivalência do título de Mestre objetivando a contagem de créditos;

III - quando o interessado for candidato a concurso de livre-docência no âmbito da USP e solicitar a equivalência do título de Doutor;

IV - quando o interessado for candidato a concurso de professor titular no âmbito da USP e solicitar a equivalência dos títulos de Doutor e/ou de Livre-Docente.

Parágrafo único - a equivalência de títulos tem validade exclusivamente no âmbito da USP.

Artigo 101 - Os títulos de Mestre e de Doutor, obtidos no Brasil, que tenham validade nacional, independem de análise de equivalência.

§ 1º - A análise da documentação correspondente deverá ser realizada pela CPG em que o interessado fizer sua inscrição.

§ 2º - A CPG fará a conferência e o registro no sistema de Pós-Graduação.

Artigo 102 - Os títulos de Mestre e de Doutor, obtidos no Brasil, sem validade nacional, não são aceitos na USP.

Artigo 103 - Os títulos de Mestre e de Doutor obtidos no exterior podem ser aceitos como equivalentes aos títulos de Mestre e de Doutor desta Universidade, se forem obtidos em instituições de reconhecida excelência e considerados, por análise de mérito, compatíveis com os da USP.

Artigo 104 - O título conquistado fora da USP, por docentes ou pesquisadores a ela vinculados, só pode ser aceito para análise de equivalência aos títulos por ela outorgados se houver prévia autorização concedida pela Congregação, pelo Conselho Deliberativo ou por órgão equivalente da Unidade a que o docente pertence, ouvido o Departamento interessado, quando pertinente, e a CPG da mesma Unidade.

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária

05508-050 - São Paulo - Brasil

+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

Parágrafo único - A autorização a que se refere o *caput* deste artigo não assegura de antemão a aceitação de equivalência, que deverá ser solicitada posteriormente à obtenção do título, observadas as necessárias formalidades.

Artigo 105 - O título de Livre-Docente obtido fora da USP pode ser aceito pela CaC, como equivalente ao título de Livre-Docente desta Universidade, se tiver sido obtido mediante a submissão a provas equivalentes às adotadas pela USP, em instituição de reconhecida excelência.

§ 1º - O interessado deverá ser portador de título de Doutor outorgado pela USP, por ela aceito ou de validade nacional.

§ 2º - Caberá à CaC do CoPGr efetuar a análise e opinar sobre o título de Livre-Docente obtido fora da Universidade, com base em parecer de mérito da Congregação, do Conselho Deliberativo ou de órgão equivalente.

§ 3º - O processo de equivalência será iniciado mediante requerimento do solicitante endereçado ao Diretor da Unidade pertinente, instruído com os seguintes documentos:

I - prova de que é portador do título de Doutor;

II - currículo ou memorial que contemple os seguintes aspectos:

- a - principais etapas da carreira;
- b - atividades didáticas, incluindo orientação a estagiários e pós-graduados (Mestres e Doutores) formados sob sua orientação;
- c - produção científica, artística ou tecnológica;
- d - atividades de extensão na forma de serviços prestados à comunidade;
- e - participação em comitês, assessorias, consultorias, dentro do país e internacionalmente;
- f - coordenação e participação em projetos de pesquisa financiados por agências de fomento; e
- g - experiência em cooperação internacional.

III - exemplar da tese ou texto de sistematização correspondente;

IV - ata ou documento equivalente da realização do concurso;

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

V - separatas ou cópia das publicações mais relevantes.

Artigo 106 - No exame de títulos de Mestre e de Doutor obtidos em Instituições de Ensino Superior do exterior, o CoPGr, para fins de equivalência, apreciará, com base em pareceres circunstanciados, a documentação em seu conjunto, levando em conta a qualificação da instituição, o mérito das atividades acadêmicas e da dissertação ou da tese defendida.

§ 1º - No caso de título de Mestre obtido em instituição que comprovadamente não exija a apresentação e defesa de dissertação, o conjunto das atividades acadêmicas documentadas deverá ser avaliado quanto ao mérito, em pareceres circunstanciados.

§ 2º - No caso de título de Doutor obtido em instituição que comprovadamente não exija créditos em disciplinas e atividades acadêmicas formais, a decisão dependerá da análise do mérito da tese, que será objeto de pareceres circunstanciados.

§ 3º - No exame a que se refere o *caput* deste artigo serão preliminarmente ouvidos, no que couber, a CPG, a Congregação, o Conselho Deliberativo ou órgão equivalente.

§ 4º - Não estando o título de Doutor em condições de ser aceito como equivalente ao título correspondente da USP, o CoPGr poderá aceitá-lo como equivalente ao título de Mestre desta Universidade.

Capítulo II

Do Reconhecimento de Títulos

Artigo 107 - O CoPGr pode proceder ao reconhecimento de títulos ou certificados de Pós-Graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior que possuam os correspondentes cursos de Pós-Graduação.

§ 1º - São suscetíveis de reconhecimento pela USP os títulos ou certificados que correspondam aos cursos de Pós-Graduação por ela oferecidos.

§ 2º - Os procedimentos de análise são os correspondentes ao art. 110 e seus parágrafos deste regimento.

Artigo 108 - Os títulos obtidos em países que não possuam curso de Mestrado, mesmo que seus cursos de graduação tenham duração maior que os similares no Brasil e que exijam monografia, não podem ser reconhecidos ou aceitos como equivalentes aos de Mestre outorgados pela Universidade de São Paulo.

Artigo 109 - O processo de reconhecimento instaura-se na Secretaria Geral da Universidade de São Paulo, onde se fará a conferência da aludida documentação, para posterior encaminhamento à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e na sequência, por esta, à

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

Unidade pertinente, mediante requerimento do interessado, acompanhado dos seguintes documentos:

- I - documento hábil de identidade;
- II - título ou certificado original a ser reconhecido, devidamente visado pelo Consulado Brasileiro sediado no país onde o mesmo foi expedido;
- III - histórico escolar ou documento correspondente ao título para o qual está sendo requerido o reconhecimento, com o visto do Consulado Brasileiro no país do qual o diploma é originário;
- IV - diploma de graduação ou documento comprobatório de conclusão do curso. Em se tratando de curso realizado no exterior, será exigido visto do Consulado Brasileiro sediado no país onde o mesmo foi expedido;
- V - um exemplar da tese, dissertação ou trabalho equivalente.
- VI - comprovante de taxa a ser recolhida na tesouraria da Universidade de São Paulo.

§ 1º - Os documentos a que se referem os incisos I, II, III e IV deverão ser acompanhados de cópia.

§ 2º - No caso de diplomas obtidos ou cursos realizados em instituições que não exijam créditos formais em disciplinas, o interessado deverá instruir o processo com dados referentes à instituição de origem, duração e características do curso fornecidas pela própria instituição.

§ 3º - No decorrer do processo, caso seja reputado necessário, poderá o CoPGr solicitar do requerente as respectivas traduções para dirimir dúvidas ou controvérsias que impeçam a devida instrução e a consequente decisão.

Artigo 110 - A Pró-Reitoria de Pós-Graduação deve proceder o encaminhamento do processo à Unidade pertinente, para a devida manifestação da Congregação, do Conselho Deliberativo ou de órgão equivalente, ouvida previamente a CPG, que deve emitir parecer circunstanciado sobre o mérito das atividades e do trabalho apresentado pelo interessado.

Artigo 111 - A CaC do CoPGr deverá manter relação atualizada dos títulos não passíveis de reconhecimento ou equivalência, deliberada pelo CoPGr e divulgada por meio de Resolução.



Secretaria Geral

TÍTULO V - Da Aplicação de Normas Regimentais e do Recurso

Capítulo I

Das Normas Regimentais e Regulamentares

Artigo 112 - Os regulamentos e normas dos Programas de Pós-Graduação e das CPGs que venham a ser modificados, alterando o número mínimo de créditos exigidos ou visando a prazos restritivos menores dos que os previstos no Regimento Geral da USP, deverão, quando aprovados, conter norma transitória explícita prevendo a opção ou não dos alunos já matriculados pelos novos prazos estipulados.

Capítulo II

Do Recurso

Artigo 113 - O recurso contra decisões dos órgãos executivos e colegiados deve ser interposto pelo interessado, no prazo máximo de quinze dias úteis, contados da data de ciência da decisão a recorrer.

§ 1º - O recurso formulado por escrito ao órgão de cuja decisão se recorre deve ser fundamentado com as razões que possam justificar nova deliberação.

§ 2º - O órgão recorrido pode, no prazo de dez dias, reformular sua decisão, justificadamente, ou mantê-la, encaminhando o recurso ao órgão hierarquicamente superior.

§ 3º - O prazo referido no parágrafo anterior não se aplica aos órgãos colegiados, que deverão apreciar o recurso na primeira reunião após sua apresentação.

§ 4º - Caso haja pedidos de vista na reunião do colegiado, o recurso deverá ser apreciado, obrigatoriamente, na reunião subsequente.

§ 5º - Na hipótese do parágrafo anterior, situações excepcionais serão decididas pelo Presidente do Colegiado.

§ 6º - O recurso poderá ter efeito suspensivo, a juízo do colegiado recorrido.

Artigo 114 - Não cabe recurso das decisões do CoPGr, nas questões de sua competência específica, quando o Colegiado proferir decisões por maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único - Para os efeitos do *caput*, são de competência específica do CoPGr:

I - aprovação de regulamentos dos Programas de Pós-Graduação e de suas alterações;

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária

05508-050 - São Paulo - Brasil

+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

II - credenciamento e credenciamento de orientadores;

III - credenciamento de disciplinas de Pós-Graduação;

IV - reconhecimento de créditos;

V - deliberação sobre processos de seleção e admissão de alunos à Pós-Graduação;

VI - emissão de históricos escolares e certificados de Pós-Graduação;

VII - deliberação sobre prorrogações de prazo em caráter excepcional;

VIII - deliberação sobre nova matrícula;

IX - trancamento de matrícula.

TÍTULO VI - Dos Programas Interunidades

Capítulo I

Dos Programas Interunidades

Artigo 115 - Os Programas Interunidades são Programas conjuntos envolvendo duas ou mais Unidades da USP, com o objetivo de formar Mestres e Doutores em linhas de pesquisa interdisciplinar.

Artigo 116 - A participação de uma Unidade em Programa Interunidades concretiza-se pela presença de professores responsáveis por disciplinas e de orientadores credenciados em seu corpo docente.

Artigo 117 - A Unidade responsável pela gestão administrativa será definida entre as Unidades participantes do respectivo Programa.

Parágrafo único - A proposta de estrutura e funcionamento do Programa Interunidades deverá ser encaminhada ao CoPGr para deliberação, ouvidas as CPGs, as Congregações, os Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes das Unidades participantes.

TÍTULO VII – Do Mestrado Profissional

Capítulo I

Do Mestrado Profissional

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

Artigo 118 - O Mestrado Profissional visa contribuir para o incremento da qualificação da prática profissional, conferindo competências para avaliação crítica, intervenção e resolução de problemas a ela relacionados, bem como para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas ao trabalho.

Artigo 119 - O Mestrado Profissional deverá ser desenvolvido, preferencialmente, como curso no âmbito dos programas regulares de pós-graduação.

§ 1º - Alternativamente, o mestrado profissional poderá ser um programa de pós-graduação, tendo em vista particularidades temáticas e institucionais.

§ 2º - O Mestrado Profissional é um curso *stricto sensu*, desenvolvido sob a supervisão de um orientador. Compreende um conjunto de atividades programadas, com estrutura análoga à do Mestrado de natureza acadêmica, considerando demandas de interesse da Sociedade.

Artigo 120 - O Mestrado Profissional obedece aos mesmos critérios de funcionamento e estrutura do Mestrado de natureza acadêmica, exceto no que está especificado nos artigos e parágrafos seguintes.

§ 1º - O corpo docente do Programa de Mestrado Profissional será integrado, em sua maioria, por docentes Doutores da USP ou Doutores dos Institutos Especializados, dos Museus, dos Órgãos Complementares e Entidades Associadas.

§ 2º - Poderão integrar o corpo docente do Programa orientadores não-doutores de reconhecida competência profissional ou técnico-científica na área.

Artigo 121 - A seleção dos estudantes do Mestrado Profissional deve ser aberta ao público, mediante processo seletivo, baseado, no mérito dos interessados.

Artigo 122 - Os objetivos e a estrutura do Mestrado Profissional deverão atender às necessidades na formação profissional avançada.

§ 1º - A estrutura do Mestrado Profissional compreende área de concentração, linhas de pesquisa, elenco de disciplinas, atividades complementares programadas e trabalho final.

§ 2º - As disciplinas têm caráter formativo com conteúdos relacionados à atividade profissional e ao desenvolvimento de raciocínio crítico.

§ 3º - A forma e estrutura do trabalho final serão previamente definidas nas normas do Programa, podendo contemplar a forma de dissertação, projeto de aplicação, adequação ou inovação artística ou tecnológica, de acordo com a natureza da área e os objetivos do curso.



Secretaria Geral

Artigo 123 - Os créditos mínimos exigidos em disciplinas devem ser cursados integralmente na estrutura do Mestrado Profissional.

Parágrafo único - Poderá ser computada no total de créditos mínimos exigidos em disciplinas, além do disposto no art.64, incisos I a VII, a realização de estágio conforme estabelecido nas normas do Programa.

Artigo 124 - O Mestrado Profissional, em vista de suas características e objetivos, pode ser subsidiado. Neste caso, a forma de subsídio deve ser implementada exclusivamente por meio de convênio com a Universidade.

Parágrafo único - Não poderá haver, em momento algum, qualquer tipo de cobrança financeira dos alunos, seja por meios diretos ou indiretos, gerados pelo agente do convênio.

TÍTULO VIII

Dos Programas Interinstitucionais

Capítulo I

Dos Programas Interinstitucionais

Artigo 125 - A USP pode promover Programas de Pós-graduação Interinstitucionais, em associação com Instituições de ensino e pesquisa nacionais e estrangeiras.

Parágrafo único - Estes programas poderão ser de nucleação ou de cooperação.

Artigo 126 - São objetivos dos Programas de Cooperação o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa em colaboração, com o intuito de reforçar as atividades multilaterais.

Artigo 127 - São objetivos dos Programas de Nucleação contribuir para a implantação, nas instituições parceiras, de infra-estrutura adequada à formação de pesquisadores capazes de criar, implementar e desenvolver centros de pesquisa e ensino de Pós-graduação.

Artigo 128 - Os Programas Interinstitucionais de Cooperação deverão ser desenvolvidos em regime de reciprocidade nos quais os alunos, ao término do curso, terão o título outorgado reconhecido pelas instituições envolvidas.

Parágrafo único - A reciprocidade dar-se-á orientadores credenciados nas Instituições envolvidas e pela necessária realização de atividades de ensino e pesquisa conjuntas.

Capítulo II

Das Parcerias Internacionais

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária
05508-050 - São Paulo - Brasil
+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

Seção I

Dos Programas Internacionais

Artigo 129 - A USP pode promover Programas de Pós-Graduação Internacionais, em associação com Instituições de Ensino Superior e com Institutos de Pesquisa estrangeiros.

Artigo 130 - São objetivos dos Programas de Pós-Graduação Internacionais conjuntos o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa em colaboração, com o intuito de reforçar as atividades bilaterais de cooperação internacional.

Artigo 131 - Os Programas Internacionais deverão ser desenvolvidos em regime de reciprocidade nos quais os alunos, ao término do curso, terão o título outorgado pelas Universidades envolvidas.

Parágrafo único - A reciprocidade dar-se-á pela existência de alunos, docentes e orientadores credenciados nas Instituições envolvidas e pela necessária realização de atividades didáticas e de pesquisa nos países envolvidos.

Artigo 132 - O Programa de Pós-Graduação Internacional é regido por regulamento próprio previsto em convênio entre a USP e a Instituição estrangeira, com detalhamento das atividades de formação e pesquisa, devendo o título ser reconhecido nos países envolvidos.

Seção II

Da Titulação Múltipla entre a USP e Instituições Estrangeiras

Artigo 133 - Pode ser adotado, no âmbito dos cursos de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, o procedimento de titulação múltipla entre esta Universidade e Instituições estrangeiras.

§ 1º - Cabe à CCP interessada propor à CPG o estabelecimento do convênio específico que associe a USP à Instituição Estrangeira e implique reciprocidade, inclusive financeira.

§ 2º - A CCP encaminhará o convênio para aprovação da CPG, Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente, que o enviará ao CoPGr.

Artigo 134 - Esse procedimento de titulação múltipla através de co-orientação de teses e dissertações visa promover e desenvolver uma cooperação científica entre equipes de pesquisa da USP e de Instituições estrangeiras.

Artigo 135 - Os alunos devem efetuar seus trabalhos sob a supervisão e responsabilidade de seus orientadores, sendo um de cada uma das Instituições envolvidas.



Secretaria Geral

Parágrafo único - Poderá haver mudança de orientadores por aprovação da CCP e CPG.

Artigo 136 - O convênio deve assegurar a validade da Tese ou Dissertação defendida no âmbito da co-orientação nas Instituições, devendo o título ser reconhecido nos países envolvidos.

Artigo 137 - O tempo de preparação da Tese ou Dissertação se repartirá entre as Instituições interessadas, por períodos alternados, em cada um dos países.

Artigo 138 - A proteção do tema da Tese ou Dissertação, assim como a publicação, a exploração e a proteção dos resultados da pesquisa comum às Instituições devem ser asseguradas em conformidade com os procedimentos específicos de cada país envolvido no convênio.

Artigo 139 - A Tese ou Dissertação terá, preferencialmente, uma única defesa, reconhecida pelas partes interessadas, disposição esta que deve ser objeto de cláusula do convênio.

§ 1º - Os alunos matriculados em Programas da USP deverão realizar sua defesa no âmbito desta Universidade.

§ 2º - Admite-se a realização de mais do que uma defesa no caso de impedimentos acadêmicos para defesa única, desde que prevista no convênio.

§ 3º - A Tese ou Dissertação em co-orientação, no âmbito da titulação múltipla, a ser defendida na USP, será redigida conforme o disposto no art. 89 deste Regimento e complementada por título e resumo na língua estrangeira e em português.

§ 4º - A defesa da Tese ou Dissertação na USP poderá ser realizada em língua estrangeira, a critério da CCP.

Artigo 140 - A comissão julgadora da defesa de Tese ou Dissertação deve ser constituída por membros indicados pelas instituições convenientes. Quando a tese ou dissertação for apresentada para defesa na USP, a comissão julgadora deverá ser composta conforme o convênio.

Seção III

Do Estudante de Instituição Estrangeira

Artigo 141 - O Estudante de Instituição Estrangeira, atuando em atividades de Pós-Graduação, sob supervisão de orientador credenciado em Programa de Pós-Graduação da USP, por período de três a doze meses, prorrogável por até 12 meses, poderá ser matriculado como aluno regular pelo período de permanência na USP.



Secretaria Geral

§ 1º - Esta matrícula deve ser aprovada pela CCP e efetivada pela CPG, obedecido ao disposto no Artigo 42.

§ 2º - O estudante nestas condições estará sujeito às normas do Programa.

§ 3º - Para período de permanência menor que três meses, aprovado pela CCP, o estudante receberá do Serviço de Pós-Graduação da Unidade declaração que lhe permita usufruir dos serviços desta Universidade nesse período.

TÍTULO IX – Dos Casos Omissos

Artigo 142 - Os casos omissos serão resolvidos pelo CoPGr.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1º - O aluno regularmente matriculado em Programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo tem o prazo máximo de até três meses após aprovação do regulamento e normas de seu respectivo Programa para optar pelo enquadramento neste Regimento, mediante declaração assinada e entregue à Secretaria de Pós-Graduação de sua Unidade.

Artigo 2º - A partir da vigência deste Regimento as CCPs terão o prazo máximo de 90 dias para providenciarem as alterações de seu regulamento e normas.

Artigo 3º - A partir da vigência deste Regimento as CPGs terão o prazo máximo de 150 dias para providenciarem as alterações de seu regimento e aprovarem o regulamento dos seus Programas.

Artigo 4º - Os regulamentos e normas dos Programas de Pós-Graduação e os regimentos das CPGs deverão ser aprovados pelas Câmaras do CoPGr até 270 dias a partir da vigência deste Regimento.

Artigo 5º - A CPG e CCP que não tiver seu respectivo regimento, regulamentos e normas aprovado pelo CoPGr e suas Câmaras nos prazos estabelecidos nestas Disposições Transitórias não poderão matricular alunos ingressantes.

Artigo 6º - Mantem-se em vigor o disposto nos artigos 109 a 111 do antigo regimento, até que a matéria seja regulamentada por Resolução Especial, a ser expedida pela Universidade de São Paulo.

Artigo 7º - Este Regimento deverá ser revisado no prazo de cinco anos, contados da sua vigência.